



---

**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

Mestrado em Arqueologia e Ambiente

Área de especialização | Avaliação de Impacte Ambiental

Dissertação

**Villa Cardíllio - contributo para a história da valorização de  
um sítio arqueológico.**

José Francisco Lúcio dos Santos

Orientador(es) | Ana Cristina Martins

Évora 2021

---

---

---

---

---



---

**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

Mestrado em Arqueologia e Ambiente

Área de especialização | Avaliação de Impacte Ambiental

Dissertação

**Villa Cardíllio - contributo para a história da valorização de um sítio arqueológico.**

José Francisco Lúcio dos Santos

Orientador(es) | Ana Cristina Martins

Évora 2021

---

---

---

---



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | André Miguel Carneiro (Universidade de Évora)

Vogais | Ana Cristina Martins (Universidade de Évora) (Orientador)  
Nuno Simões Rodrigues (Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras)  
(Arguente)

## **Agradecimentos**

Pretendo agradecer às Câmaras Municipais de Constância, Ourém e Torres Novas, em especial à biblioteca e arquivo municipal de Torres Novas e à biblioteca municipal de Santarém, que proporcionaram livre acesso e todas as condições necessárias para a recolha de elementos para este trabalho.

Quero agradecer a grande ajuda que o Professor Doutor José Mirão me deu na parte da caracterização geológica da Villa Cardillio, a qual enriqueceu esta minha dissertação. E também agradeço ao investigador Doutor Victor Filipe pela preciosa informação que me concedeu sobre a evolução da situação actual no mesmo sítio arqueológico.

Por fim, o meu grande agradecimento à Professora Doutora Ana Cristina Martins, minha orientadora, a qual teve a gentileza e a paciência de aceitar o meu pedido de orientação para esta dissertação, com os óbvios inconvenientes para a sua vida pessoal, o que lhe fico imensamente grato.

# Índice

Índice de Imagens.....	4
Índice de Transcrições.....	7
Resumo.....	8
Palavras-chave.....	8
Abstract.....	9
Keywords.....	9
Introdução.....	10
O património arqueológico em Portugal e a sua valorização turística: um breve olhar..	12
Contextualização do sítio da Villa Cardillio no quadro da romanização da Lusitânia.....	49
Villa Cardillio: caracterização geográfica e geológica.....	56

Villa Cardillio: estado da arte relativo à investigação do sítio arqueológico.....	58
Villa Cardillio: território e valorização turística.....	66
Considerações Finais e Perspectivas em Aberto.....	71
Bibliografia.....	80
Índice Onomástico.....	87
Glossário de termos científicos e técnicos utilizados na dissertação.....	89
Anexos.....	94

## Índice de Imagens

Imagem 1 - Primeira perspectiva da maqueta de Villa Cardillio.....	94
Imagem 2 - Segunda perspectiva da maqueta de Villa Cardillio.....	95
Imagem 3 - Terceira perspectiva da maqueta de Villa Cardillio.....	96
Imagem 4 - Quarta perspectiva da maqueta de Villa Cardillio.....	97
Imagem 5 - Escala da maqueta.....	98
Imagem 6 - Ficha técnica da maqueta.....	99
Imagem 7 - Colunas e Átrio.....	100
Imagem 8 - Secção da <i>domus</i> da Villa Cardillio.....	101
Imagem 9 - Vista aproximada das colunas.....	102
Imagem 10 - Mosaicos romanos (tapete I).....	103
Imagem 11 - Hipocausto e alguns mosaicos.....	104
Imagem 12 - Imagem do Átrio com a presença do poço em segundo plano.....	105
Imagem 13 - Outra zona da <i>villa</i> destinada ao escoamento de águas.....	106
Imagem 14 – Ortofotomapa de 2012 da zona da Villa Cardillio e estrada real.....	107
Imagem 15 - Carta Militar - Série M888 IGEOE de 2003 a 2008 da Villa Cardillio...	108
Imagem 16 - Imagens antigas das escavações na Villa Cardillio (1).....	109
Imagem 17 - Imagens antigas das escavações na Villa Cardillio (2).....	110
Imagem 18 - Imagens antigas das escavações na Villa Cardillio (3).....	111
Imagem 19 - Imagens antigas das escavações na Villa Cardillio (4).....	112
Imagem 20 - Imagens antigas das escavações na Villa Cardillio (5).....	113
Imagem 21 - Imagens antigas das escavações na Villa Cardillio (6).....	114

Imagem 22 - Imagens antigas das escavações na Villa Cardillio (7).....	115
Imagem 23 - Mosaicos romanos (tapete H).....	116
Imagem 24 - Imagens antigas das escavações na Villa Cardillio (8).....	117
Imagem 25 - Fotografia aérea da Villa Cardillio.....	118
Imagem 26 - Visita à escavação arqueológica (1).....	119
Imagem 27 - Visitantes observando os mosaicos.....	120
Imagem 28 - Observação dos mosaicos.....	121
Imagem 29 - Visita à escavação arqueológica (2).....	122
Imagem 30 - Visita à escavação arqueológica (3).....	123
Imagem 31 - Página inicial de “Mosaicos da Vila de Cardilio” de Afonso do Paço....	124
Imagem 32 - Planta da zona escavada da Villa Cardillio em 1963.....	125
Imagem 33 - Mosaicos do tapete A e B.....	126
Imagem 34 - Mosaicos do tapete C e D.....	127
Imagem 35 - Mosaicos do tapete E e F .....	128
Imagem 36 - Mosaico G com inscrição e figuras de Cardílio e Avita.....	129
Imagem 37 - Mosaicos do tapete G e H.....	130
Imagem 38 - Mosaicos do tapete I e J.....	131
Imagem 39 - Página inicial de “Achados na Vila Romana de Cardílio (Torres Novas)” de Adília e Jorge Alarcão.....	132
Imagem 40 - Desenho arqueológico de fragmentos de cerâmica encontrados (1).....	133
Imagem 41 - Desenho arqueológico de fragmentos de cerâmica encontrados (2).....	134
Imagem 42 - Desenho arqueológico de fragmentos de cerâmica encontrados (3).....	135
Imagem 43 - Desenho arqueológico de fragmentos de cerâmica encontrados (4).....	136

Imagem 44 - Desenho arqueológico de fragmentos de cerâmica e de utensílios encontrados.....	137
Imagem 45 - Fotografias de peças encontradas.....	138
Imagem 46 - Página inicial do “Colóquio Nacional de Turismo” do Secretariado Nacional da Informação, Direcção dos Serviços de Turismo.....	139
Imagem 47 - Colóquio Nacional de Turismo, página 3.....	140
Imagem 48 - Colóquio Nacional de Turismo, página 4.....	141
Imagem 49 - Colóquio Nacional de Turismo, página 5.....	142
Imagem 50 - Colóquio Nacional de Turismo, página 6.....	143
Imagem 51 - Colóquio Nacional de Turismo, página 7.....	144
Imagem 52 - Página de “Arqueologia Nacional e o Turismo” de Fernando Castelo-Branco.....	145
Imagem 53 - Fotografia da notícia sobre a valorização da Villa Cardillio.....	146
Imagem 54 - Notícia sobre a Villa Cardillio para o mediatejo.net.....	147
Imagem 55 - Notícia sobre a Villa Cardillio da Câmara Municipal de Torres Novas..	148
Imagem 56 - Fotografia do Centro Interpretativo da Villa Cardillio.....	149
Imagem 57 - Imagem de página de <i>Facebook</i> sobre a Villa Cardillio.....	150
Imagem 58 - Imagem da página “Portugal Romano” do Facebook.....	151
Imagem 59 - Imagem da página “Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses” do Facebook .....	152
Imagem 60 - Imagem da página “Villa Cardílio e a romanização da bacia hidrográfica do Almonda” do Facebook.....	153
Imagem 61 - Imagem da reportagem da SIC sobre a Villa Cardillio.....	154
Imagem 62 - Escultura de mármore encontrada na Villa Cardillio.....	155

## **Índice de Transcrições**

Transcrição 1 - Texto integral de notícia sobre a Villa Cardillio de Cláudia Gameiro.156

Transcrição 2 - Texto integral de notícia sobre a Villa Cardillio da Câmara Municipal de  
Torres Novas.....159

# **Villa Cardillio – contributo para a história da valorização de um sítio arqueológico**

## **Resumo**

Este resumo revela o que será a minha dissertação, destinada a analisar informação textual e iconográfica recolhida sobre os trabalhos arqueológicos realizados no sítio arqueológico da Villa Cardillio, em Torres Novas, nomeadamente informação relacionada à sua valorização turística. Também não esquecendo a ligação da arqueologia com o turismo em contexto global, a caracterização geográfica e geológica da Villa Cardillio e a sua relação com o quadro da romanização da Lusitânia.

Neste sentido, proceder-se-á à caracterização do sítio e do território em que se encontra situado, ao mesmo tempo que se procederá à sua análise à luz da história da arqueologia e, mais especificamente, da ligação estabelecida ao longo dos tempos entre o sítio e o movimento turístico organizado em seu torno, cotejando-o a casos similares, designadamente dos que se encontrem geograficamente mais próximos.

Por fim, serão dadas sugestões de forma a potenciar o sítio turisticamente, bem como a divulgação de acções realizadas sobre ele para a sua promoção e salvaguarda e o que poderá ser feito mais sobre a Villa Cardillio, noutra trabalho ou projecto de investigação, que não foi possível concretizar nesta dissertação, devido à pandemia que surgiu e persiste neste momento.

**Palavras-chave:** Património; Arqueologia; História; Arqueoturismo; Valorização.

# **Villa Cardillio – contribution to the history of valorization of an archaeological site**

## **Abstract**

This abstract shows what my dissertation will be, which aims to analyze textual and iconographic information collected from the archaeological works carried out at the archaeological site of Villa Cardillio, in Torres Novas, namely information related to its touristic valorization. Also not forgetting the connection between archaeology with tourism in a global context, the geographical and geological characterization of Villa Cardillio and its relation with the romanization of Lusitania.

In this sense, the site and the territory in which it is located will be characterized, while the site will be analyzed in the light of the history of archaeology and, more specifically, the connection established over time between the site and the touristic movement organized around it, comparing it to similar cases, namely those that are geographically closer.

Finally, will be given suggestions to enhance touristically the site, as well as spreading actions done about it for its promotion and safeguard and what can be done more about Villa Cardillio, in another work or research project, that could not be completed in this dissertation, due to the pandemic that emerged and still persists at this time.

**Keywords:** Heritage; Archaeology; History; Archaeological tourism; Valorization.

## Introdução

Este trabalho pretende dar a conhecer e contribuir para a valorização de um sítio arqueológico que, aparentemente, foi deixado à margem da investigação arqueológica em Portugal, as ruínas de uma *villa* romana do concelho de Torres Novas, a Villa Cardillio. A informação mais actualizada sobre a mesma ainda é pouca, mas em breve será enriquecida com a investigação feita em 2021 no sítio arqueológico.

As fontes que puderam ser consultadas são, parte delas, já de difícil acesso. Muitos dos exemplares de fontes secundárias encontram-se pouco disponíveis, resumindo-se quase só à compra em alfarrabistas, usualmente pelo comércio *online*. Foi necessário recorrer a bibliotecas municipais e à Biblioteca Nacional de Portugal para ser feita a consulta de bibliografia e de imagética.

A Internet também foi bastante útil para ter acesso a determinados artigos e trabalhos académicos, nacionais e estrangeiros, que ajudaram em muito a elaboração desta dissertação, que aborda para além do sítio arqueológico, o património arqueológico em Portugal e a sua valorização turística, a contextualização do sítio com a romanização da Lusitânia e o panorama geográfico e geológico da Villa Cardillio, de salientar a inclusão de informação referente a outras *villae* nas proximidades.

De referir que houve dificuldades no aprimoramento deste trabalho por causa da pandemia vigente, em particular estabelecimentos encerrados, o recolhimento das pessoas em suas casas e a impossibilidade de deslocação a determinados locais.

Existe pouca informação, desconhecendo-se se parte dela é fidedigna, visualizada na internet, em blogues ou *sites*, não havendo a certeza se foram descontinuados pelas entidades a que estão ou estiveram associados.

Para além da informação existente de Eugénio Jalhay e Artur Gonçalves, anos 30, sugere-se, no entanto, neste trabalho, a partir das fontes que pude consultar, os dados proporcionados por Manuel Afonso do Paço e Francisco Cândido Rodrigues Costa, desde os anos 60 até aos anos 80, respectivamente. Trata-se do período durante o qual mais investigação foi realizada no sítio arqueológico, com técnicas já não tão rudimentares, comparando-as com as que são actualmente utilizadas, procedendo-se a

trabalhos de conservação e restauro, levantamentos e prospecções, o último dos quais concretizado em 2019, conforme aparece no Portal do Arqueólogo. Não se descurou, entretanto, a bibliografia de Jorge Alarcão e de outros autores, como a contida nas revistas “Arquivo de Beja” e “Nova Augusta”.

A norma utilizada neste trabalho foi o sistema autor-data e não está abrangido pelo Acordo Ortográfico.

## **O património arqueológico em Portugal e a sua valorização turística: um breve olhar**

O n.º 1 do artigo 74.º da Lei n.º 107, de 8 de Setembro, de 2001, define Património Arqueológico, como sendo: “todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos, cuja preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente”.

A valorização do património arqueológico inicia-se com a identificação, estudo e classificação do mesmo. A classificação dos sítios arqueológicos serve dois objectivos: em primeiro lugar reconhecer institucionalmente o valor cultural do sítio arqueológico e depois conferir uma protecção legal impedindo a sua destruição (Silva, 2017, p. 19 e 20).

A valorização do património arqueológico, em Portugal, dá os primeiros passos através da iniciativa de D. Afonso, primeiro duque de Bragança (1377-1461), quando constituiu uma “Casa de Couzas Raras”, na qual reuniu colecções de objectos de arte e arqueologia de godos, suevos, visigodos e árabes, e também de D. Teodósio (1504-1563), quinto duque de Bragança, que foi um entusiasta na procura de vestígios do período romano, cuja colecção compilada se encontra, hoje, no museu de Vila Viçosa. Tudo isto ocorre numa altura em que a Arqueologia ainda não era uma ciência, mas apenas um conjunto de procedimentos com vista a encontrar tesouros (Morais, 2010, p. 10).

O inventário, estudo, protecção e divulgação do património cultural constituem, nos dias de hoje, um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais (n.º 3 do artigo 3.º da Lei nº 107/2001 já referida). Por consequência, o património arqueológico integra o património cultural, uma vez que aquele sendo testemunho de bens com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devem ser objecto de especial protecção e valorização. Desta forma, a arqueologia desempenha também uma importante função social nos projectos de restauro de prédios e edificações históricas, bem como na revitalização de cidades, vilas e povoados, identificando e divulgando aspectos da memória étnica e cultural, ou seja, a memória colectiva relacionada com os conhecimentos dos antepassados que ali se estabeleceram

e que contribuíram para a configuração de um espaço singular. E como refere Trigger, apud, Carvalho, parte da tarefa da arqueologia é enriquecer a compreensão das origens e da história (Carvalho, 2010, p. 58).

O sector da cultura tem vindo a assumir um papel progressivamente central na vida económica e social. Começou a ser considerado um vector importante do desenvolvimento, tendo suscitado, conseqüentemente, um interesse crescente, por parte da investigação científica, ao nível da produção, distribuição e consumo de bens culturais (Morais, 2010, p. 1). No quadro das sociedades contemporâneas, a questão da identidade, que encontra fundamento na herança e na memória culturais e, portanto, na relação das pessoas com o património, tem tido importância social. O significado desta relação reforça-se com a elevação do nível de formação da população (Morais, 2010, p. 3).

A solução mais comum, para converter o património arqueológico num meio endógeno promotor do desenvolvimento local, passa pela delimitação de uma estratégia de promoção deste instrumento, com vista à sua adequação ao turismo, na medida em que, para além de ser um importante recurso, este património pode ser também a principal motivação da visita turística. Este fluxo de visitantes motivado pelo património arqueológico designa-se vulgarmente arqueoturismo, consistindo na deslocação de visitantes a um determinado lugar denominado sítio arqueológico (ou museu de arqueologia), onde existem vestígios de sociedades antigas, tanto pré-históricas, como históricas, passíveis de visita terrestre ou subaquática (Morais, 2010, p. 8).

De acordo com a bibliografia consultada dos anos 60 podemos concluir que a arqueologia não desempenhava um papel assinalável na estratégia nacional para o desenvolvimento local e regional (Secretariado Nacional da Informação, Direcção dos Serviços de Turismo, 1961, 1.º Colóquio Nacional de Turismo) (Ver Anexo, imagem 46, p. 139). Mas já dizia Alexandre Herculano que quando a arte ou os factos históricos se tornam recomendáveis convertem-se em capital produtivo (Morais, 2010, p. 1). Isto quer dizer que Herculano já entendia que a arte ou os factos históricos, quando são importantes, dependendo de vários contextos, factores e agendas, poderão transformar-se em benefícios económicos para as comunidades, regiões e para o próprio país.

Castelo-Branco (1967) questiona-se se os aspectos arqueológicos só despertarão a curiosidade de um escol de turistas, com cultura suficiente, isto é, com capacidade para entender o que é visitado, e formação adequada, respondendo através de dados objectivos. Refere ainda que há grande procura para visitar museus de arqueologia, como o antigo Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos, que tem mais visitantes do que outros museus de outra tipologia (Castelo-Branco, 1967, p. 32). E conclui que a arqueologia serve para todo o tipo de público e que, para além dos museus, são de interesse os sítios arqueológicos (Castelo-Branco, 1967, p. 34).

Na sua Crónica de Arqueologia e Turismo – útil binómio a acautelar – José d’Encarnação refere que a nível governamental foi necessário chegar ao III Congresso Nacional de Turismo, em Dezembro de 1986, para se incluir como primeira das recomendações “uma intensificação da colaboração entre os sectores do Turismo e da Cultura por forma a que, nacionais e estrangeiros, possam usufruir, na máxima plenitude, das diversas expressões do património cultural português” (Encarnação, 1986, p. 241). Não obstante, na Crónica acima mencionada também refira que “cresci num ambiente em que, desde muito cedo, os vestígios arqueológicos foram encarados de uma óptica de aproveitamento turístico, ou seja, como mais um dos ingredientes da ementa turística da região”. E continua dizendo: “pelas suas características singulares – designadamente, a sua originalidade e antiguidade – exerce o património arqueológico incontestável fascínio. Cada vez mais susceptível de atrair visitantes e, cada vez mais também, importante elo de ligação das populações com as suas raízes ancestrais, os restos arqueológicos assumem um duplo papel – turístico e pedagógico – que de forma nenhuma se pode menosprezar” (Encarnação, 1994, p. 73).

O turismo, na acepção moderna e contemporânea, é uma invenção europeia, com raízes no séc. XVIII (Pires et al, 2020, p. 3). Às viagens marítimas, religiosas e de negócios juntar-se-iam as viagens de recreio, que transformaram esta actividade num fenómeno económico e social, em constante mutação e desenvolvimento. Entre a segunda metade do séc. XIX e as duas primeiras décadas do séc. XX, Portugal iniciaria um inexorável processo de modernização em função das necessidades dos vilegia (turistas). As aldeias piscatórias transformaram-se em praias e lugares patrimoniais, como Alcobça, Batalha, Tomar ou Sintra, receberam cada vez mais visitantes. A diversidade do passado histórico e a situação geográfica de Portugal, escala das grandes rotas do trânsito marítimo intercontinental, desenharam as características fundamentais

do turismo nacional num mercado que continua a consolidar-se como destino de excelência. O clima ameno, multiplicidade de paisagens, vasta costa pontuada por praias excepcionais, variedade de águas medicinais e riqueza cultural do nosso território concorreriam, assim, para a construção da oferta que hoje conhecemos (Pires et al, 2020, p. 3).

Os governos republicanos, não o podemos esquecer, desempenharam um papel importante neste processo ao criarem as primeiras estruturas oficiais de turismo e estabelecerem a primeira classificação oficial dos lugares turísticos que o Estado Novo soube levar mais longe (Pires et al, 2020, p. 3). Entretanto, na videoconferência de apresentação do livro “Turismo, História, Património e Ideologia – Diálogos e Memórias” (Pires et al, 2020), é possível reter a ideia de que o turismo mudou desde os princípios do séc. XX e que, agora, no séc. XXI, passou a ser acessível às massas, ou seja, um turismo *low cost*, não só para os abastados. Refere-se, ainda, que as actividades turísticas têm sofrido nos últimos tempos, obrigando-as a reinventarem-se, como as quebras nos anos 30 e 40 durante o Estado Novo, deixando a interrogação se Portugal foi pioneiro em relação ao Turismo. Na citada videoconferência, abordou-se ainda a intenção de implementar infra-estruturas ligadas à sustentabilidade e o programa Erasmus como uma forma de turismo (académico, cultural) bem como a valorização dos recursos naturais.

O turismo, numa vertente específica, o turismo sustentável, através da metodologia que configure o planeamento estratégico participativo, pode contribuir para a democratização do conhecimento arqueológico e estimular, ou mesmo dar início e aprofundar diálogos entre a arqueologia e a comunidade. Um turismo de carácter participativo e sustentável pode auxiliar na elaboração de políticas públicas, no refinamento de suas estratégias e gerar reflexões para além das simples visitas de turistas sobre sítios arqueológicos, incentivando a criação de museus e sanando também a falta de instituições que forneçam endossos aos programas de arqueologia (Alfonso, 2012, p. 306 e 309).

A relação entre arqueologia e o turismo pode consolidar, por um lado, os impactes positivos do turismo nas comunidades e, por outro, fazer com que a arqueologia actue como mais uma das ferramentas disponíveis destinada a melhorar a

qualidade de vida e inclusão social das comunidades com as quais funciona (Alfonso, 2012, p. 310).

O turismo arqueológico, mas não só, é ideal para quem busca um conhecimento mais sólido, por outras palavras, que se baseia em factos científicos, e de quantos se encontram vinculados à meditação e ao relaxamento, em perfeita sincronia com a envolvência ou ecossistema que é integrado com a Natureza, mas sempre em lugares antigos, nas imediações de ruínas de civilizações desaparecidas (Srivastava, 2015, p. 31). Nalguns países, operadores turísticos agregam locais e monumentos arqueológicos como produtos turísticos e oferecem passeios arqueológicos como sendo de interesse especial (Srivastava, 2015, p. 32). O turismo arqueológico combina uma paixão pelo passado com um sentido de aventura e descoberta: as pessoas são fascinadas por vestígios antigos e históricos. O turismo arqueológico permite que os visitantes vivenciem o passado e compartilhem a emoção da descoberta. A natureza às vezes inacessível dos sítios arqueológicos geralmente aumenta o sentido de aventura.

O turismo arqueológico é uma actividade lucrativa e uma indústria próspera (Srivastava, 2015, p. 34). Ajuda a educar a população em geral sobre culturas passadas e sobre a ciência moderna. Constrói apoio público a iniciativas de preservação. Desenvolve novos e importantes aliados económicos e políticos. O turismo arqueológico é muito educativo e entusiasmante (Srivastava, 2015, p. 36). O arqueoturismo também tem problemas pois, em muitos casos, o aumento de visitas conduz a danos nos locais e parcelas de locais que frequentemente são encerrados ao público para evitar deterioração adicional. Em casos extremos, sítios inteiros são fechados. Saques e vandalismo são outro problema do turismo arqueológico. O aumento da consciencialização de um sítio pode atrair saqueadores e vândalos. Bons planos de gestão de sítios devem fornecer segurança aos locais arqueológicos (Srivastava, 2015, p. 39).

Tresserras *apud* Oehmichen-Bazán (2008) define turismo arqueológico como aquele em que recursos arqueológicos se tornam atrações para turistas e / ou quando a principal motivação da viagem é a visita a zonas arqueológicas, muitas vezes incentivadas pela difusão de revistas como a *National Geographic* e outras publicações. O arqueoturismo tem crescido também como o próprio turismo em si desde os anos 80. O aumento de visitantes em sítios arqueológicos nas últimas décadas foi favorecido

também pelas declarações sobre o património cultural da humanidade por parte da UNESCO. O turismo arqueológico influenciou a criação de produtos de todos os tipos para transportar a arqueologia aos visitantes, a exemplo de rotas temáticas e recriações históricas (Oehmichen-Bazán, 2018, p. 1).

Sendo o arqueoturismo um segmento de mercado lucrativo, Pinter *apud* Oehmichen-Bazán (2008) ressalta que não há consenso sobre o papel desempenhado pelo turismo na arqueologia. Para alguns arqueólogos, a actividade turística é uma maneira de atrair recursos para pesquisa e protecção do local. Para outros, ela é eminentemente destrutiva, pois os interesses do mercado competem com os científicos (para proteger os sítios deve haver visitas programadas, evitar o toque dos visitantes, entre outros). Alguns motivos que conduzem turistas a sítios arqueológicos são a gastronomia, paisagem, atracções da cultura contemporânea e interesse histórico mais generalizado. Tornando mais complexa a relação da arqueologia com o turismo, alguns movimentos indígenas, reivindicam o seu direito aos vestígios humanos localizados nos seus territórios, bem como aos sítios arqueológicos e objectos materiais construídos ou fabricados pelos seus antepassados (Oehmichen-Bazán, 2018, p. 2).

O turismo arqueológico pode incluir visitas a museus, locais de importância histórica, parques com foco histórico e arqueológico e até participação em danças tradicionais, festivais e outros eventos (Cahyadi, 2016, p. 548). O turismo arqueológico baseia-se igualmente em educação e pesquisa (Cahyadi, 2016, p. 549).

Actualmente, verifico, de Norte a Sul de Portugal, uma tentativa de incrementar a valorização do património arqueológico, transformando os sítios arqueológicos em lugares arqueoturísticos. Esta evidência verifica-se pela quantidade de sítios arqueológicos existentes no nosso país, transformados em lugares de turismo arqueológico, porque possuem as características indispensáveis para serem visitáveis (*vide infra*).

Assim, na região Norte, Rui M. S. Centeno, nas suas reflexões sobre a valorização do património arqueológico do Distrito de Bragança, refere que aqui foram referenciados 678 sítios arqueológicos com ocupação proto-histórica e romana, nos seguintes concelhos: Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada-à-Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vimioso e Vinhais (Centeno, 1987, p. 142). Mas o

mesmo autor também afirma que neste distrito apenas foram considerados quatro sítios, todos no concelho de Moncorvo, que permitem ser visitáveis através de marcação organizada pelo Posto de Turismo de Moncorvo/Museu do Ferro da Região de Moncorvo e que são:

- Castro do Baldoeiro (Adeganha, Moncorvo): do Calcolítico à Idade Média;
- Castro de Nossa Senhora do Castelo (Adeganha, Moncorvo): Idade do Ferro;
- Castro de Cigadonha (Carviçais, Moncorvo): Idade do Ferro;
- Povoado de Vila Velha ou de Santa Cruz da Vilariça (Adeganha, Moncorvo): sécs. XII-XIII.

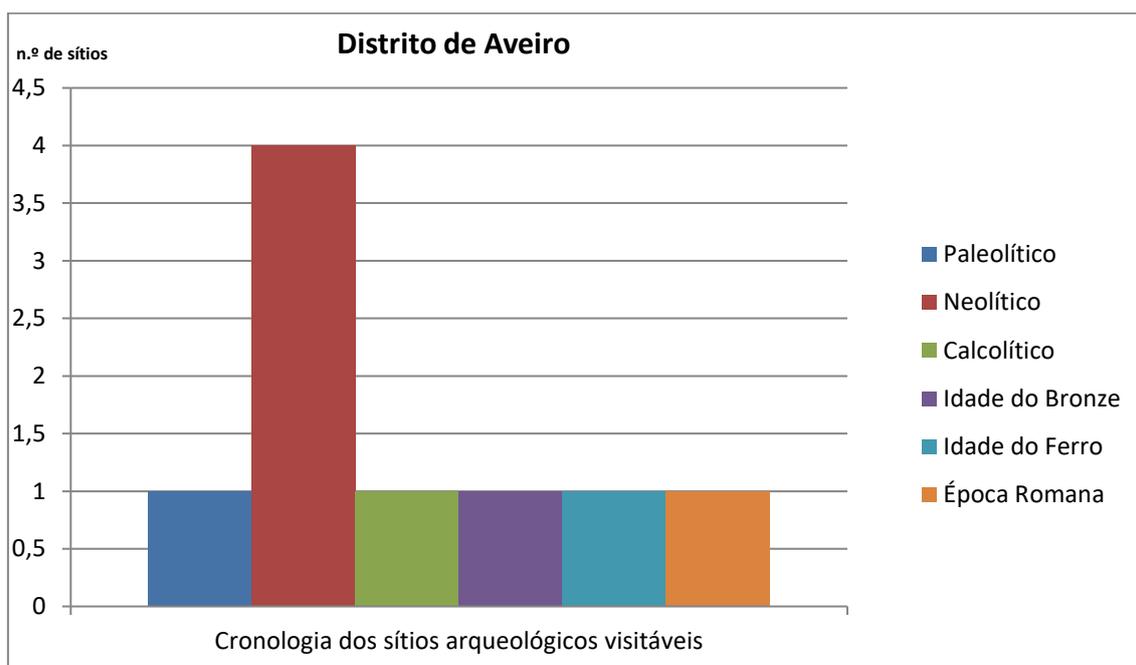
Os que não foram considerados foi por não reunirem as condições indispensáveis para serem visitáveis, tal como refiro no parágrafo seguinte.

Pelo que fica exposto, constata-se que nem todos os sítios arqueológicos possuem os requisitos necessários para serem visitáveis. No entendimento de Adília Alarcão (Encarnação, 1992, p. 86), a valorização dum monumento ou sítio arqueológico exige:

1. A definição de uma área protectora;
2. A existência de suficiente pessoal de guarda;
3. Um responsável científico;
4. Informação acessível ao visitante;
5. Capacidade de manutenção;
6. Acesso fácil;
7. Que tenha impacto visual;
8. Que seja fácil de encontrar;
9. Que ofereça ao visitante o desejável apoio logístico (local de estacionamento, instalações sanitárias, painéis explicativos, quiosque, publicações).

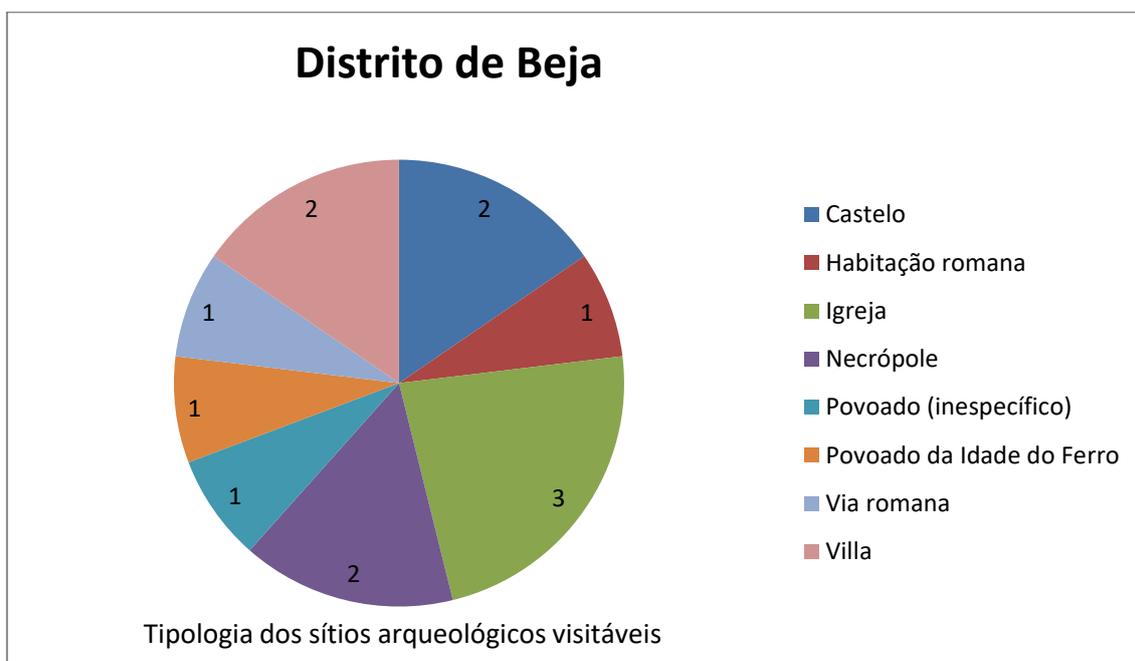
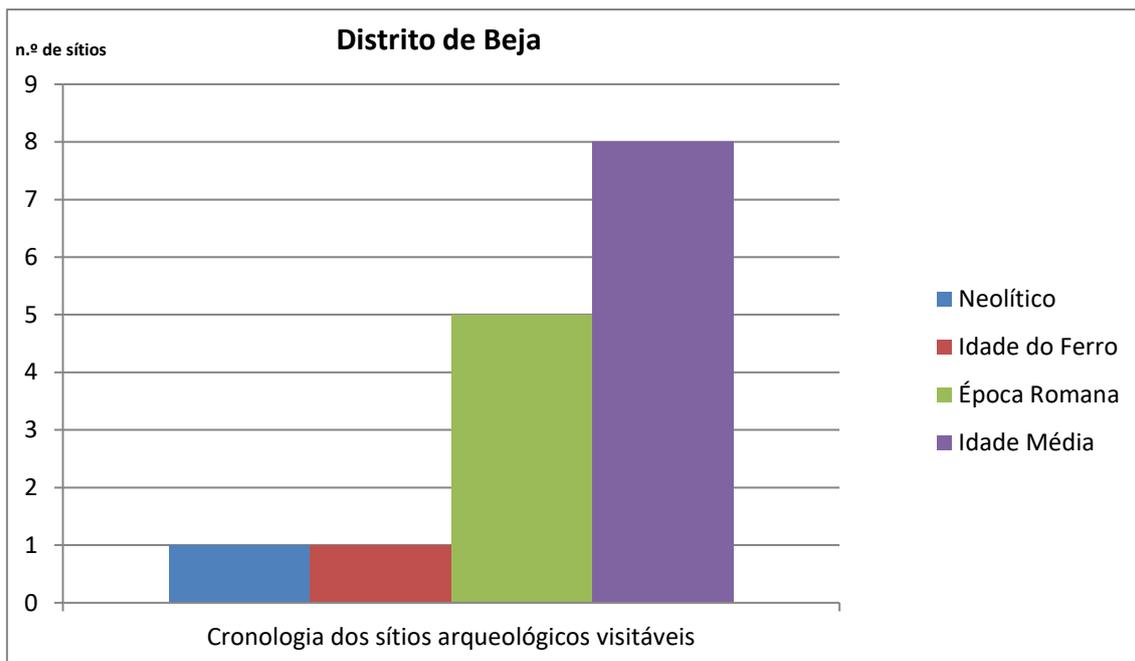
Entretanto, para uma melhor percepção do quadro geral do país neste âmbito, reproduzimos o levantamento dos 300 sítios arqueológicos visitáveis em Portugal, realizado em 2001 por Jorge Raposo com a colaboração de Patrícia Freire, do Centro de Arqueologia de Almada, ao mesmo tempo que procedemos à sua análise gráfica.

Começando pelo **Distrito de Aveiro** existem a Anta de Chão Redondo II (monumento megalítico, Neolítico), Anta da Capela dos Mouros (monumento megalítico, Neolítico), Via Romana da Ereira (troço de via, sécs. II/IV), Castro de Romariz (povoado castrejo, sécs. V a. C. a I d. C.), Outeiro dos Riscos (arte rupestre, Idade do Bronze), Mamoia de Valinho (monumento megalítico, Neolítico/Calcolítico) e Anta da Cerqueira I ou Pedra Moura I (monumento megalítico, finais do 4.º milénio e primeira metade de 3.º milénio a. C.).

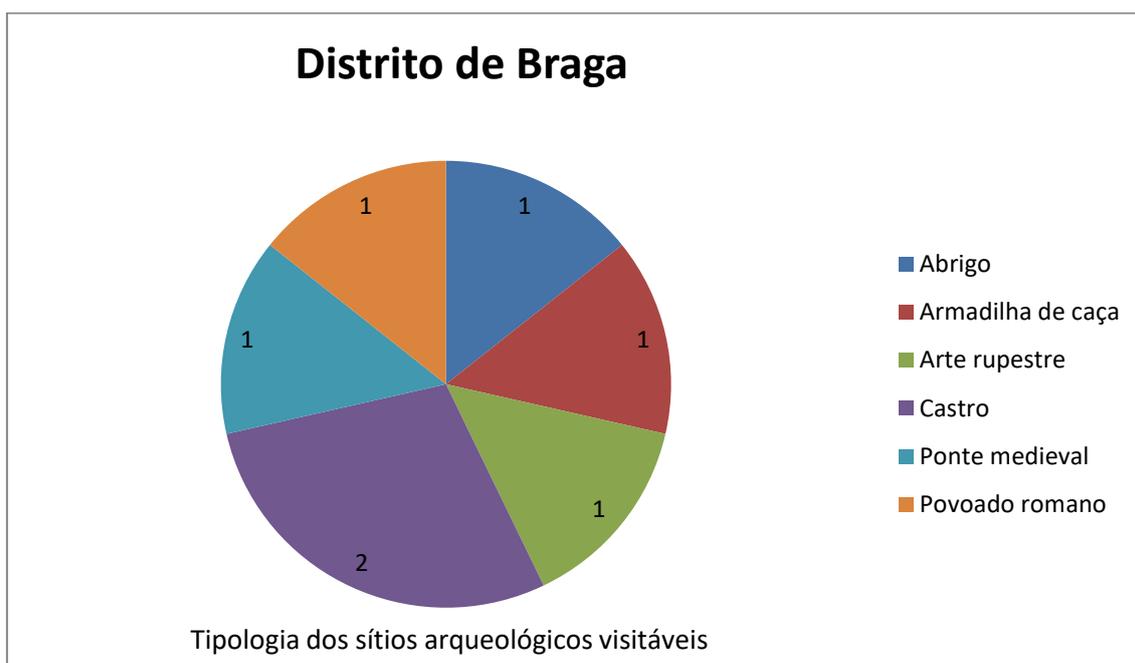
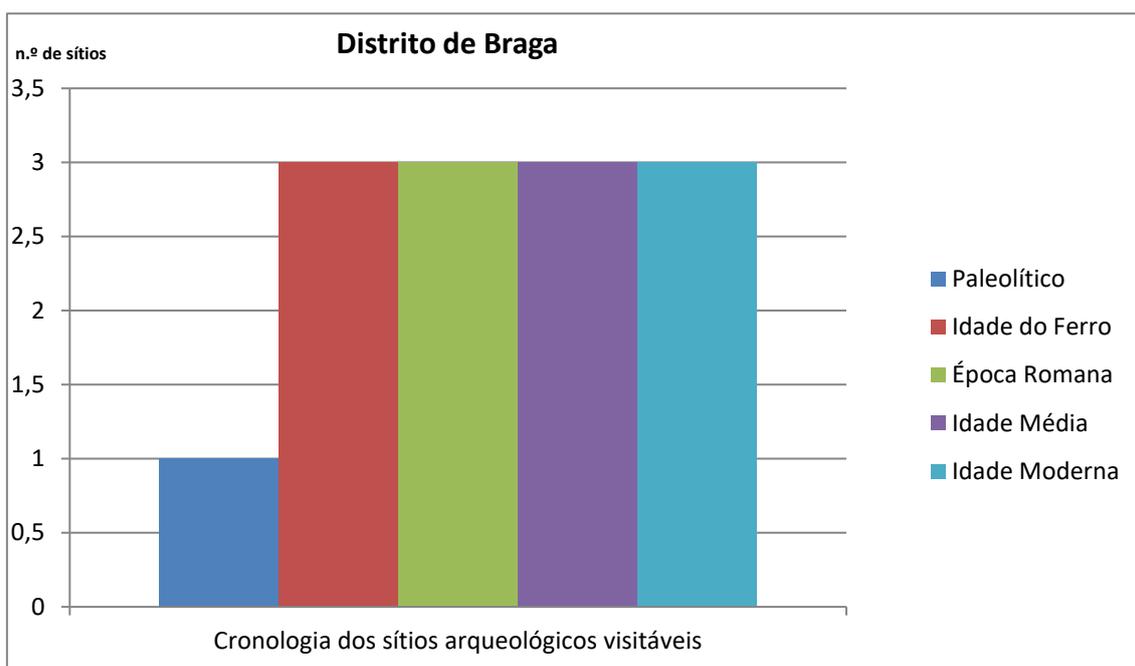




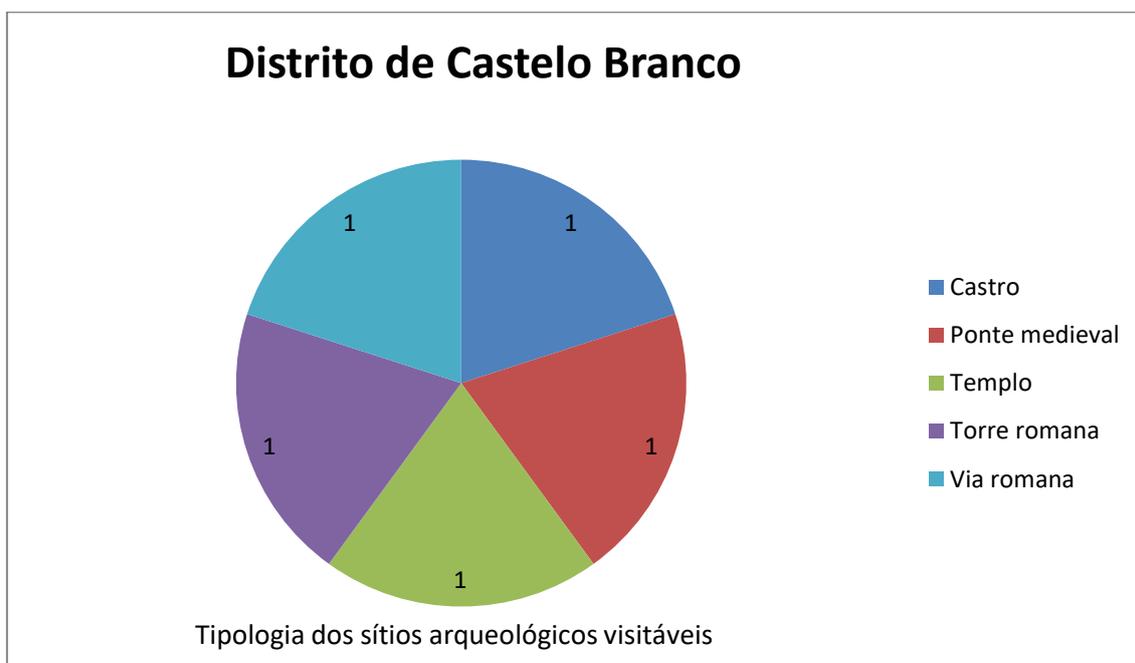
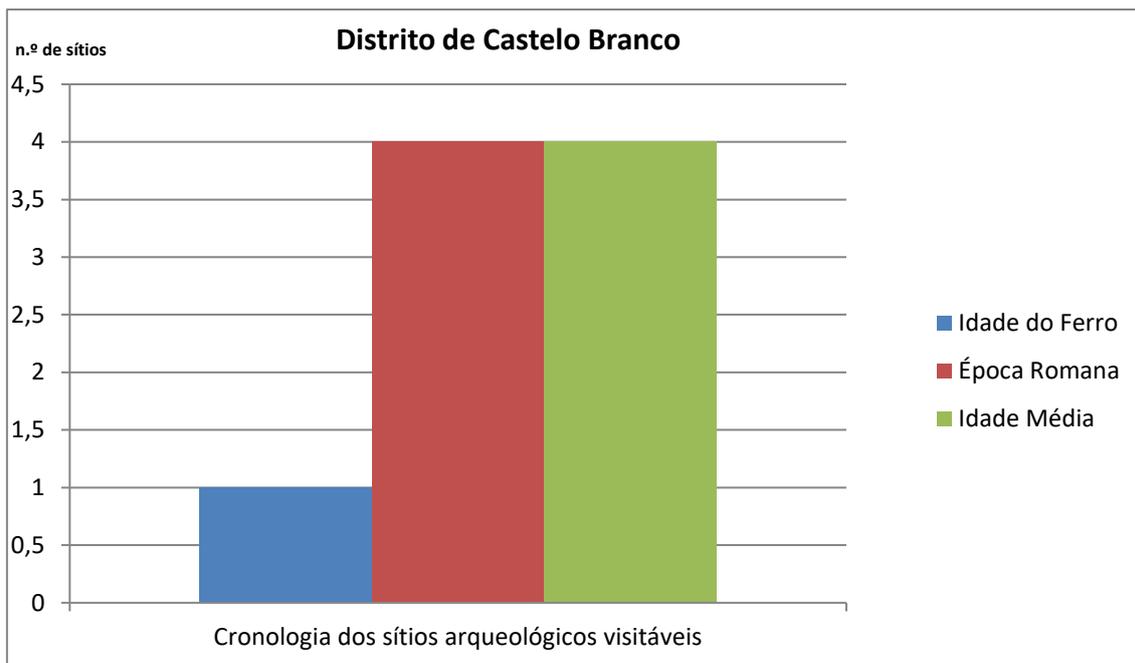
No **Distrito de Beja** existe o Povoado de Mesas do Castelinho (IIª Idade do Ferro, Romano e Idade Média), Castelo de Noudar (vila amuralhada, Idade Média séc. XIV), Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja (igreja, Idade Média, finais do séc. V d. C.), Villa Romana de Pisões (séc. I a. C. a séc. IV d. C.), Basílica Paleocristã de Mértola (sécs. V/VIII), Núcleo Romano de Mértola (estruturas habitacionais, séc. IV), Via Romana de Mértola-Mina de S. Domingos (Romano), Necrópole e Ermida da Achada de S. Sebastião (sécs. III/XV), Alcáçova do Castelo de Mértola (bairro islâmico, sécs. IV/XVI), Circuito Arqueológico da Cola (monumentos megalíticos, povoados e necrópoles, desde o Neolítico até à Idade Média) e Villa de São Cucufate (Romano sécs. I/II e Alta Idade Média).



No **Distrito de Braga**, temos os sítios arqueológicos de Castro de Sabroso (Idade do Ferro), Citânia de Briteiros (Idade do Ferro e Romano), Fojos do Lobo da Cabreira (conjunto de armadilhas de caça aos lobos, sécs. XVI/XVIII), Ponte de Campos (Idade Média e Moderna), Laje dos Cantinhos (arte rupestre, Idade do Ferro, Romano e Idade Média), Povoado de S. Cristovam (Romano e Idade Média sécs. I/XIII) e Cabana de Chã do Prado (abrigo de pastor sécs. XVI/XVIII).

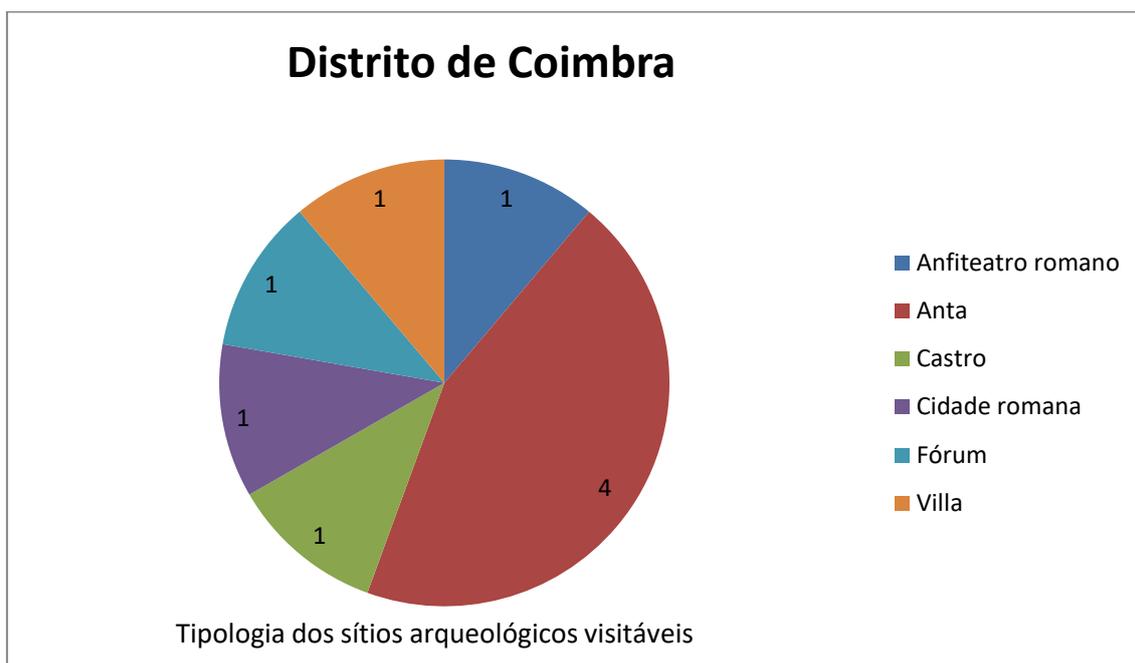
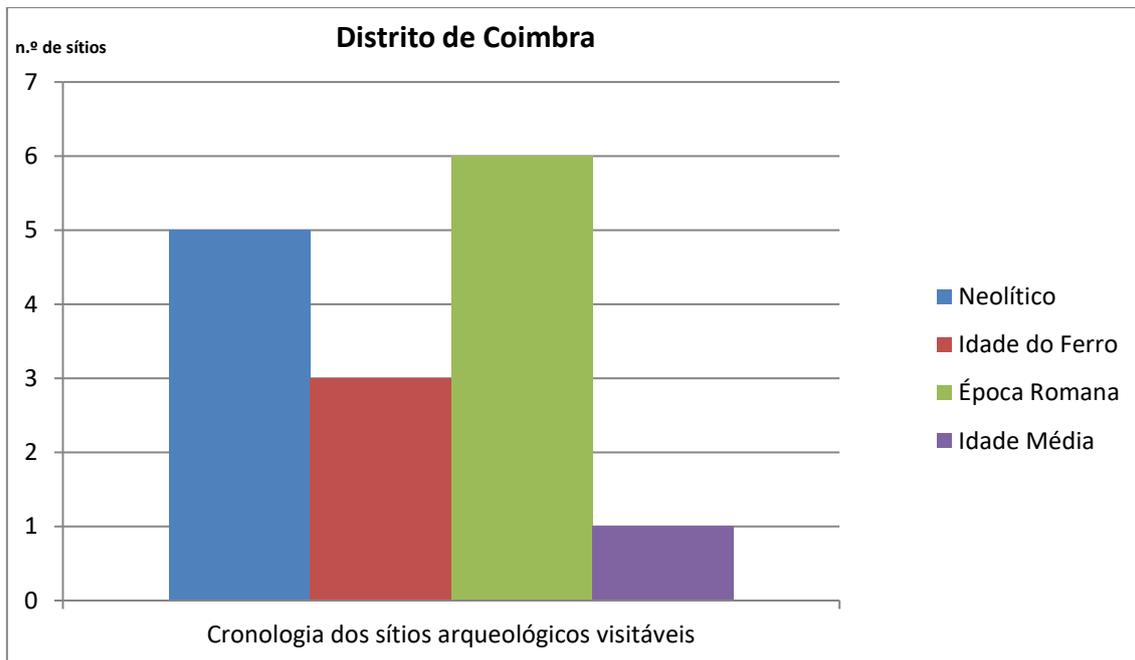


No **Distrito de Castelo Branco** temos a Torre de Centum Cellas (torre pertencente a villa romana, séc. I d. C.), Castro de Orjais e Templo de Nossa Senhora de Cabeças (povoado fortificado e templo romano, séc. VIII a. C., séc. I/IV e Idade Média), Calçada Romana da Covilhã (sécs. I/IV conjectural e sécs. XII/XV documentada), Idanha-a-Velha (conjunto arqueológico e arquitectónico, Romano e Idade Média) e Ponte da Ribeira de Meimoa (ponte medieval, sécs. XIV/XVI conjectural).



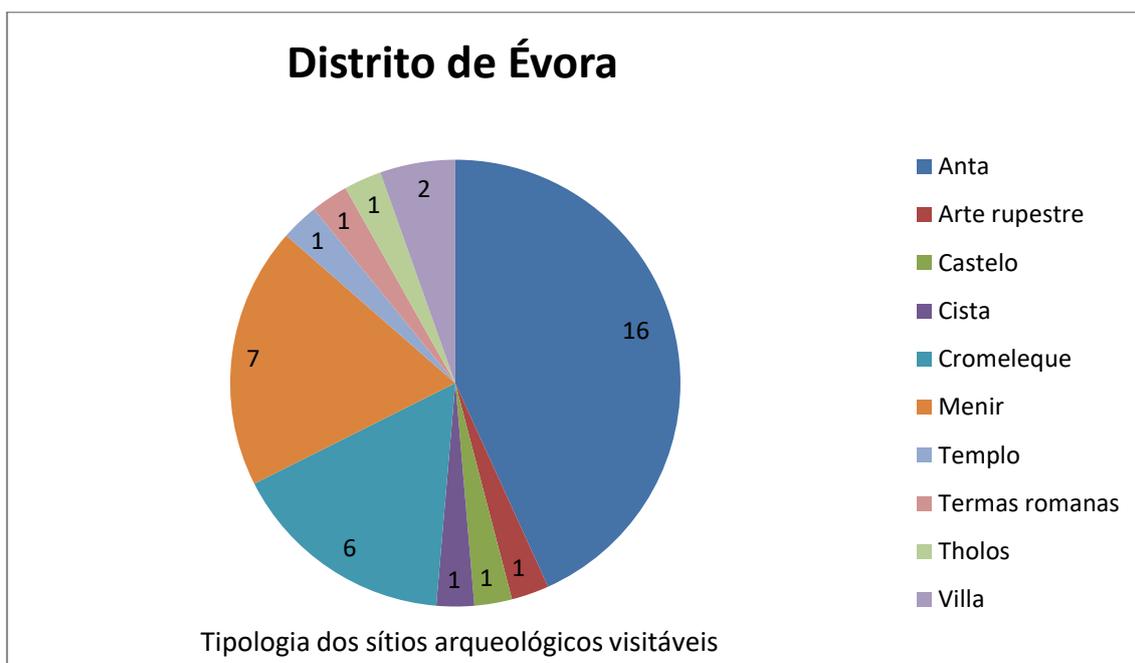
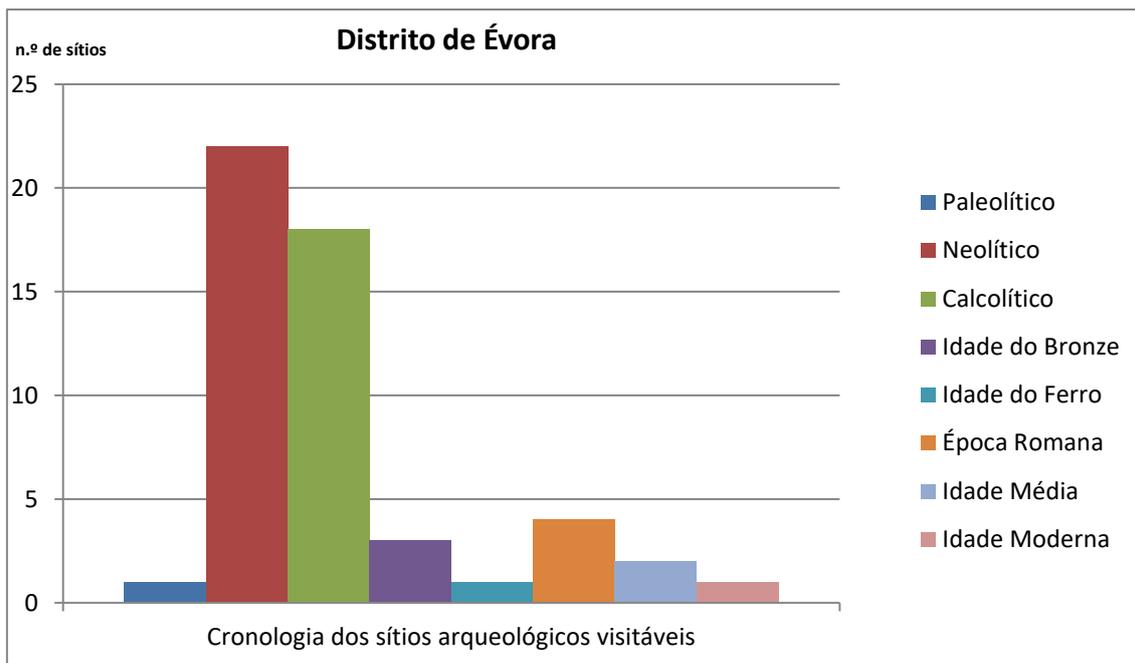
Referindo o **Distrito de Coimbra** há a considerar o Criptopórtico de Aeminium (fórum romano, principado de Cláudio, meados do séc. I), Cidade de Conímbriga (Romano), Dólmen das Carniçosas (monumento megalítico, Neolítico), Castro de Santa Olaia ou de Santa Eulália (Neolítico/Idade do Ferro/Romano/Idade Média), Anfiteatro Romano da Bobadela (Romano), Anta das Cavadas ou Dólmen dos Fiais do Ervedal (monumento megalítico, meados do 4º milénio a. C.), Anta da Arcainha do Seixo (monumento megalítico, Neolítico, com ocupações até à Idade do Ferro), Anta da

Sobreda (monumento megalítico, Neolítico, com ocupação até à Idade do Ferro) e Villa de Rabaçal (séc. IV d. C.).



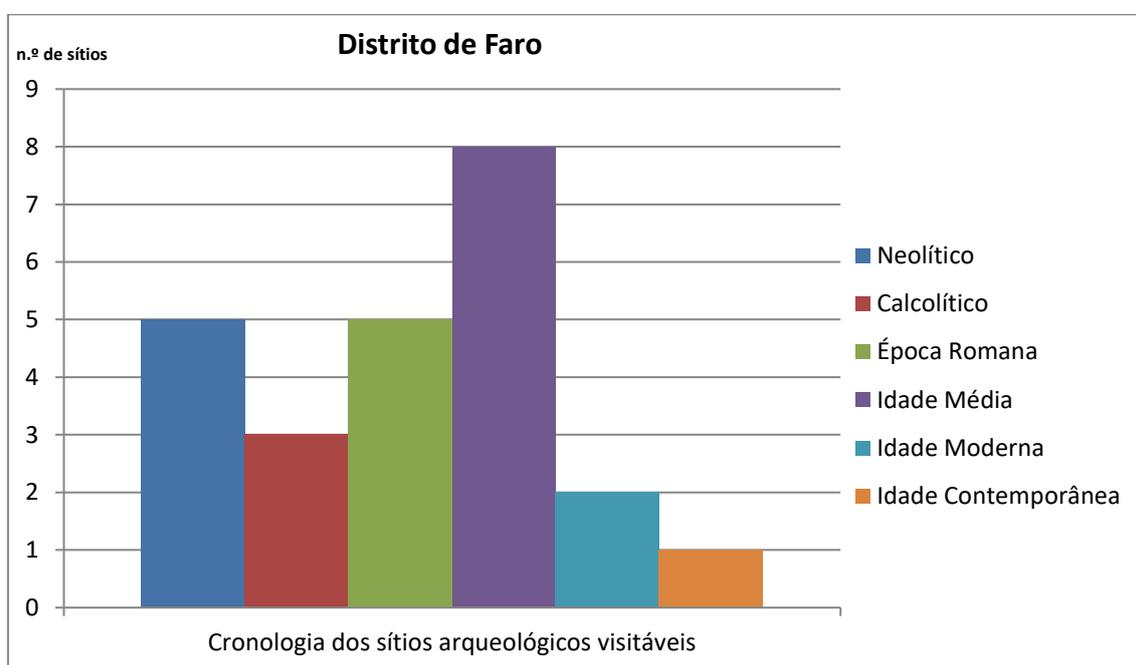
No **Distrito de Évora** temos a Anta do Pão Mole (monumento megalítico, Calcolítico), Anta de Galvões (monumento megalítico, Calcolítico), Castelo Velho das Hortinhas (castro, Calcolítico, Idade do Bronze, Idade do Ferro e Idade Média, islâmico), Villa da Cerca (Romano sécs. III/IV), Menir e Cromeleque dos Almendres (monumentos megalíticos, Neolítico e Calcolítico), Cromeleques de Vale Maria do

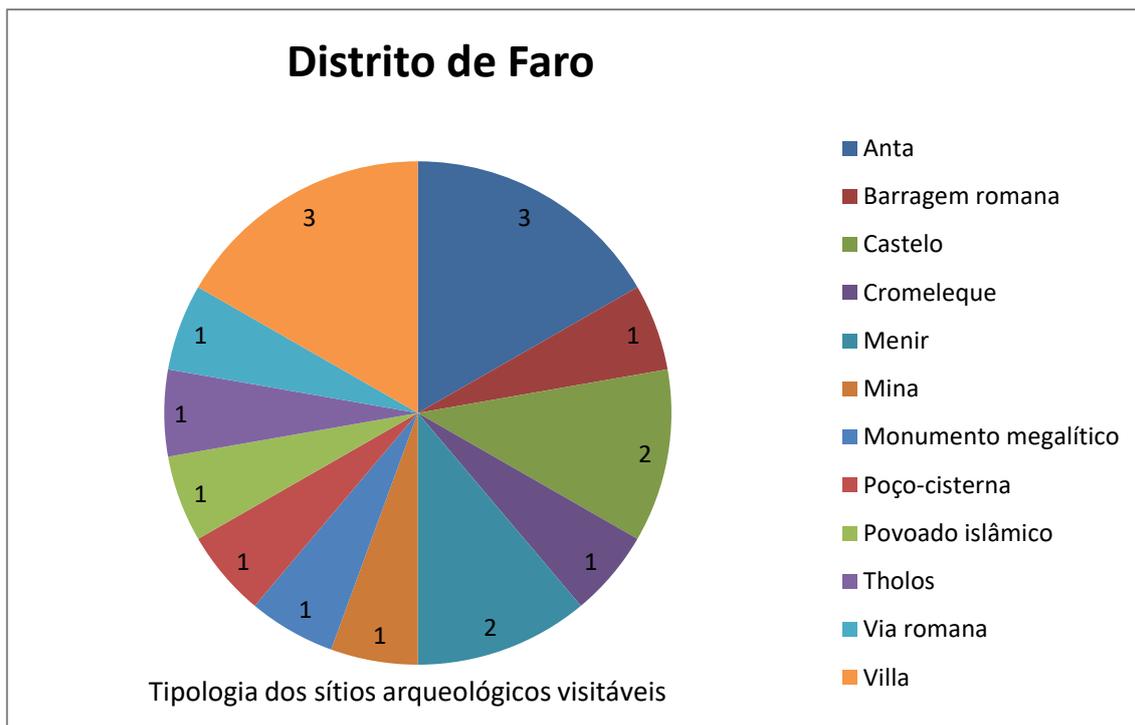
Meio e da Portela de Mogos (monumentos megalíticos, Neolítico e Calcolítico), Anta Grande do Zambujeiro (sepulcro megalítico, Neolítico), Tholos de Vale Rodrigo (sepulcro megalítico, Neolítico), Termas Romanas de Évora (Romano séc. I), Templo Romano de Évora (Romano séc. I), Villa da Tourega (Romano sécs. I/IV), Antas do Paço (monumentos megalíticos, Neolítico/Calcolítico), Anta-Capela de Nossa Senhora do Livramento (monumento megalítico cristianizado, Neolítico/Calcolítico e Moderno séc. XVII), Cemitério de Cistas da Cobeira (necrópole, Idade do Bronze), Antas do Zambujal (monumentos megalíticos, Neolítico/Calcolítico), Antas das Fazendas (monumentos megalíticos, Neolítico/Calcolítico), Menires da Pedra Longa (monumentos megalíticos, Neolítico/Calcolítico), Anta da Comenda Grande (monumento megalítico, Neolítico/Calcolítico), Anta do Estanque (monumento megalítico, Neolítico/Calcolítico), Anta Grande e Anta Pequena da Comenda da Igreja (monumentos megalíticos, Neolítico/Calcolítico), Anta de Tourais (monumento megalítico, Neolítico/Calcolítico), Cromeleque e Menir do Tojal (monumentos megalíticos, Neolítico/Calcolítico), Conjunto Arqueológico do Escoural (santuário rupestre, povoado e necrópole, Paleolítico Médio há cerca de 50 mil anos até ao final do Neolítico e Idade do Bronze), Menir da Courela da Casa Nova ou do Guita e Cromeleque dos Cuncos (monumentos megalíticos, Neolítico/Calcolítico), Anta-Capela de S. Dionísio (monumento megalítico e capela medieval, Neolítico e Idade Média), Anta da Ordem I (monumento megalítico, Neolítico), Anta da Cré I (monumento megalítico, Neolítico), Recinto Megalítico das Fontainhas (monumento megalítico, Neolítico), Anta do Olival da Pega (monumento megalítico, 3000/2500 a. C.), Penedo Comprido ou Menir do Outeiro (monumento megalítico, 4º milénio a. C.), Menir da Belhõa (monumento megalítico, 4º milénio a. C.) e Rocha dos Namorados (monumento megalítico, Calcolítico).



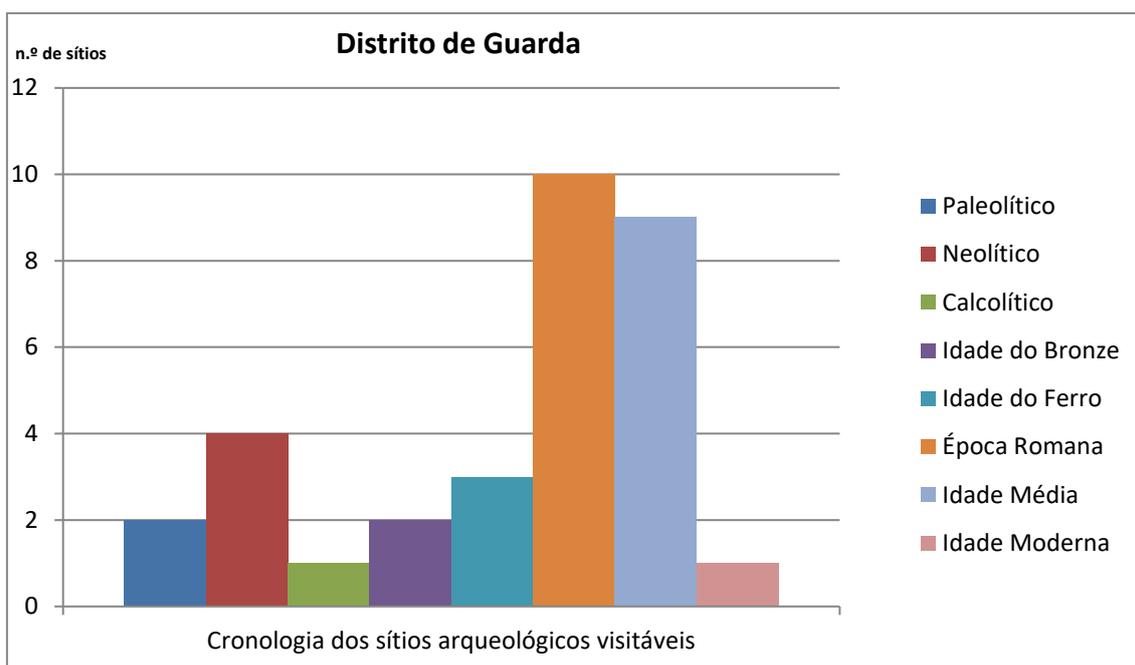
No **Distrito de Faro** existem o Castelo de Paderne (fortificação islâmica, Idade Média sécs. XII/XIII), Castelo Velho de Alcoutim (fortificação islâmica, Idade Média sécs. IX/XI), Menir do Lavajo (monumento megalítico, finais do 4º milénio/início do 3º milénio a. C.), Anta da Castelhana (monumento megalítico, finais do 4º milénio/início do 3º milénio a. C.), Barragem do Álamo (Romano), Villa do Montinho das Laranjeiras (Romano séc. I a. C. a séc. XII d. C.), Tholos da Eira dos Palheiros (monumento megalítico, Calcolítico), Parque Mineiro da Cova dos Mouros (antiga mina de extracção de cobre e ouro presentemente envolvida em projecto de recuperação geoambiental,

desde o Calcolítico até ao séc. XIX), Ponta do Castelo (povoamento islâmico, séc. XII), Villa de Milreu (Romano e Idade Média, do séc. I ao séc. X), Villa do Cerro da Vila (Romano sécs. I/III e Idade Média), Monumentos Megalíticos de Alcalar (3º milénio a. C.), Via da Cova do Lobo (antiga via romano-medieval, Romano Alto-império, Idade Média, islâmico, e Idade Moderna), Poço-Cisterna de Silves (Almoada séc. XIII e Idade Contemporânea), Anta das Pedras Altas (monumento funerário megalítico, Neolítico Final), Anta da Masmorra (monumento funerário megalítico, Neolítico Final) e Menires e Cromeleque do Monte dos Amantes (povoado neolítico, 6º/5º milénios a. C.).

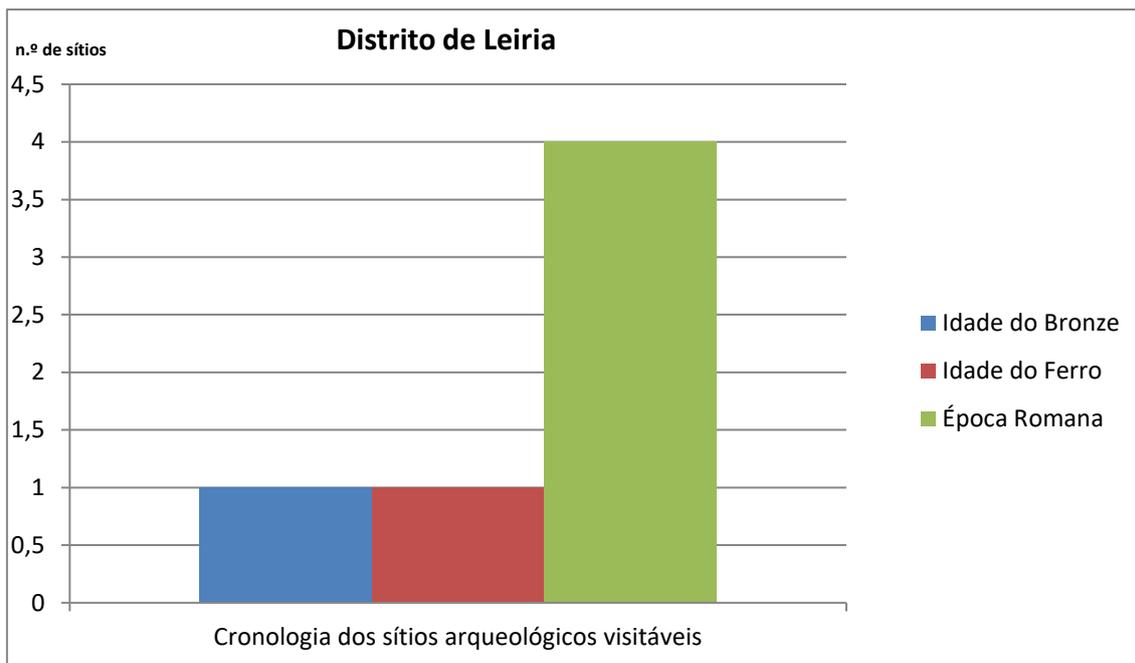




No **Distrito da Guarda** há a referir o Parque Arqueológico do Vale do Côa (arte rupestre, Paleolítico), a Quinta da Ervamoira (estruturas habitacionais diversas, sécs. III/XIII), o Castelo Velho (povoado fortificado ou espaço ritual?, Calcolítico e Idade do Bronze), Colodreira (estruturas diversas, villa?, Romano séc. IV), Villa de Rumansil I (Romano sécs. III/IV), Calçada das Regadas (troço de via romana, Romano sécs. I/IV), Villa de Zimbro II (Romano), Ruínas do Quintal do Museu da Casa Grande (estruturas habitacionais, Romano e Idade Média), Prazo (villa romana e necrópole medieval assente sobre ocupações que remontam ao Paleolítico superior, Paleolítico, Neolítico, Romano e Idade Média), Necrópole da Regada (Idade Média), Dólmen do Carapito (monumento megalítico, 4º milénio a. C.), Roteiro Pré-histórico de Fornos de Algodres (monumento megalítico e povoados, Neolítico à Idade do Bronze), Roteiro Romano e Medieval de Fornos de Algodres (vias, necrópoles, lagares e capelas, Romano e Idade Média), Anta Pêra do Moço (monumento megalítico, Neolítico), Castro do Tintinalho (Idade do Ferro, Romano e Idade Média), Castro do Jarmelo (Idade do Ferro?, Romano e Idade Média), Villa da Póvoa do Mileu (Romano, provavelmente sécs. III/IV), Capela Antiga e Paço Episcopal da Guarda (arquitetura religiosa, Idade Média e Idade Moderna) e Castro do Sabugal Velho (Idade do Ferro e Idade Média sécs. XI/XIII).

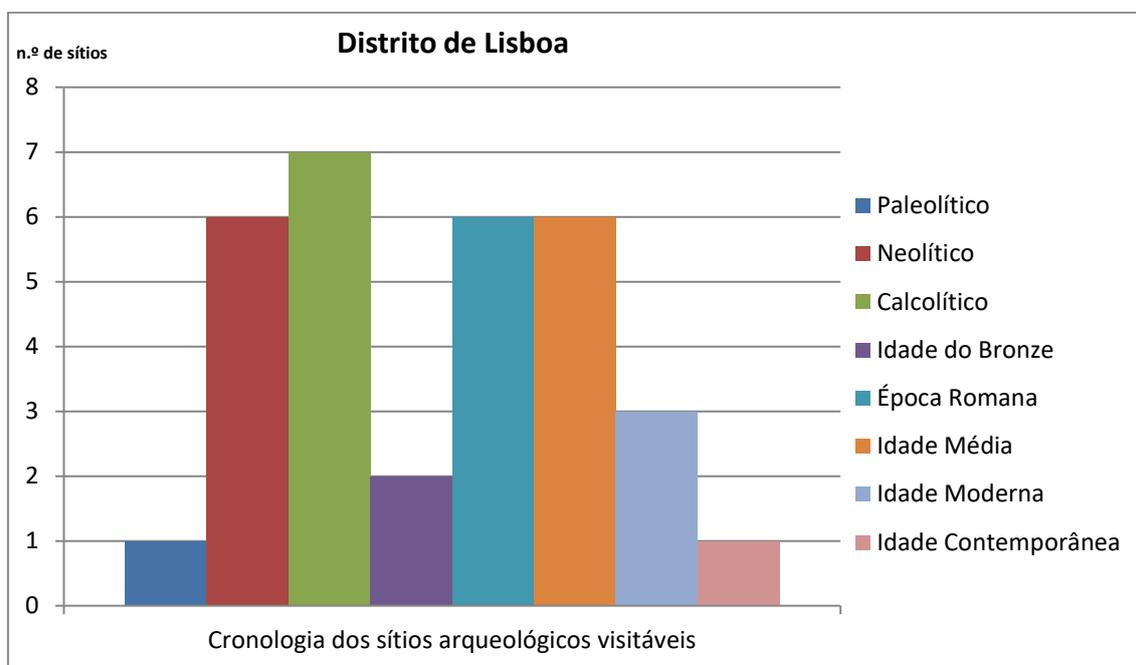


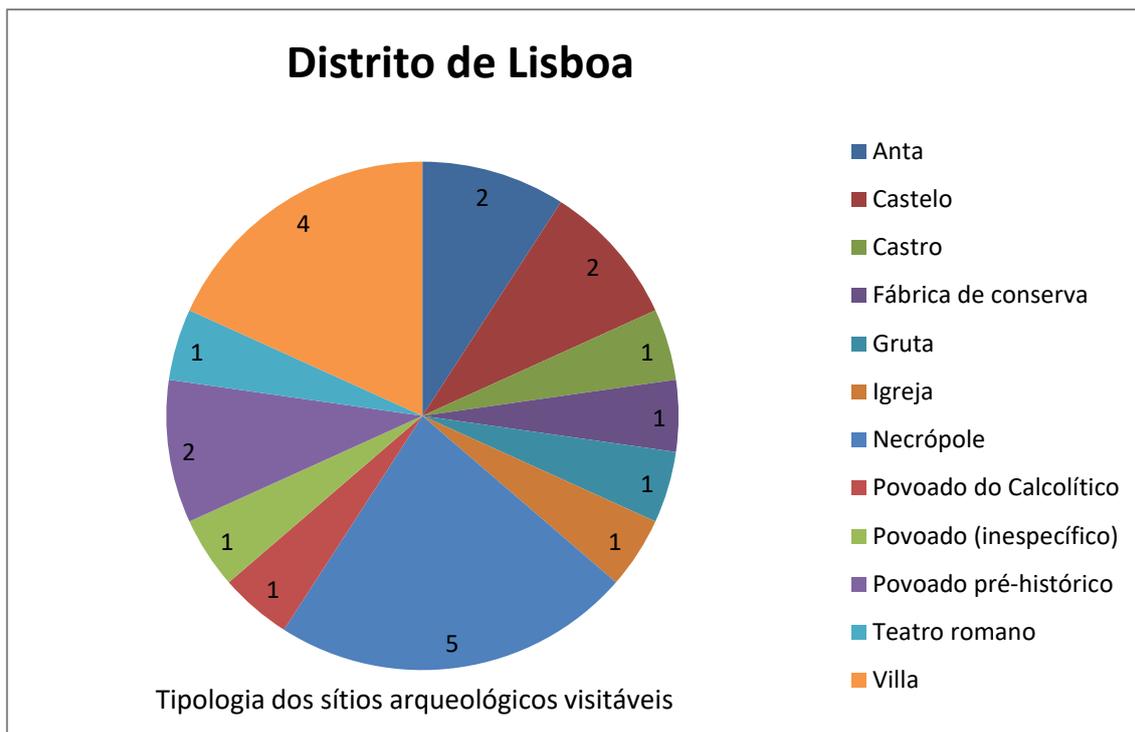
Existem no **Distrito de Leiria** o Castro de Nossa Senhora dos Milagres (Bronze Final/Idade do Ferro), Forno do Cabeço da Cotovia (forno cerâmico, Romano), Calvário/Devesa (estruturas habitacionais, Romano séc. IV), Parreitas (povoado/villa, Romano) e Cidade de Eburorittium (Óbidos) (Romano sécs. I/V).



No **Distrito de Lisboa** existem a Villa da Quinta da Bolacha (Romano, finais do séc. III/IV), Necrópole de Carenque (Neolítico Final e Calcolítico Inicial e Final, finais do 4º- inícios do 3º milénios a. C.), Vila Nova de S. Pedro (povoado fortificado, Calcolítico, cerca de 3000 a 1900 a. C.), Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (povoado, fábrica de conserva de peixe e necrópole, a partir do séc. VII a. C.), Museu do Teatro Romano (Romano, Idade Média e Moderna), Diaclase das Salemas (gruta, Paleolítico e Neolítico), Anta do Alto da Toupeira (monumento megalítico, Neolítico/Calcolítico), Anta de Carcavelos (monumento megalítico,

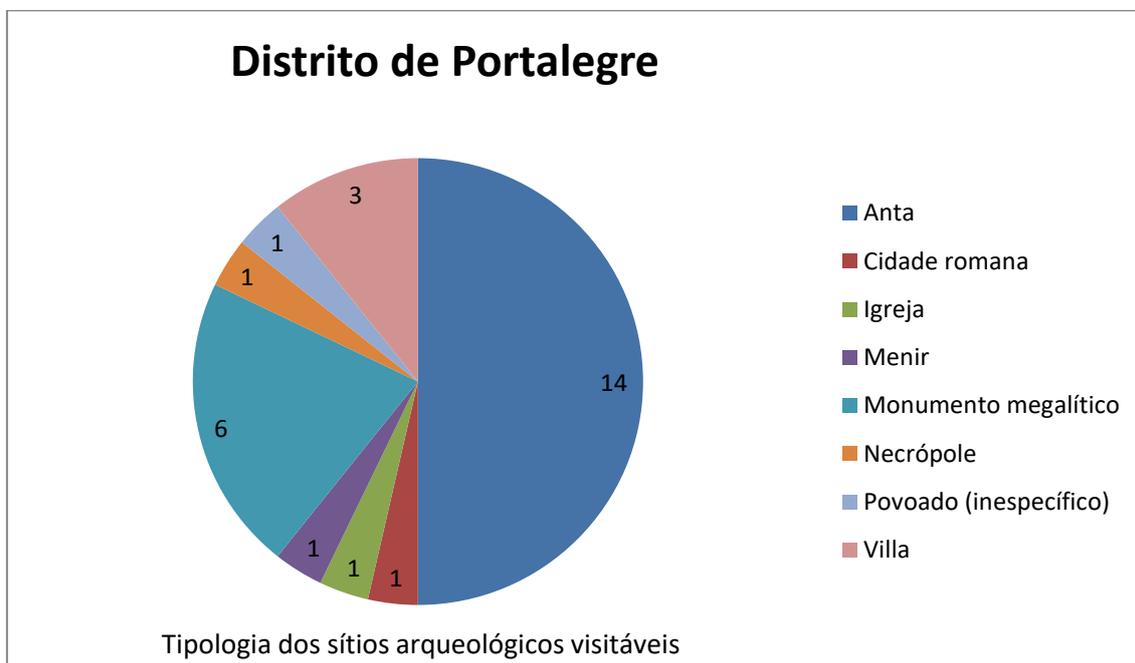
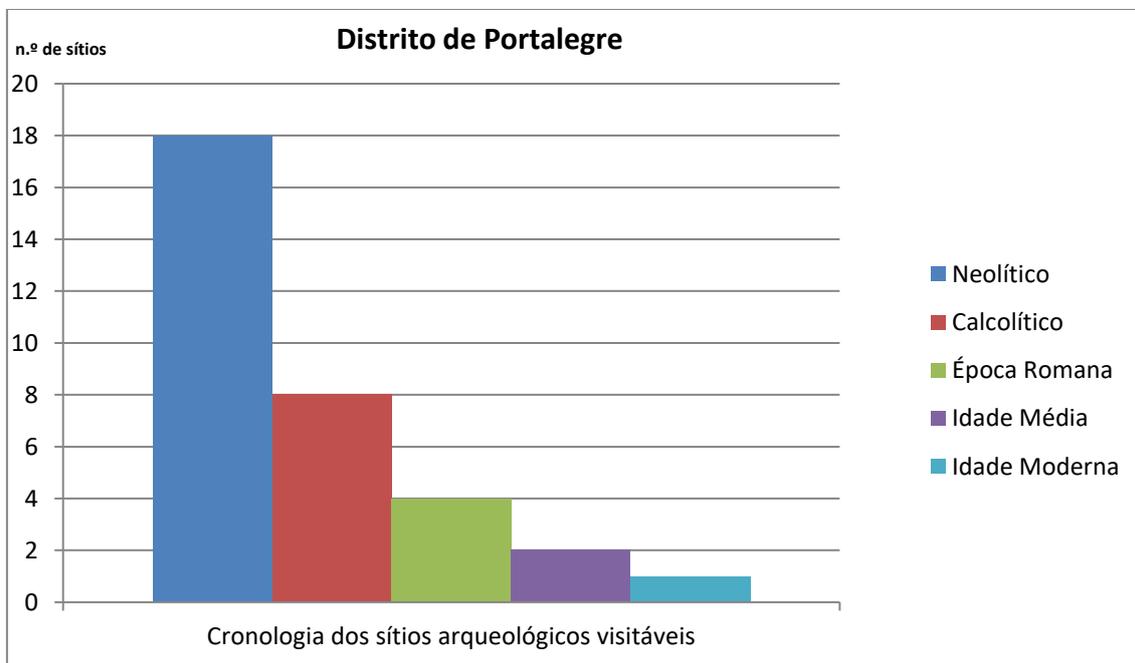
Neolítico/Calcolítico), Villa de Frielas (Romano e Idade Média, Islâmico), Villa das Almoinhas (villa romana e necrópole, Romano), Castelo de Periscoxe (fortificação, Idade Média e Moderna), Penedo do Lexim (povoado pré-histórico, Neolítico, Calcolítico e Idade do Bronze), Igreja de Santo André (Idade Média e Idade Contemporânea sécs. XIV/XIX), Povoado Pré-histórico de Leceia (Neolítico Final/Calcolítico Final), Ruínas Arqueológicas de São Miguel de Odrinhas (villa romana e necrópole medieval, Romano, Idade Média e Moderna), Área Arqueológica do Castelo dos Mouros (fortificação, habitat e necrópole, Neolítico Antigo, Idade do Bronze e Idade Média, Islâmico e Cristão) e Castro do Zambujal (Calcolítico, cerca de 2500 s 1700 a. C.).





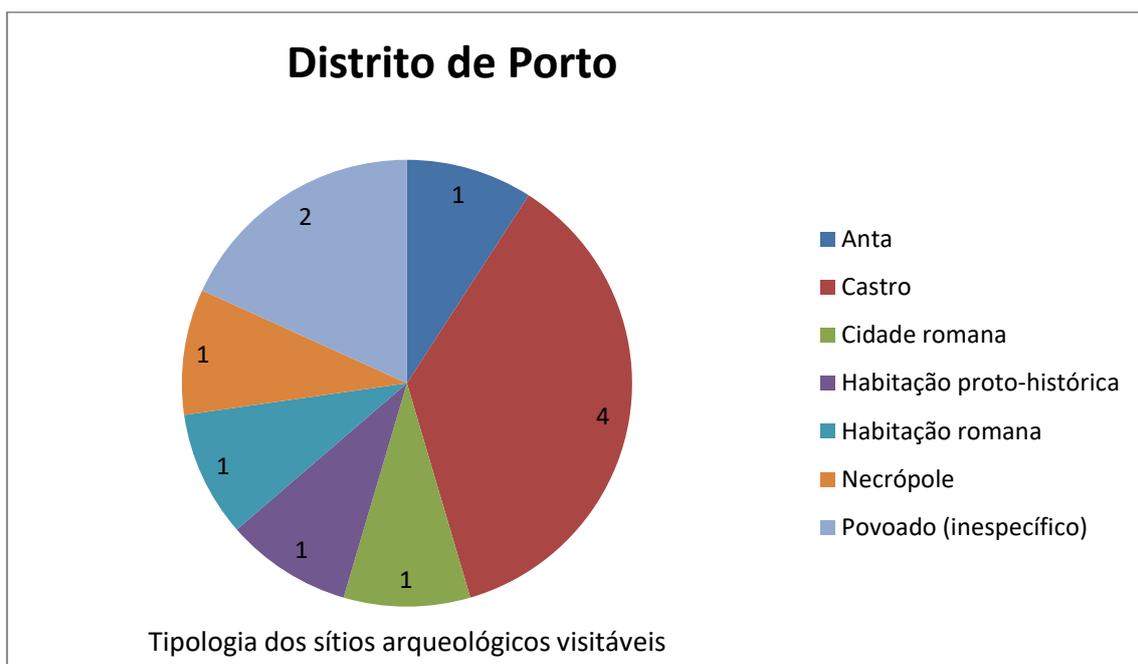
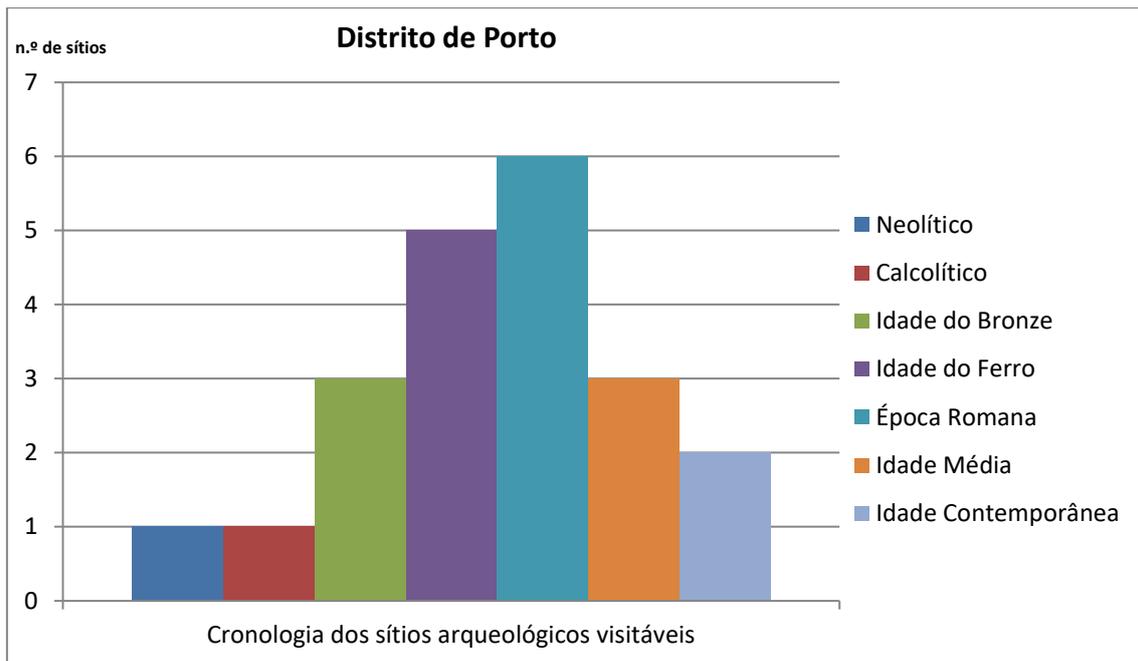
Considerando o **Distrito de Portalegre** verifica-se o Conjunto Megalítico de Benavila (monumentos megalíticos, Neolítico), Conjunto Megalítico do Ervedal (monumentos megalíticos, Neolítico), Necrópole da Ordem (monumento megalítico, Neolítico), Povoado de Santa Vitória de Campo Maior (3º milénio a. C.), Anta da Espadaneira (monumento megalítico, Neolítico), Anta I do Vale da Anta e Anta do Couto de Enchares (monumentos megalíticos, Neolítico), Anta Grande do Tapadão e Anta dos Penedos de São Miguel (monumentos megalíticos, Neolítico), Anta da Tapada dos Ganchos, Anta do Crato e Anta da Coutada de Barros (monumentos megalíticos, Neolítico), Monumentos Megalíticos de Elvas (5º a 3º milénios a. C.), Villa e Igreja de S. Pedro (Romano e Idade Média, igreja em ruínas), Conjunto Megalítico da Herdade Grande (monumentos megalíticos, Neolítico/Calcolítico), Antas e Menires de Marvão (monumentos megalíticos, Neolítico), Monumentos Megalíticos de Castelo de Vide (Neolítico), Cidade de Ammaia (Romano), Villa da Torre de Palma (Romano e Tardo romano sécs. I/VI, Idade Média/Moderna séc. XVI), Antas de S. Gens (monumentos megalíticos, Neolítico/Calcolítico), Antas de Saragonheiros (monumentos megalíticos, Neolítico/Calcolítico), Anta da Lomba da Barca (monumento megalítico, Neolítico/Calcolítico), Anta da Nave do Padre Santo (monumento megalítico, Neolítico/Calcolítico), Anta do Sobreirão (monumento megalítico, Neolítico/Calcolítico), Anta de Nossa Senhora da Redonda (monumento megalítico,

Neolítico/Calcolítico) e Conjunto Megalítico de Montargil (monumentos megalíticos, Neolítico).

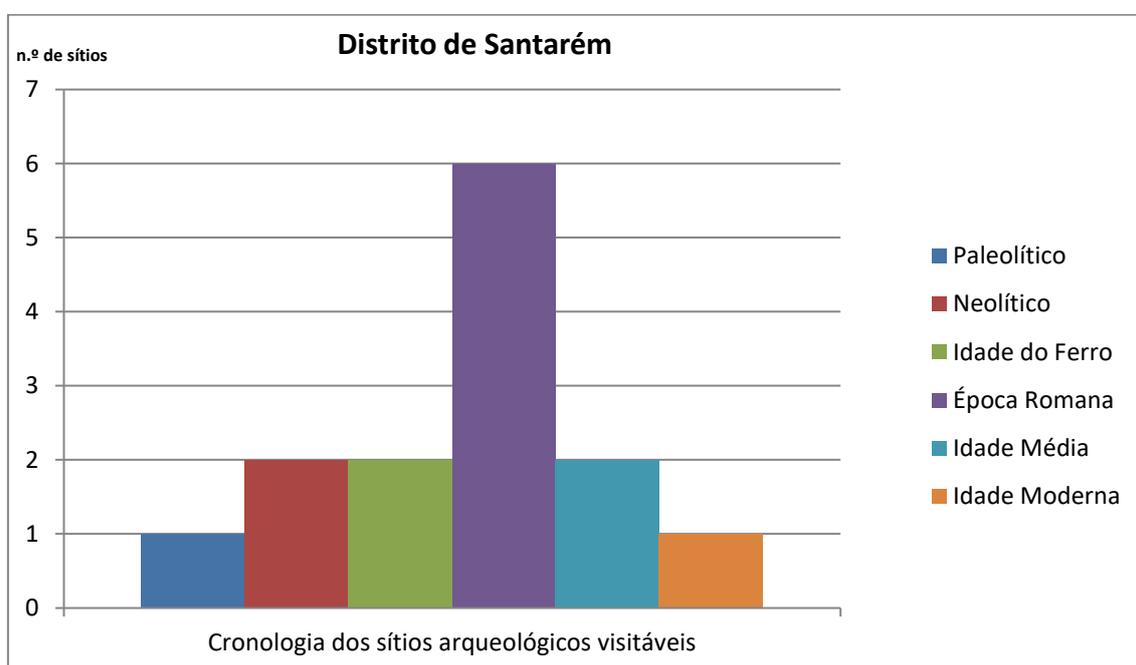


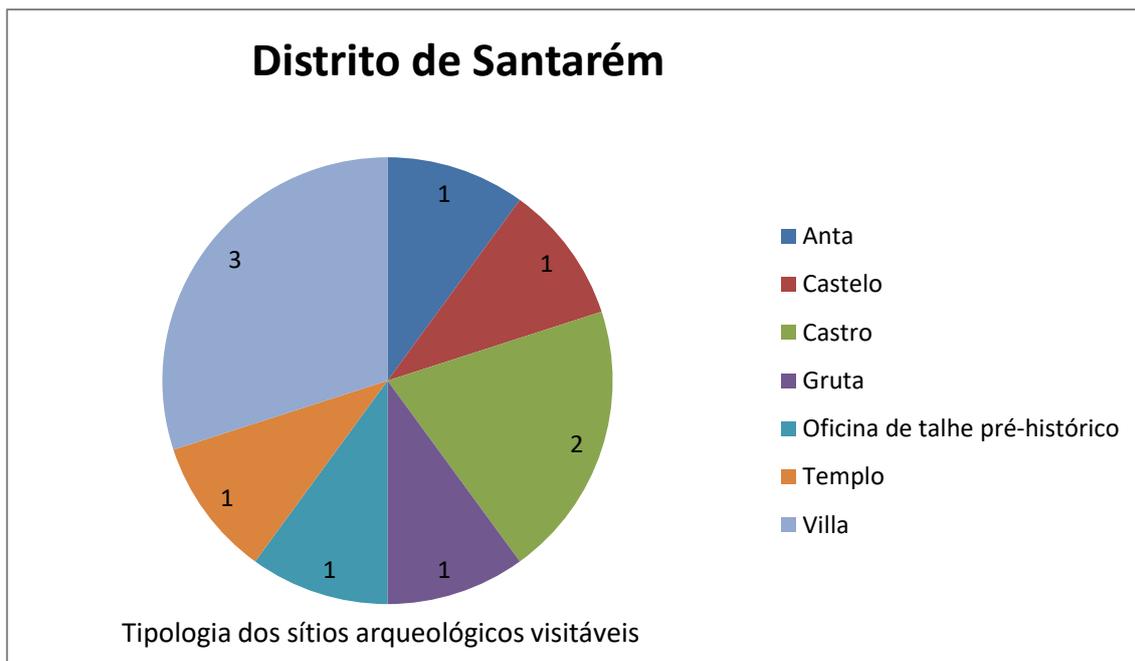
Considerando o **Distrito do Porto** temos os Dólmenes da Serra da Aboboreira (monumentos megalíticos, Neolítico Médio e Calcolítico), Área Arqueológica do Freixo (civitas romana Tongobriga, Idade do Ferro e Romano), Castro de Guifões (Idade do Ferro e Romano), Necrópole de Montedouro (Idade Média), Citânia de Sanfins (séc. III

a.C. ao séc. I d. C.), Povoado de Monte Mozinho (povoado fortificado, sécs. I/V), Casa do Infante (estruturas habitacionais, Romano sécs. III/IV à Idade Contemporânea), Arqueosítio da Rua D. Hugo, 5 (estruturas habitacionais, Proto-história sécs. VII/VIII a. C. à Idade Contemporânea), Cidade de Terroso (povoado fortificado, séc. VIII a. C. a sécs. III/IV d. C.), Castro de Monte Padrão (do Bronze Final sécs. IX/VIII a. C. até à Idade Média séc. XVI), Cidade de Bagunte (povoado fortificado, Idade do Ferro e Romano) e Castro de S. Paio (povoado fortificado marítimo, Idade do Ferro).



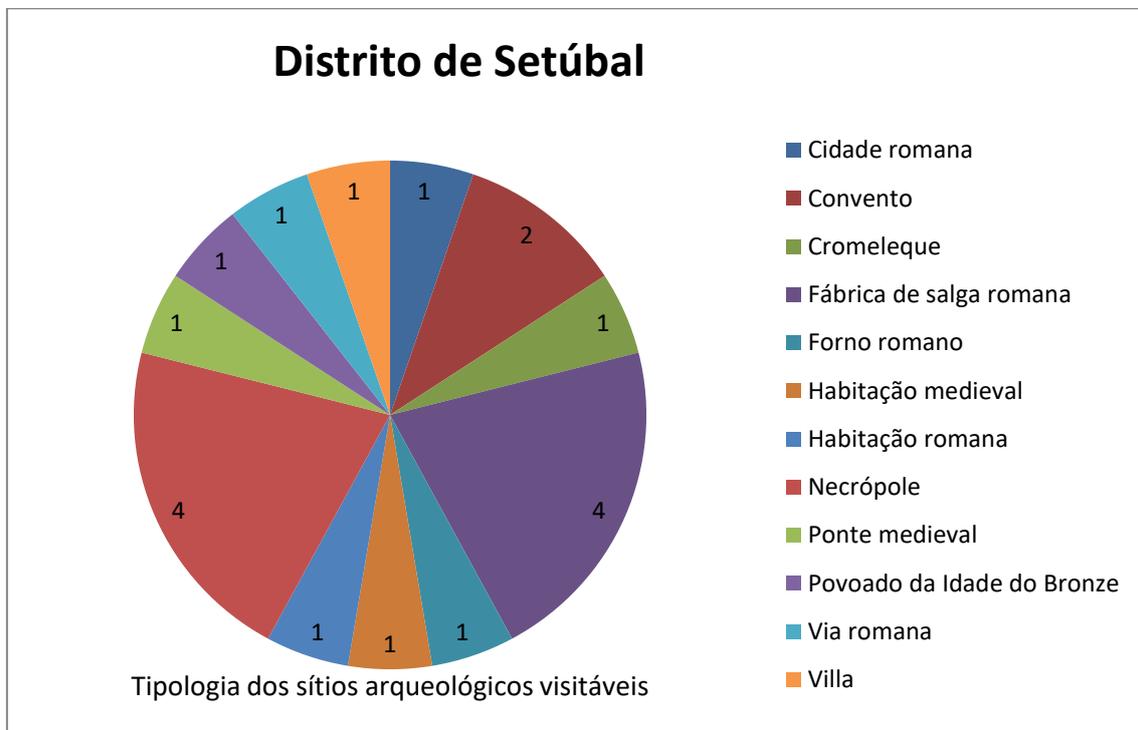
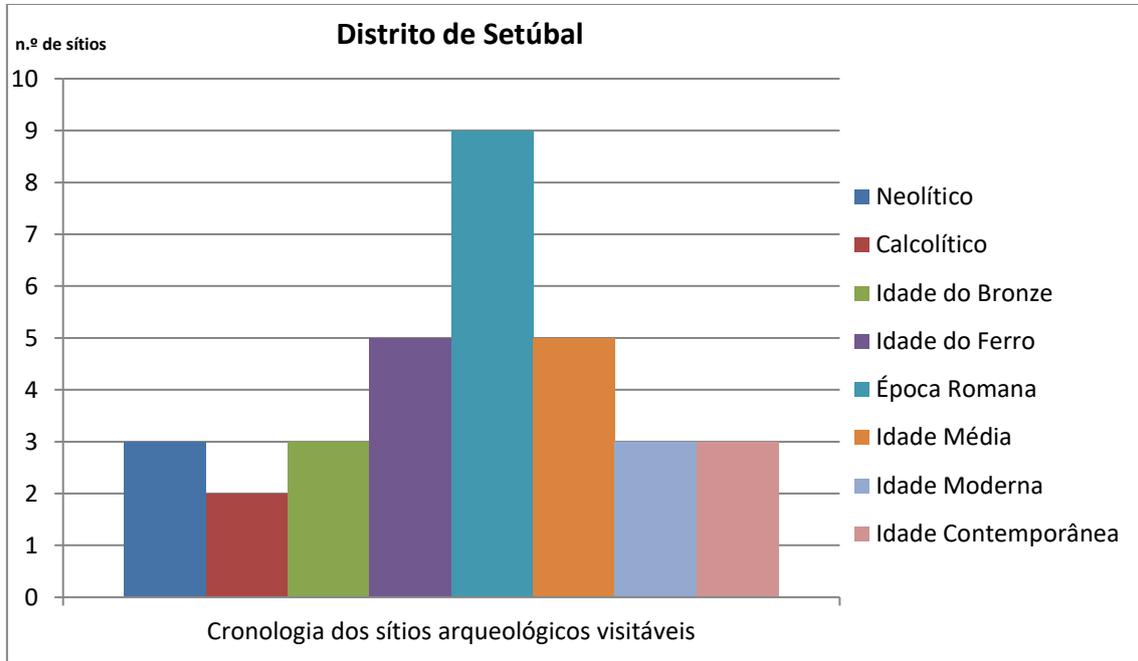
Para o **Distrito de Santarém** existe o Castro de S. Miguel (povoado castrejo muralhado, Idade do Ferro), Anta da Foz de Rio Frio (monumento megalítico, Neolítico Final), Castro do Alto do Castelo (Idade do Ferro e Romano), Villa de São Bernardo (Romano, Idade Média e Moderna), Villa de Arrochela (Romano), Chã da Cabeça (oficina de talhe, Pré-história recente), Templo Romano de Scallabis (Santarém) (Romano sécs. I a. C. a I d. C.), Alcáçova de Santarém (vestígios de povoamento romano, islâmico e medieval, período tardo-republicano romano sécs. IV/V, e Idade Média), Villa Cardílio (Romano) e Gruta da Nascente do Almonda (abrigo/gruta, Paleolítico Médio e Superior).





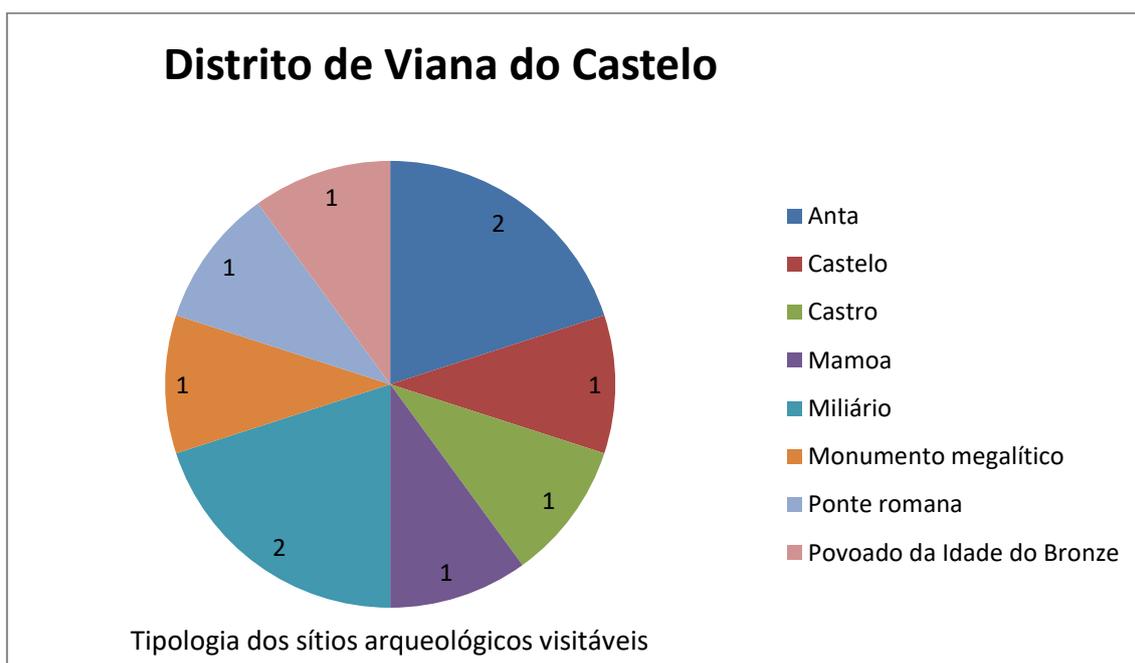
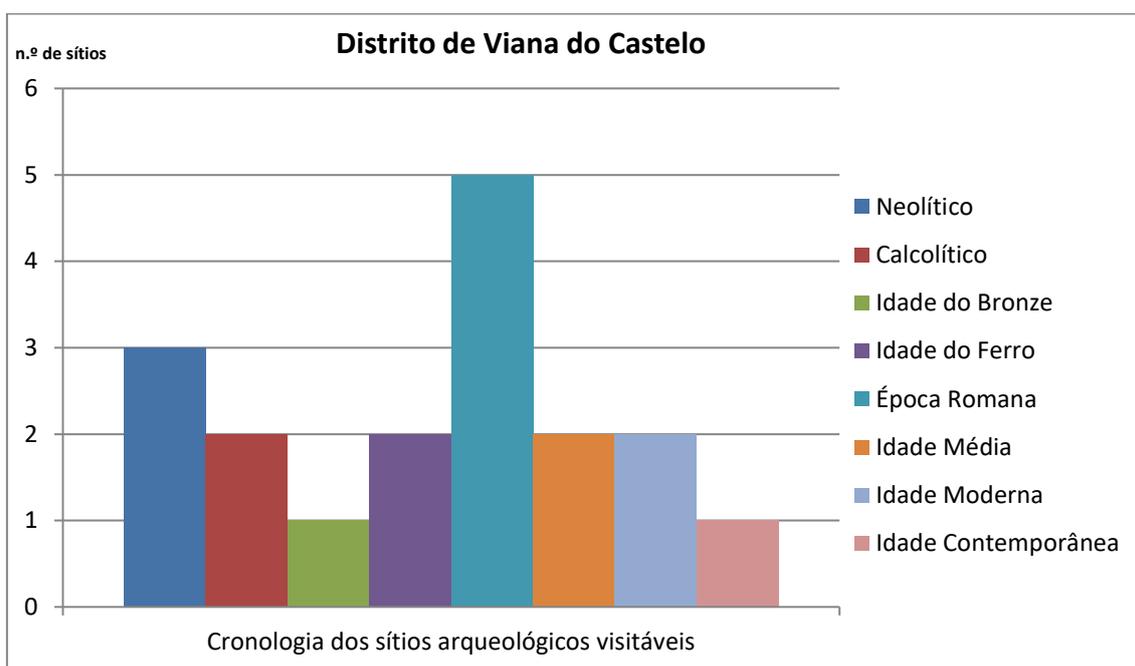
Para o **Distrito de Setúbal** existem o Núcleo Medieval-Moderno da Rua da Judiaria (estruturas habitacionais, desde os sécs. XI/XII até à actualidade), Quinta do Almaraz (povoado, do Bronze Final à Idade do Ferro, séc. II a. C.), Convento da Madre de Deus da Verderena (Idade Moderna e Contemporânea, edificado em 1591), Sepulcros da Quinta do Anjo (necrópole, Neolítico Final e Calcolítico), Necrópole da Quinta de S. Pedro (Idade Média e Moderna, meados do séc. XIII a meados do séc. XVII), Via Antiga do Viso (troço de via romana, Romano), Travessa de Frei Gaspar (fábrica de salga, Romano sécs. I/V), Creiro (fábrica de salga e estruturas habitacionais, Romano séc. I e Idade Média séc. XII), Convento de Nossa Senhora de Aracaeli (Idade Média, islâmico, sobre estruturas romanas e ocupação da Idade do Ferro, Romano), Fornos da Herdade do Pinheiro (olaria, Romano), Ponte de Alvalade (Idade Média), Quinta da Mandorelha (quinta de exploração agrícola e de lazer, Romano?, Idade Moderna e Contemporânea sécs. XVII/XIX), Miróbriga (centro urbano provincial/santuário, Idade do Ferro e Romano séc. IV), Ilha do Pessegueiro (habitat de ar livre e estabelecimento industrial de salga de peixe, Idade do Ferro e Romano), Herdade do Pessegueiro (habitat de ar livre e necrópoles, Neolítico 5º/4º milénios a. C., Idade do Bronze 2º milénio a. C. e Idade do Ferro sécs. V/IV a. C.), Necrópole da Quitéria (Idade do Bronze 2º milénio a. C.), Habitat da Palmeirinha (habitat de ar livre, Neolítico Médio 4º milénio a. C.), Monte Novo (recinto megalítico e habitat de ar livre, Neolítico 4º milénio a. C. e Calcolítico 3º milénio a. C.) e Fábrica de Salga do Largo

João de Deus (estabelecimento industrial de produção de salga de peixe, Romano sécs. I/V).

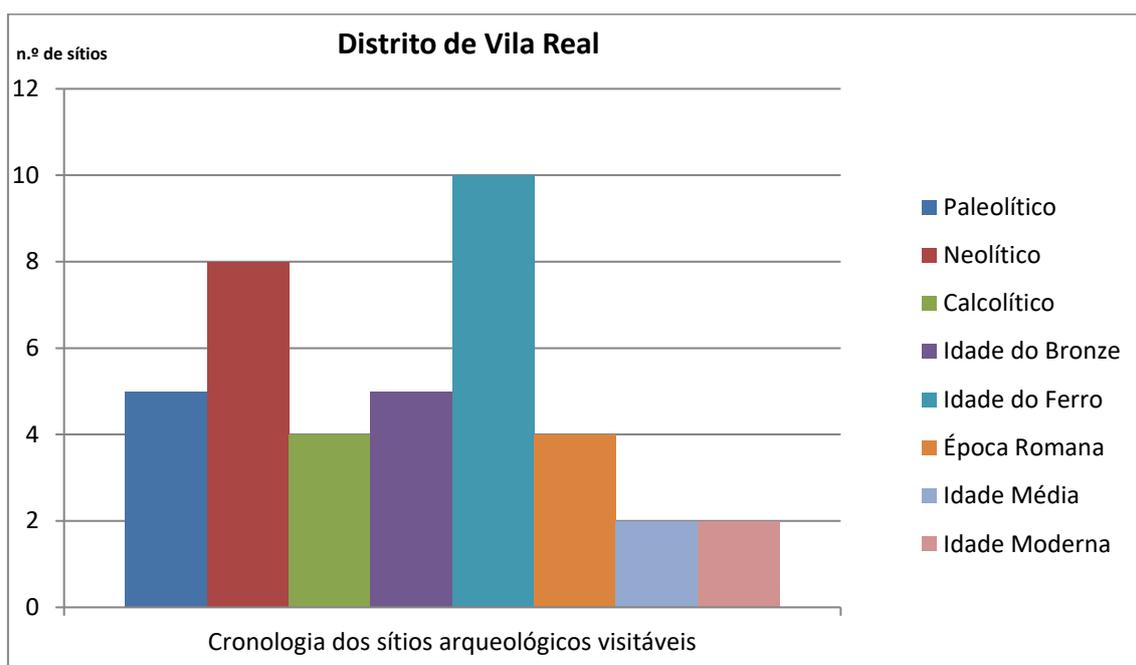


No **Distrito de Viana do Castelo** há a considerar a Anta ou Dólmen da Barrosa (monumento megalítico, Neolítico), Mamoa do Batateiro (monumento megalítico, Neolítico cerca de 3000 anos a. C.), Ruínas da Praça da República (ruínas da fortaleza

medieval e do castelo da cidade, Idade Média e Idade Moderna sécs. XIII/XVII), Antela da Cruz Vermelha (monumento megalítico, Neolítico/Calcolítico), Cividade de Cossourado (povoado fortificado, Idade do Bronze Final, Idade do Ferro e inícios do Romano), Miliários de Antas (marcos miliários, Romano), Ponte de Rubiães (Romano e Idade Média), Miliário do Adro da Igreja de Rubiães (marco miliário com sepultura antropomórfica, Romano e Idade Média), Núcleo Museológico da Ermida (monumento megalítico, da Proto-história à Idade Contemporânea) e Citânia de Santa Luzia (Idade do Ferro e Romano).



Considerando o **Distrito de Vila Real** verifica-se o Abrigo de Pala Pinta (abrigo com pinturas rupestres, Neolítico), Castro do Pópulo ou Castelo de S. Marcos (Idade do Ferro e Romano), Anta da Fonte Coberta (monumento megalítico, Neolítico), Mamoas I e II de Madorras (monumentos megalíticos, Neolítico Final/Idade do Bronze Inicial), Fontes de Mergulho de Murça (sécs. XVII, XVIII e XIX), Via Romana de Murça (Romano), Castro de Palheiros (5000/1900 a. C., com reocupação na Idade do Ferro), Gravuras Rupestres de Lamelas (Idade do Ferro e Idade do Bronze), Mamoas do Cerro do Carvalho (monumento megalítico, Neolítico Final/Calcolítico), Mamoas do Picoto (monumento megalítico, Neolítico Final/Calcolítico), Mamoas I e II do Cimo das Devesas (monumentos megalíticos, Neolítico Final/Calcolítico), Mamoas do Alto das Roseiras (monumento megalítico, Neolítico Final/Calcolítico), Castro do Picoto de S. Domingos (Idade do Ferro/Idade Média), Castro de Sabrosa (Idade do Ferro/Idade Média), Forno de Fornelos (forno cerâmico, Romano), Santuário da Mão do Homem (santuário rupestre, Idade do Bronze Final e Idade do Ferro), Santuário de Panóias (santuário rupestre, Idade do Ferro e Romano séc. III), Santuário da Pena (santuário rupestre, Idade do Bronze Final/Idade do Ferro), Santuário de São Bento (castro com santuário rupestre, Idade do Bronze Final/Idade do Ferro) e Fojo do Lobo (armadilha para caçar lobos, sécs. XVIII e XIX).

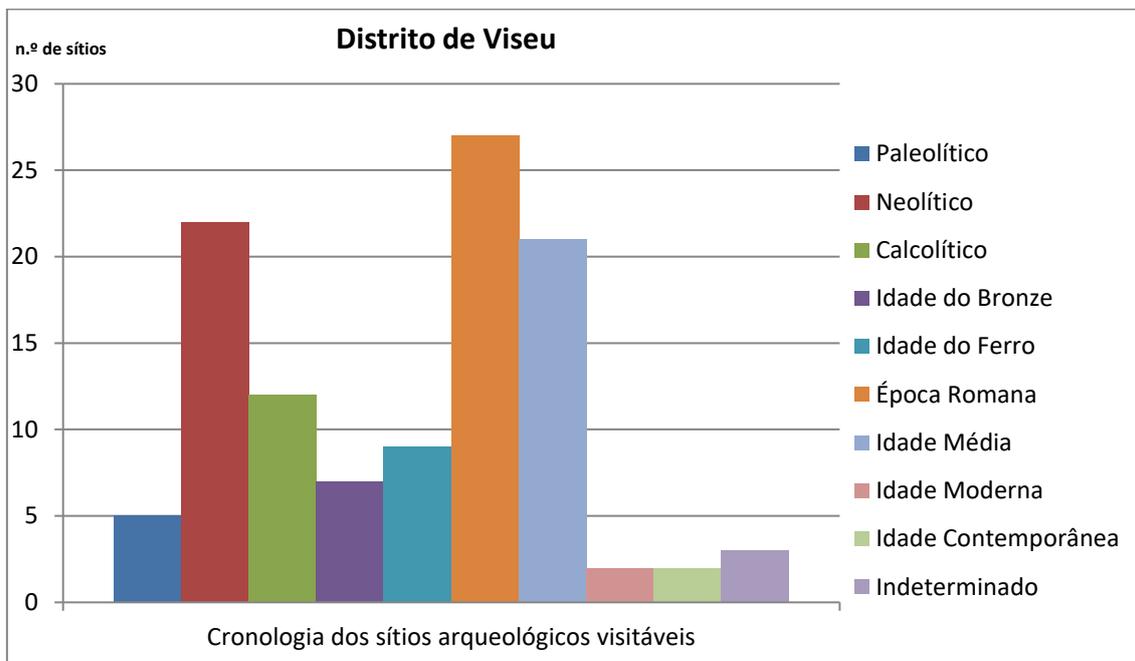


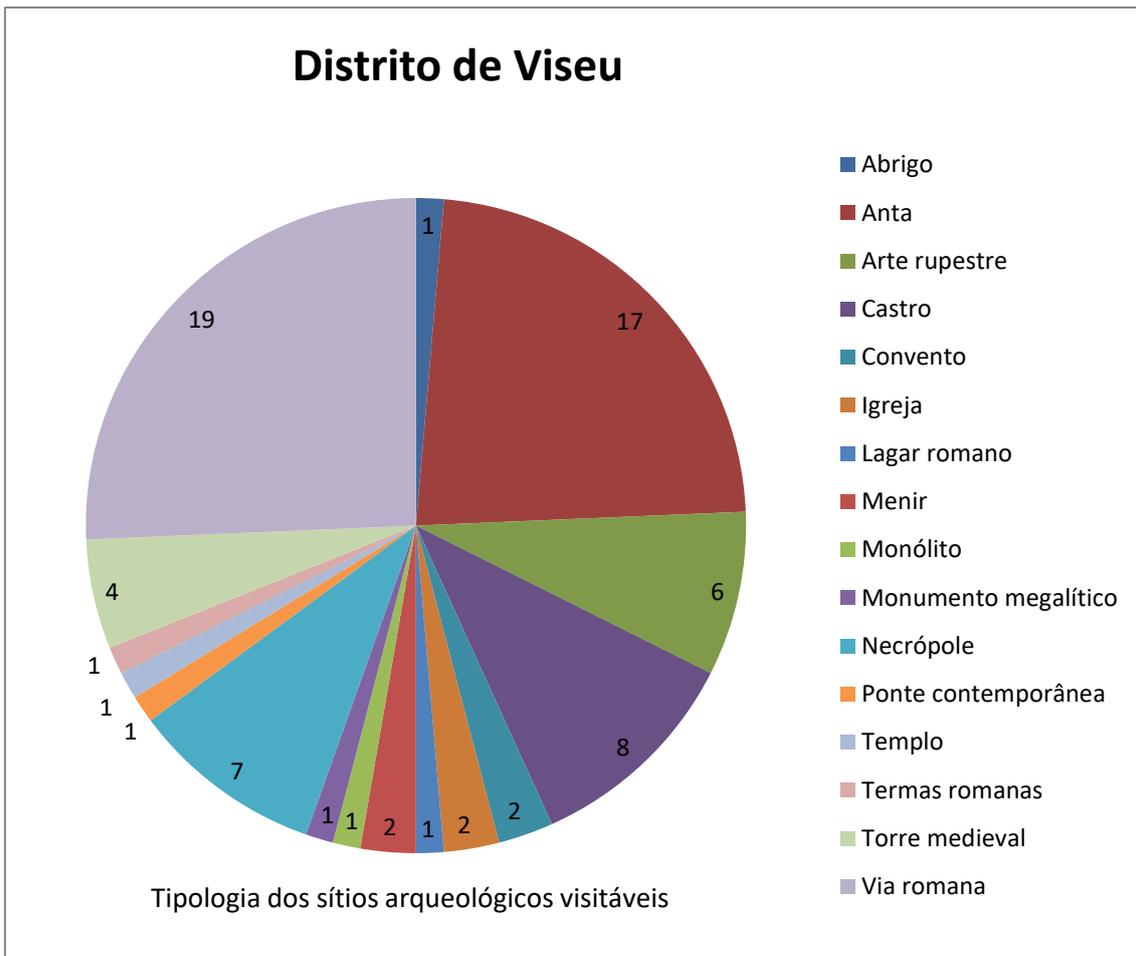


No **Distrito de Viseu** surge o Castro das Coroas (Idade do Ferro e Romano), Castro de Sanfins (Neolítico), Circuito Pré-histórico da Nave (monumentos megalíticos, Neolítico), Necrópole Megalítica de Lameira de Cima (Neolítico, eventualmente com reutilizações no Calcolítico e Idade do Bronze Inicial 4º/3º milénios a. C.), Menir do Vale de Maria Pais (monumento megalítico, Neolítico), Dólmen-capela da Senhora do Monte (monumento megalítico, Calcolítico 3º milénio a. C. e Idade Média), Mosteiro de Santa Maria de Cárquere (Romano e Idade Média), Abrigo da Fraga d'Aia (abrigo com arte rupestre, 4º milénio a. C.), Dólmen de Areita (monumento megalítico, 4º milénio a. C.), Castro do Sabroso (Idade do Bronze Final e Idade do Ferro), Via Romana Arcos-Granja do Tedo (Romano e Idade Média), Igreja Românica de S. Pedro das Águias (Idade Média séc. XII), Calçada de Santa Bárbara (via romana, Romano e Idade Média), Citânia de Longa (Idade do Bronze Final/Idade do Ferro), Via Romana Longa-Citânia (Romano e Idade Média), Gravuras do Cabeço das Pombas (santuário com arte rupestre, Idade do Bronze e Idade do Ferro), Necrópole Medieval da Igreja Matriz de Sendim (necrópole rupestre, Idade Média), Altar de S. João (templete, Romano), Via de Vale de Vila (via romana, Romano), Lagar do Fontelo (Romano), Gravuras do Calvário (arte rupestre, Idade do Ferro), Via de Tabuaço-Chavães (via romana, Romano e Idade Média), Mosteiro de S. João de Tarouca (séc. XII e seguintes), Via Romana de Ranhados e Ponte de Alcafache (Romano e Contemporâneo), Casa da Orca ou Casa da Moura (monumento megalítico, Neolítico), Citânia da Raposeira (villa romana, Romano sécs. I/IV), Torre de Gandufe (Idade Média), Necrópole da Igreja Matriz de Mangualde

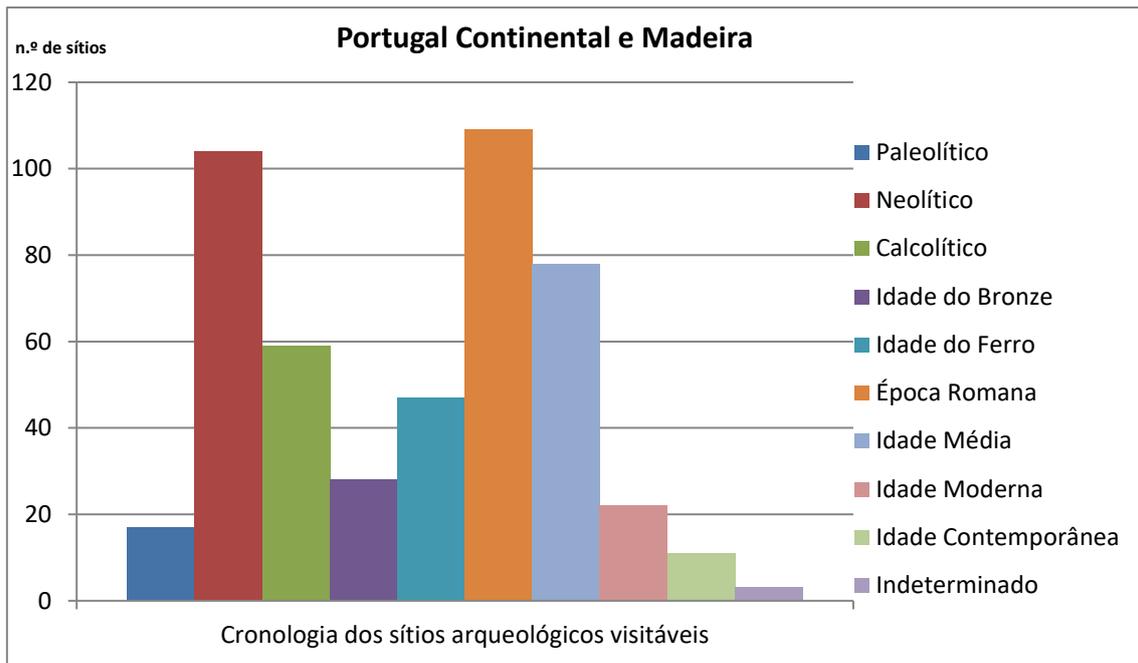
(da Idade Média à Idade Contemporânea), Via Romana de Mourilhe (troço de via romana, Romano), Necrópole do Cumareiro (Idade Média), Necrópole das Quelhadas (Idade Média), Anta da Cabeça Gorda (monumento megalítico, Neolítico ou Calcolítico), Anta de Arca (monumento megalítico, Neolítico), Monte da Coroa ou do Crasto (castro, Idade do Bronze, Idade do Ferro, Romano e Idade Média), Sítio do Jogo (inscultura rupestre, Cronologia indeterminada), Pedra da Ferraduras Pintadas (insculturas rupestres, Cronologia indeterminada), Pedra dos Cantinhos (inscultura rupestre, Cronologia indeterminada), Dólmen de Antelas (monumento megalítico, entre 3990 e 3700 a. C.), Estrada Romana do Ral (troço de via romana, Romano), Estrada Romana de Entráguas (troço de via romana, Romano), Castêlo (castro, Calcolítico Médio-Final), Anta dos Chascos (monumento megalítico, Neolítico), Estrada Romana de S. Joane (troço de via romana, Romano), Estrada Romana do Vau (troço de via romana, Romano), Estrada Romana de Santiaguinho (troço de via romana, Romano), Estrada Romana de Postasneiros (troço de via romana, Romano), Rasto dos Mouros (insculturas rupestres, Neolítico Final), Estrada Romana de Vilarinho (troço de via romana, Romano), Anta do Penedo de Com (monumento megalítico, Neolítico, com reutilização no Calcolítico), Castro da Cárcoda (Idade do Ferro e Romano), Estrada dos Almocreves (troço de via romana, Romano), Pedra Escrita (monólito granítico, séc. X a. C.), Termas Romanas de S. Pedro do Sul (balneário romano, séc. I a. C. conjectural), Estela-Menir da Caparrosa (monumento megalítico, Calcolítico), Via Romana do Paranho (Romano), Via Romana do Guardão (Romano), Anta da Arquinha da Moura (monumento megalítico, Neolítico 3º milénio a. C.), Orca de Pendilhe (monumento megalítico, Neolítico Final, com reutilizações no Calcolítico Final), Orca da Corga dos Moços (monumento megalítico, Neolítico Final), Orca de Porto Lamoso (monumento megalítico, Neolítico Final, com reutilizações tardias no Calcolítico), Orca do Tanque (monumento megalítico, Neolítico Final, com reutilizações tardias no Calcolítico), Orca das Castonairas (monumento megalítico, Neolítico Final, com reutilizações tardias no Calcolítico), Orca do Picoto do Vasco (monumento megalítico, Neolítico Final, com reutilizações tardias no Calcolítico), Orca dos Juncais (monumento megalítico, Neolítico Final, com reutilizações tardias no Calcolítico), Necrópole dos Carvalhais (Alta Idade Média, período da Reconquista), Necrópole de S. Martinho e Almoneixe (Alta Idade Média, período da Reconquista), Igreja Matriz de Vila Cova-à-Coelheira (cemitério medieval, Alta Idade Média sécs. X/XII), Torre de Alcofra (torre senhorial, Idade Média e Idade Moderna sécs. XIII/XVII), Torre de Cambra (torre senhorial, Idade

Média e Idade Moderna sécs. XIII/XVII), Castro do Cabeço do Couço (Idade do Bronze Final, Idade do Ferro e Romano), Dólmen da Lapa da Meruje (monumento megalítico, Neolítico), Estrada de Fataúncos-Figueiredo das Donas (troço de via romana, Romano e Idade Média) e Torre de Vilharigues (torres senhorial, Idade Média séc. XIII),

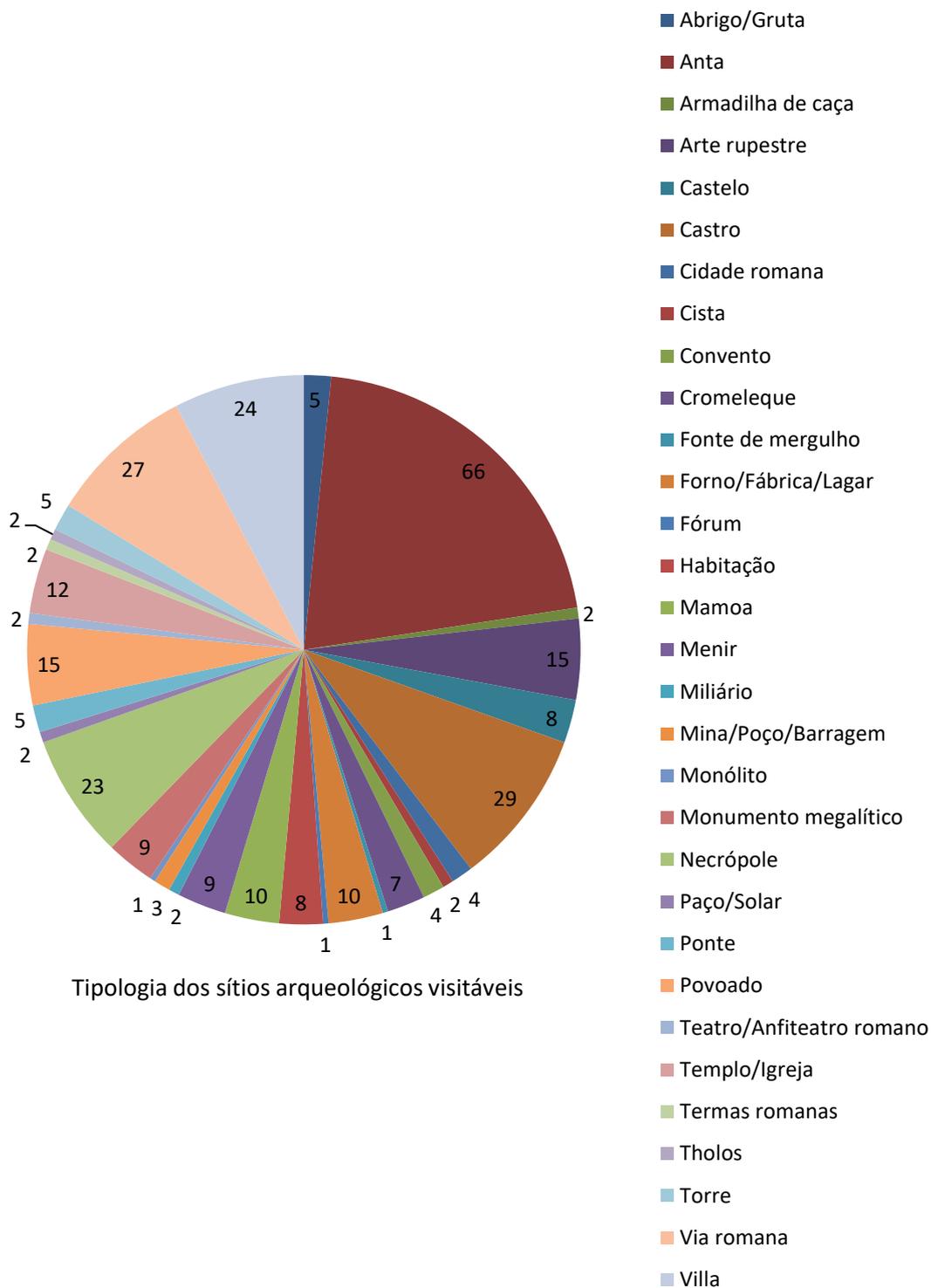




Na **região autónoma da Madeira** há o Núcleo Arqueológico da Junta de Freguesia de Machico (solar, Idade Moderna, séc. XVII, e Contemporânea).



## Portugal Continental e Madeira



Para o turismo arqueológico, no domínio do Património Náutico e Subaquático, são de referir também o Parque Arqueológico de Angra do Heroísmo, nos Açores; o sítio arqueológico do navio Océan, em Lagos; o sítio arqueológico de Faro A; o sítio de Cascais – Thermopylae/Pedro Nunes – ; o Museu Subaquático de Sesimbra e o Museu Subaquático de Navios de Marinha de Guerra ou MUSUBMAR, em Portimão (Aleixo, 2010, pp. 83, 85, 87, 88 e 90).

A partir da análise dos gráficos (cronológicos e tipológicos) verifica-se, na generalidade, a predominância do Neolítico, do Calcolítico, da Idade do Ferro, da Época Romana e da Idade Média. Por outro lado, constata-se a hegemonia das Antas, Castros, Vias romanas, *Villae* e Necrópoles. Este predomínio e esta hegemonia resultam, sobretudo, da história da produção de conhecimento e de património arqueológico verificado em Portugal, em consonância, na sua maioria, com o quadro geral registado para o resto da Europa. Uma tendência que está directamente conectada aos interesses dos investigadores que lideraram investigações no terreno. Esta predominância e a própria hegemonia verificam-se com maior notoriedade em determinados distritos, possivelmente em resultado da localização residencial de investigadores, do empenho de determinadas autarquias, movimento associativo e da iniciativa privada, assim como da proximidade de instituições de ensino superior. Sobre a Villa Cardillio, parece conseguir destacar-se no contexto das *villae* romanas e de outros sítios visitáveis no seu distrito.

Assim, a distribuição cronológica dos sítios arqueológicos visitáveis, em Portugal, é a seguinte:

Paleolítico: Conta com 17 sítios arqueológicos difundidos ao longo do país, mas com maior expressão nos distritos de Vila Real e Viseu;

Neolítico: Com 104 sítios, predominantes nos distritos de Évora, Portalegre e Viseu;

Calcolítico: Os 59 sítios distribuem-se, principalmente, pelos distritos de Évora, Lisboa e Portalegre;

Idade do Bronze: Registam-se 28 sítios disseminados pelos distritos de Évora, Guarda, Leiria, Lisboa, Porto, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu;

Idade do Ferro: Os 47 sítios dispersam-se, principalmente, pelos distritos de Braga, Porto, Setúbal e Vila Real;

Época Romana: Com 109 sítios localizados, praticamente em todo o país, mas com maior incidência nos distritos de Coimbra, Guarda, Porto, Santarém, Setúbal e Viseu;

Idade Média: Os 78 locais arqueológicos predominam nos distritos de Beja, Braga, Castelo Branco, Faro, Guarda e Lisboa;

Idade Moderna: Com 22 sítios arqueológicos distribuídos pelos distritos de Braga, Évora, Faro, Guarda, Lisboa, Madeira, Portalegre, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu;

Idade Contemporânea: Registam-se 11 sítios com expressão nos distritos de Faro, Lisboa, Madeira, Porto, Setúbal, Viana do Castelo, Viseu;

Indeterminado: Existem 3 locais arqueológicos situados no distrito de Viseu.

No que diz respeito à tipologia dos sítios arqueológicos visitáveis, em Portugal, em maior número, são os seguintes:

Antas (66): Predominam nos distritos de Évora (16), Portalegre (14) e Viseu (17), embora existam em quase todos os distritos;

Castros (29): Dispersos por 12 distritos, mas com maior incidência nos distritos de Porto (4), Vila Real (4) e Viseu (8);

Vias Romanas (27): O distrito de Viseu possui o maior número de vias romanas (19), embora as haja em mais 7 distritos;

Villae (24): As *villae* têm a sua maior expressão nos distritos da Faro (3), Guarda (5), Lisboa (4), Portalegre (3) e Santarém (3);

Necrópoles (23): O distrito de Lisboa com 5 necrópoles, o de Viseu com 7 e o de Setúbal com 4 são os distritos que mais necrópoles possuem.

Tendo em conta o conteúdo do vídeo de apresentação do estudo “Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social”, de 2020, disponível em

(<https://www.youtube.com/watch?v=SfNfKCsBqPo&t=6669s>) na plataforma *YouTube*, este estudo tem como contexto ser pioneiro com o mecenato da fundação Millennium BCP e é um projecto da Spira – revitalização patrimonial, da Nova SBE e do Observatório do Património, analisando os problemas do património cultural em Portugal, combinando abordagens qualitativa e quantitativa a nível nacional e propondo soluções. Foi elaborado entre 2018 e 2019, não estando reflectida a situação da pandemia na análise quantitativa dos indicadores, como é referido no sumário executivo deste estudo. É da autoria de Catarina Valença Gonçalves, investigadora doutorada em História da Arte Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa e diplomada em Turismo pelo Institut de Recherche en Études Supérieures Touristiques da Universidade Paris 1 - Panthéon Sorbonne, entre outros autores, que trata sobre o “património cultural, combinando abordagem qualitativa e quantitativa, a nível nacional e com atenção às especificidades das regiões do interior e das ilhas, permitindo, pela primeira vez, avaliar o potencial económico e social deste recurso endógeno e o seu possível contributo para o desenvolvimento harmonioso do país”, como refere no *site* [valordopatrimonio.pt](http://valordopatrimonio.pt), ao visioná-lo direi o seguinte: penso que esta análise vem ao encontro do restante conteúdo desta dissertação, reforçando a minha opinião quanto à união entre sítios arqueológicos e turismo, para, com as devidas cautelas, almejar um maior enriquecimento cultural e económico das populações onde se inserem e, ao mesmo tempo, do país.

## **Contextualização do sítio da Villa Cardillio no quadro da romanização da Lusitânia**

Com base no *website* (<http://www.ribatejo.com/ecos/tnovas/tncastel.html>), tendo como fonte "Castelo de Torres Novas", ed. Serviços Culturais da Câmara Municipal de Torres Novas, Rodrigo Mendes Silva na sua "Población General de España" (Madrid, 1645), atribuiu a fundação de Torres Novas aos Galo-Celtas, no ano 308 a. C.

Várias teorias emergem sobre as primitivas origens da ocupação humana de Torres Novas, muitas delas tendo como referências os escritos que fazem a apologia do antigo, reflectindo o natural desejo em fazer recuar as origens às mais remotas ancestralidades, referindo as passagens de Gregos (Neupergama), Cartagineses (Kaispergama) e Romanos (Nova Augusta) por estas paragens. Factos que até à data nunca vieram a ter confirmação material na área onde se ergue hoje a cidade de Torres Novas. Desconhecem-se portanto, os fundamentos das referências à antiguidade de Torres Novas presentes no texto da entrada de Torres Novas na Corografia Portuguesa (1712) de António Carvalho da Costa, e perpetuadas em obras como a História de Santarém Edificada (1740) de Inácio Piedade Vasconcelos, as Memórias da vila de Torres Novas (1740) de Francisco Xavier de Arez Vasconcelos, as Memórias para a história da vila de Torres Novas (1745-1746) de Luiz Montez Mattoso, as memórias do Dicionário Geográfico de Portugal (1758) ou até em Portugal Antigo e Moderno (1886) (Santos, 2011, p. 112).

A julgar pelos vestígios arqueológicos da presença romana na região, é plausível admitir uma ocupação militar do outeiro, onde se situa o castelo medieval, controlando a via que comunicava Conímbriga a "Olisipo" (Lisboa).

O processo de romanização consistiu, essencialmente, na criação de uma nova ordem territorial. Esta nova ordem incluía: novas realidades político-administrativas, decorrentes da criação de um vasto sistema de centros urbanos, que capitalizavam as diferentes regiões; um regime político-administrativo, que estabeleceu uma hierarquia de relevância no seio desses diversos centros; finalmente, um processo de complexificação social, pelo qual ascendiam, de um modo durável, algumas famílias à condição de elites locais, regionais ou supra-regionais, sobre as quais se firmavam as

bases do poder imperial. As transformações introduzidas pelo processo de romanização intensificaram-se e estenderam-se a todo o território peninsular, provocando nos povos indígenas mutações não só económicas e sociais, mas também ideológicas e culturais (Fabião, 2006, p. 232).

A importância estratégica da região do Vale do Tejo, juntamente com as suas terras férteis, abundância de água e navegabilidade do Tejo, conduziu Júlio César a elevar Scallabis (Santarém) à categoria de colónia e, mais tarde, provavelmente ainda no tempo de Augusto (cerca de 13 a. C.), à dignidade de “Conventus”, circunscrições judiciais criadas com o objectivo de facilitar a administração da justiça. (Fabião, 2006, p. 251 e 252).

O território português da Lusitânia foi repartido por três “Conventus”: Emeritense, Escalabitano e Pacense, com capitais, respectivamente, em Emerita Augusta (Mérida), Scallabis (Santarém) e Pax Julia (Beja). O Norte de Portugal ficava dividido entre os “Conventus” Bracaraustano e Asturiense, com sedes em Bracara Augusta (Braga) e Asturica Augusta (Astorga) (Fabião, 2006, p. 267).

As vias romanas constituem uma das mais famosas e impressionantes realizações do poder imperial de Roma. Na Península, como em todo o resto do Império, constituíram um dos elementos materiais mais poderosos da administração romana, para além das cidades (Fabião, 2006, p. 279). A via que ligava Olisipo a Bracara era certamente o mais importante itinerário de ligação entre o Norte e o Sul do actual território português. De Olisipo ia a Scallabis, daí a Selium (Tomar), onde devia existir uma ramificação para Colipo (algures na zona de Leiria). Seguidamente passava por Conímbriga, Aeminium (Coimbra), Talabriga (em local indeterminado junto ao Vouga, talvez no sítio de Cabeço do Vouga) e Lancóbriga (provavelmente no Castro de Fiães, Santa Maria da Feira). Cruzava o rio Douro nas imediações das actuais cidades de Gaia e do Porto, onde se conhecem vestígios de antigas ocupações, e dali continuava até Bracara Augusta.

Há a referir ainda a via que ia de Scallabis a Augusta Emerita com passagem por Alter do Chão (Fabião, 2006, p. 280 e 281).

Durante o principado de Augusto começaram a verificar-se as primeiras instalações de colonos romanos no actual território português (Fabião, 2004, p. 497).

Atendendo a que a sociedade romana possuía nas cidades a sua principal realização material, a cultura romana sempre exaltou os valores da ruralidade, pois a sociedade romana é intrinsecamente uma sociedade agrária, tendo como exemplo Cincinato, general e cônsul romano. Era, de certo, por isso que a criação de uma exploração rural fazia parte do ideal de vida de todo o romano que alcançava uma vida estável e desafogada. Por conseguinte, os cidadãos mais ricos tinham as suas *villae* no campo. Talvez aqueles que eram proprietários de *villae* num raio de dois ou três quilómetros em torno da cidade dispensassem casas no centro urbano, mas os que tinham as suas propriedades rurais mais longe teriam segunda residência na cidade (Fabião, 2006, p. 292 e 293; Alarcão, 1990, p. 479).

No actual território português, a romanização da agricultura deve ter sido contemporânea da instalação das primeiras colónias (Fabião, 2006, p. 293).

A *villa* seria uma propriedade rural com uma grande extensão de terras (o *fundus*) e um conjunto de edifícios que incluía: a residência do proprietário (*villa urbana*), os alojamentos dos trabalhadores, escravos e currais (*villa rustica*) e os armazéns, celeiros e lagares (*villa fructaria*) (Fabião, 2006, p. 293; Alarcão, 1990, p. 421).

Portanto, a *villa* era um espaço multifuncional, dotado de múltiplas valências, e personalizado ao extremo, na medida em que expressava as ambições e interesses do(s) seu(s) proprietário(s). Emblema por excelência da sociedade que a criou, a *villa* tem polarizado a investigação arqueológica, pela riqueza decorativa e de conteúdos culturais. Desta forma, quando olhamos para a paisagem rural, é a *villa* que sobressai, estando os restantes componentes do tecido de povoamento ainda mal conhecidos (Carneiro, 2020, p. 455).

Segundo Carneiro (2020), a *villa* encontra-se numericamente bem representada em todo o actual território português, embora seja evidente uma concentração no sudoeste peninsular, na área que em traços gerais corresponde ao Alentejo central. Esta maior densidade ocorre, não apenas pela força da investigação arqueológica (facilitada pela repartição da propriedade em latifúndios), mas também por ser a região que mais se aproxima das *paisagens ideais* que os romanos tinham como referente. A repartição é, no entanto, desigual, ocorrendo com enorme intensidade em torno a algumas *urbes*, em especial na envolvente de *Pax Iulia* (Beja) e de *Ebora Liberalitas Iulia* (Évora), e

espaçando-se em paisagens mais distantes do ideal mediterrânico, como as serranias do litoral, as *terras de areias* da bacia do Tejo ou os ondulados xistosos das serras algarvias. A norte do Tejo, em contrapartida, a investigação arqueológica recente tem comprovado uma ocupação do território rural que, por vezes, apresenta densidades surpreendentes, embora também com apreciáveis desigualdades consoante o tipo de paisagem, a facilidade de acessos e a proximidade a alguma *urbs* (Carneiro, 2020, p. 455).

Podemos dar como exemplo a zona do Vale do Douro para verificar como foi diferente a apropriação da paisagem e do território pelo mundo romano de um modo *sui generis*. Sendo a referida zona extremamente rica e cheia de mutações arquitectónicas, há que realizar prospecção com as mais recentes tecnologias, bem como o estudo da documentação de sítios já intervencionados, que provavelmente possibilitarão respostas sobre como foi composta a presença romana em Portugal, neste caso mais particular no norte do país (Pereira, 2018, p. 207).

Nas mais recentes décadas, poucas áreas de conhecimento evoluíram tanto como o estudo do povoamento rural romano, fenómeno que se estendeu por todo o império do mesmo nome. Devido, em parte, às directrizes legislativas que obrigam a presença de arqueólogos em determinados acompanhamentos de obra e pelo aumento de estudos AIA – avaliação de impacte ambiental, destacando os realizados na zona de construção da barragem do Alqueva, Alentejo, elaborados pela EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva. Construiu-se uma intensidade de pesquisa radicalmente distinta, graças à denominada “Arqueologia de território” e/ou empresarial, ou seja, aquela que, salvo algumas excepções de maior relevo (como é o exemplo da ERA Arqueologia), não tem tanta presença científica e/ou académica como os projectos coordenados pelas universidades. As paisagens romanas foram complexas e multifacetadas a um grau dificilmente imaginável nos finais do milénio anterior. Exemplos disso são a tese de doutoramento de André Carneiro de 2011, “Povoamento Rural no Alto Alentejo em Época Romana - Lugares, Tempos e Pessoas – Vectores Estruturantes durante o Império e Antiguidade Tardia” e “A Paisagem Rural Romana e Alto-medieval em Portugal” de 1998 de Jorge de Alarcão, através dos quais se demonstra como o campo alimenta a cidade, e esta abastece o campo. Mas além da relação meramente utilitária, nos seus códigos éticos, a mentalidade romana considera os valores associados à vivência campestre como estruturantes para o progresso

individual, pois o esforço, o despojamento e a perseverança que a agricultura exige são paradigmas transversais no plano cultural latino-italico (Carneiro, 2020, p. 453).

Para Roma, a vivência rural passa também a ser encarada como um local de refúgio, convívio e de *otium*, ou seja, onde o cidadão reforçava os seus laços clientelares recebendo os amigos e convivas, propiciando também um espaço para a leitura e reflexão pessoal (Carneiro, 2020, p. 454).

Na investigação sobre a paisagem rural romana existe um paradigma consensual: a onipresença da agricultura de sequeiro, consubstanciada na *tríade mediterrânica*, ou no privilegiar da exploração baseada nos cereais, no vinho e no azeite. Trata-se de uma visão empobrecedora, como uma simples visão cartográfica da dispersão de barragens, tanques e outras estruturas de contenção de água pode avaliar, mostrando-nos que há muito a fazer na valorização da agricultura de regadio em época romana, uma actividade ainda desconhecida na *Lusitania*. Pela informação arqueológica em outras províncias e textos da época, sabemos que a base de sustento das *villae* era mais ampla e especializada do que a geralmente suposta: desde a produção de reputados perfumes e flores a objetos de artesanato em matérias-primas variadas, da piscicultura ao aproveitamento de filões mineiros ou de pedras de cantaria, o panorama foi variado, propiciando que algumas *villae* tivessem pequenos territórios de exploração, ou não dispusessem de *pars rustica*, ou seja, das infra-estruturas de vocação produtiva. Esta situação pode ser suportada pelas menções literárias à excelência dos tecidos produzidos (e possivelmente também tintados) no actual território português, como no caso das lãs de *Salacia* e dos linhos da região dos *Zoelas*, elementos económicos importantes em época imperial, no quadro da exportação para outras regiões do Império. Todavia, por falta de investigação direccionada para estes casos concretos, e ainda o panorama tradicional que predomina, facilitado por esta ser a paisagem característica do campo português: as searas, as vinhas e os olivais levam a que se transponha para o mundo rural romano o modelo económico vigente. (Carneiro, 2020, p. 455).

Para Carneiro (2020), os dados de cariz paleo-económico são escassos, mas não custa supor a grande diversidade nos regimes de exploração da terra, quer na extensão da propriedade, quer nas produções obtidas. Infelizmente, vários elementos de análise nos faltam quase por completo: a epigrafia e o mundo funerário. No primeiro caso, raros são os elementos cuja onomástica pode ser inequivocamente atribuída a uma exploração: o célebre caso de *villa Cardilius* (Torres Novas), onde um mosaico regista

uma inscrição com nome e representação figurativa dos prováveis proprietários, ou Torre de Palma (Monforte), onde *Marcus Coelius Celsus* dedicou uma ara a Marte enquanto divindade benfazeja da agricultura, são exemplos raros. Embora indirecto, outro dado interessante assoma em inscrição desta área regional: a epígrafe de Ervedal (Avis) que menciona *Threptus*, auto-denominado *servus* de *Caius Appuleius Silo*, ou seja, o seu *villicus* ou capataz da exploração (sendo que o nome denuncia a sua condição de escravo) encarregue de a gerir em nome de um proprietário absentista. Quanto aos dados provenientes do universo funerário, alguns mausoléus foram identificados, alguns elementos arquitectónicos descontextualizados denunciam a sua presença, e em outros casos temos placas monumentais que deixam antever a sua existência, mas os dados continuam a ser lacunares (Carneiro, 2020, p. 457).

O ideal romano de autarcia económica e o elevado custo dos transportes forma factores restritivos da criação de vastos mercados. Um grande proprietário rural romano procurava ser auto-suficiente na sua *villa*: entre os seus criados, tinha frequentemente quem fosse oleiro, ou ferreiro, ou, não sendo especializado, soubesse pelo menos o bastante destes ofícios para remediar as necessidades da *villa*. Apesar de tudo, não podemos classificar a economia romana de fechada. A difusão da *terra sigillata*, por exemplo, demonstra a larga circulação de determinados produtos (Alarcão, 1990, p. 431).

A longa continuidade da ocupação destas explorações agrícolas manifesta a estabilidade da estrutura fundiária durante vários séculos. Podem-se assinalar, porém, duas épocas de maior importância na sua evolução. A primeira é a fase da instalação e situa-se no século I d. C.; resulta do programa de fomento da propriedade rural provincial promovido por Júlios-Cláudios e Flávios. A segunda situa-se na passagem do século III para o século IV e está relacionada com a dissolução da estrutura administrativa imperial e a concomitante decadência urbana, que têm como reverso o desenvolvimento da grande propriedade rural. A partir desta época deixam de ser para os seus proprietários o prolongamento rústico da vida urbana, para se tornarem verdadeiros pólos de um sistema económico e administrativo mais descentralizado e ruralizado. A construção de edifícios para o culto cristão, com os respectivos baptistérios, sugere que estas *villae* se tenham tornado verdadeiros centros regionais. O sistema de auto-suficiência, que estes grandes domínios sempre procuraram implantar, fornecia as melhores condições para poderem subsistir com relativo desafogo, numa

época em que as dificuldades de circulação comercial e a frequente instabilidade social obrigavam a reduzir a dependência do exterior (Fabião, 2006, p. 297).

Havendo ainda pouca informação, quer documental, quer epigráfica e arqueológica sobre os primórdios do sítio, onde se localiza a actual cidade de Torres Novas e, por consequência, a Villa Cardillio, será razoável admitir que os factores que levaram à fixação das pessoas nestes lugares foram os seguintes:

- Proximidade de solos de elevada aptidão agrícola;
- Ampla rede fluvial (Nova Augusta “Torres Novas” é banhada pelo rio Almonda);
- Vizinhança da passagem do principal itinerário de ligação entre o Norte e o Sul do actual território português: a via Olisipo Bracara;
- A pouca distância, seja de Scallabis, “Colónia” e mais tarde “Conventus”, seja de Selium.

Consultando um texto de Jorge Salgado Simões, geógrafo e mestre em Sociologia: Cidades e Culturas Urbanas pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, baseado em Orlando Ribeiro, geógrafo e professor universitário, “Torres Novas: narrativa urbana sobre um texto de Orlando Ribeiro” de 2012, no qual se refere a presença de figueiras, olivais, pouca vinha e hortaliças, além de se mencionar a boa condição de defesa do castelo, dominado pelos arrabaldes do planalto dum e doutro lado do rio, denota, uma vez mais, a escassez de informação relativa ao período romano, por comparação aos dados relativos a períodos ulteriores.

## **Villa Cardillio: caracterização geográfica e geológica**

A leste e sul da Villa Cardillio observam-se aluviões ao longo dos principais cursos de água da região (Gonçalves, 1979, p. 20). Existe uma zona pliocénica a leste na margem direita do Tejo, que está representada por série de conglomerados e arenitos, tratando-se de depósitos de antigo estuário, os quais formam manto contínuo e regular, constituído por cascalheiras de planalto, arenitos argilosos avermelhados e acastanhados, com seixos e argilas da mesma cor (Gonçalves, 1979, p. 29).

Do Miocénico Superior existe a formação areno-argilosa do Entroncamento, que se localiza na margem direita do Tejo, é constituído na folha de Torres Novas por sucessão de horizontes calcários, mais ou menos individualizados, conforme as regiões, separados por níveis de margas, argilas, arenitos argilosos e, às vezes, areias com seixos. Foram observados sete níveis calcários principais naquela região, com espessuras e extensões muito variáveis (Gonçalves, 1979, p. 30).

De referir a presença de rochas intrusivas, como os granitos alcalinos de duas micas, porfiróides, representados no maciço em que assentam as povoações de Tancos, Vila Nova da Barquinha, Arrepiado e o castelo de Almourol (Gonçalves, 1979, p. 48).

Também a leste da Villa Cardillio existe as indústrias de cerâmica e de tapeçaria, as de madeira, com aproveitamento da zona florestal próxima. Estas indústrias vão buscar a matéria-prima ao subsolo da região, como as areias, as cascalheiras e as argilas, onde ainda existe na zona alguma produção de cerâmica e a olaria (Gonçalves, 1979, pp. 61-63). Também foram explorados os calcários e dolomitos cristalinos, para fazer cal, e os granitos, para pavimentação de estradas ou construção civil (Gonçalves, 1979, p. 66).

A Geomorfologia da região onde se situa a Villa Cardillio tem três áreas com características distintas: o Maciço Calcário Estremenho, a Bacia do Tejo e os relevos de transição entre o Maciço e a Bacia (Crispim, 2006, p. 6). De mencionar a sudoeste o período Miocénico Inferior a Médio, com os arenitos de Ota, que são constituídos por depósitos fluviais, de constituição quartzarenítica e/ou arcosenítica, localmente conglomeráticos (Manuppella, 2006, p. 31).

Do Miocénico Superior existem os calcários de Santarém e Almoester, que sucedem com continuidade estratigráfica e sedimentológica, aos arenitos da Ota. Caracteriza-se pela predominância de fácies carbonatadas, do tipo margoso como de calcário (Manuppella, 2006, p. 33).

Do Plistocénico refere-se os depósitos a nordeste da folha de Torres Novas, constituídos por sedimentos areníticos, de cor avermelhada acastanhada, localmente argilosos e ou conglomeráticos, com seixos e calhaus rolados, os depósitos ao longo do Vale do Tejo e das margens do rio Alviela, constituídos por arenitos, com cascalheiras roladas e intercalações arenosas e argilosas, e os depósitos de terraços mais baixos dos vales do Almonda, do Alviela, da ribeira de Centeio e dos vários afluentes destas linhas de água e ainda das grandes manchas de Azinhaga e Pombalinho, constituídos por areias, localmente argilosas e com cascalheiras (Barbosa, 2006, p. 35).

Os recursos geológicos, como os calcários ornamentais, serviram para a fixação de população, como para a edificação de *villae*, neste caso possivelmente da Villa Cardillio. Constitui uma das principais valias económicas nacionais com grande peso a nível regional (Carvalho, 2006, p. 61).

## Villa Cardillio: estado da arte relativo à investigação do sítio arqueológico

O sítio arqueológico de Villa Cardillio situa-se nas coordenadas a N 39°27'10,0064'' em latitude (x) e a O-8°31'40,772'' em longitude (y) na cota 20, na freguesia de Santa Maria, próximo de Caveira, a 3 km da cidade de Torres Novas. Sub-região do Médio Tejo, da região Centro. Trata-se de uma antiga casa agrícola romana. Das escavações realizadas encontraram-se centenas de moedas (118 segundo Conejo Delgado, 2017, p. 99), pertencentes desde o século II d.C. até ao IV d.C., bem como cerâmicas, bronzes, ferros, anéis e uma estátua de Eros (Ver Anexo, imagem 62, p. 155).

Este espólio está depositado no Museu Municipal Carlos Reis em Torres Novas, estando os materiais constituintes da estrutura edificante da *villa* no próprio sítio, *in situ*. Como exemplo os mosaicos em *opus tessellatum* e *signinum*, revestidos nos pavimentos com um tipo de argamassa chamada de formigão, o *hypocaustum*, um sistema de aquecimento e o *perystilum*, um claustro formado por colunas (Costa, 1982, p. 46). De salientar ainda um *curigum*, que continha água corrente, durante o Verão, permitindo não só regar o jardim, como refrescar o ambiente, conforme a descrição complementar da Villa Cardillio, no Sistema de Informação para o Património Arquitectónico da DGPC. Existe *in loco* um centro interpretativo, inaugurado há cerca de 24 anos pelo Presidente da Câmara António Rodrigues, tendo como acessos a estrada para a zona industrial oposta à entrada da A23 no sentido Torres Novas/ Entroncamento.

A primeira notícia que se conhece da sua existência remonta a 1932 com o Pe. Eugénio Jalhay, quando escavava juntamente com o Tenente-coronel Afonso do Paço uma necrópole na Gruta 2 de Alapraia. O Pe. Eugénio Jalhay pretendia logo que pudesse ir averiguar o que por lá havia, quando acabasse esta escavação. De facto, assim aconteceu e desta averiguação obteve um primeiro achado em mãos – uma estatueta de barro – do qual publicou um estudo sobre ele. Este estudo deu começo à investigação daquele local, nos anos de 1935 e 1936. A partir desta data os trabalhos arqueológicos começaram a ser executados, já não com Jalhay nem com Afonso do

Paço, mas com o arqueólogo Manuel Heleno, que deu a aparecer os primeiros vestígios, um mosaico do tipo *opus-tesselatum* e de um *balineum* (Paço, 1963, p. 71 e 72).

Mas não durou muito para que voltassem a usar-se charruas a revolver os campos agrícolas na época das sementeiras para trazer danos ao que foi descoberto, bem como a ignorância levou os proprietários a vender e dar pedras para que dessa forma pudessem cultivar o campo. O Ten.-Coronel Afonso do Paço escavou, parcialmente, em 1963 e 1964, uma importante vila romana nos arredores de Torres Novas (Alarcão, 1967, p. 3) (Ver Anexo, imagem 31, p. 124), iniciando-se já sem os distúrbios e inconvenientes das lavouras que destruía o património arqueológico e foi descoberto um novo mosaico em melhor estado que o anterior, embora não haja informação como conseguiram impedir a destruição do património. Após o reconhecimento feito para salvar o que fosse possível, é referido a existência de um grande peristilo com átrio e mosaicos, de um jardim quadrangular ao centro com um poço, os mosaicos apareciam com tons de azul, vermelho e amarelo sobre um fundo branco, havendo também nalgumas divisões pavimentos do tipo *opus-signinum*, e uma inscrição que não é habitual em latim referente ao casal e donos da *villa*, Cardílio e Avita, “VIVENTES CARDILIUM ET AVITAM FELIX TURRE”, tendo Encarnação proposto já uma leitura mais correcta (Paço, 1963, p. 73 e 74; Alarcão, 1973, p. 116; Encarnação, 2009, p. 21).

Intervenções efectuadas nos anos 60 puseram a descoberto bases de colunas, restos de muros, portais, tanques, canalizações pertencentes à traça da vila romana que contem aliás um grande património artístico, com a existência também de um *Ostium*, a entrada principal e de uma Exedra, uma sala ampla com abside monumental composta por quatro colunas para a realização de reuniões (Costa, 1982, p. 46).

Com o passar dos anos, o sítio foi sujeito ao abandono, a que se seguiu o falecimento do seu descobridor, Afonso do Paço, ocorrendo a interrupção dos trabalhos em curso (Alarcão, 1973, p. 115). Desta forma a metodologia arqueológica foi evoluindo, novas técnicas foram utilizadas nas escavações, em particular da que foi realizada por Jorge de Alarcão, como o sistema de quadrículas, fotografia aérea, realização de sondagens, técnicas de geofísica ou até mesmo ligadas à topografia. Até que chegamos aos anos 80.

Francisco Costa, investigador de temas de história local, ajudou a colmatar a necessidade de informação sobre este local, a qual era escassa e graças também ao avanço dos conhecimentos produzidos pelas novas técnicas que a década de 80 proporcionava. Faz referência aos bustos de Cardílio e Avita, ao *frigidarium*, local onde se tomava um banho frio, ao hipocausto, ao *praefurnium* e ao *caldarium*, uma sala aquecida pela passagem de ar quente através de hipocaustos sob o chão e por canais embutidos nas paredes e munida com banho de imersão. Estas “termas privadas” poderão ser equiparadas às das *villae* de Milreu e de Conímbriga por se encontrarem inseridas estruturalmente na habitação (Alarcão, 1973, p. 114 e 115). Pode também ainda ser descoberto uma oficina, a ferraria da casa (Costa, 1982, p. 48).

No que concerne estritamente à campanha de 1980, foram realizadas as primeiras prospecções com recurso a magnetómetro e ao sismógrafo, o que permitiu obter boas perspectivas sobre a presença de materiais ainda por desenterrar, mantendo-se ainda inéditos os resultados obtidos no decurso desta campanha (Costa, 1982, p. 52 e 53).

Novos dados escasseiam, excepção feita a dados contidos em algumas publicações mais recentes, embora sem referências de maior à investigação arqueológica que tenha sido realizada entre a década de 90 e a actualidade, como “Os mosaicos de villa Cardilio. Tentativa de descrição” de 1994 da autoria de Marta Nunes Ferreira. Entre outros aspectos, seria interessante, por exemplo, se novas campanhas de escavação a realizar-se na zona permitissem justificar o topónimo ‘Caveira’ através da existência de uma necrópole, o mesmo podendo ocorrer com o topónimo ‘Casal de Aires’ enquanto hipotética reminiscência do culto a Ares. Ademais, será permissível equacionar a existência de um *vicus* nas imediações da *villa* e da via que ligava *Scallabis* a *Sellium*, à semelhança do que sucede com o Santuário de Nossa Senhora de Aires, em Viana do Alentejo, entre a via de *Ebora* a *Pax Iulia* (Carneiro, 2008, p. 101 e 102)? É provável que, num futuro próximo, o lugar ainda tenha muito para revelar.

Após uma pesquisa mais exaustiva pudemos encontrar mais informações sobre a Villa Cardillio que passamos a elencar de seguida:

É provavelmente conhecida desde 1758 pelos priores das freguesias de Santa Maria e Salvador, referindo no sítio das Ferrarias “um largo campo semeado de antigos telhões” que “mostram os vestígios de ali estar antiga povoação” (Sousa, 1999, p. 112).

Refere-se aqui as primeiras notícias transcritas relacionadas com a Villa Cardillio:

“1936 – IX-10 – Nesta data se descobriu um pavimento de mosaico romano e vastos vestígios de alicerces de antiqüíssimas construções no sítio do Casal de Santo Antoninho, à Caveira, próximo desta vila. Visitado o local pelo sábio professor Dr. Manuel Heleno, Director do Museu Etnográfico do Dr. José Leite de Vasconcelos, considerou o achado interessante, reservando-se a exploração para a próxima primavera, visto o tempo não o permitir nesta quadra outonal” (Gonçalves, 1939, p. 192).

No Diário de Notícias de 28 de Março de 1937, p. 13, col 6:

“1937 – III-27 – Na sessão deste dia do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, o seu Presidente, Dr. Manuel Heleno, comunicou o aparecimento, em 10 de Novembro de 1936, de um mosaico lusitano-romano, do tipo opus-tesselatum, no sítio da Caveira, nos arredores de Torres Novas, juntamente com moedas e material da época. O mosaico que pavimenta uma sala com as dimensões de 7x7 metros, é constituído por uma parte central com cercaduras e medalhões a quatro cores, rodeada por larga faixa ornada por motivos geométricos a preto sobre fundo branco. No local vão ser feitas escavações” (Idem, Idem, p. 193).

As informações no Arqueólogo Português falam de dois mosaicos descobertos entre 1936 e 1937, e de um *balineum*.

Villa Cardillio, situada numa colina pouco elevada na margem direita do rio Almonda, erguia-se relativamente próxima da via romana que, vinda de *Scallabis* (Santarém) se dirigia para *Sellium* (Tomar), dominando os férteis campos marginais, onde predominaria a cultura cerealífera a par da oliveira e da vinha. A água era abundante, quer captada no Almonda, então límpido e rico em espécies piscícolas, quer proveniente da Fonte da Barreta (Monteiro, 1999, p. 101). Era rodeada por planície de aluvião, terras férteis, recortadas por vários cursos de água, sendo essenciais para o seu desenvolvimento e riqueza. Existiram vários núcleos de povoamento em redor de *Cardillium* como Castelo Velho (castro romanizado), situado a Este e a poucos quilómetros; Malhada a Oeste (onde os vestígios são abundantes); mais a norte na Quinta de S. Bráz, a cerca de oito quilómetros; uma possível taberna ou muda de cavalos (Sousa, 1999, p. 113).

Ficava situada no convento jurídico escalabitano, cuja sede era *Scallabis*. Fundada no séc. I d. C., em plena época imperial, sofreu várias evoluções até ao séc. IV. O local teve ocupação pré-romana, tendo aparecido algumas peças, quer líticas quer de cerâmica. Fazia também parte deste conjunto, muito provavelmente, a *villa rustica* com instalações para o pessoal, celeiros, adegas, estábulos, lagares, armazéns, além de outros cómodos, não tendo sido ainda feitas escavações nos terrenos circundantes da *villa urbana* (Sousa, 1999, p. 111).

Tendo Adília e Jorge Alarcão visitado as escavações no início da campanha de 1964, quiseram Fernando Nuno Martins da Cunha, presidente da Câmara Municipal de Torres Novas – entidade que subsidiava as escavações – e o Ten.-Coronel Afonso do Paço confiar-lhes o estudo do espólio já então recolhido, da qual foi publicado na revista Arquivo de Beja de 1967 com o título “Achados na Vila Romana de Cardílio (Torres Novas)” (Alarcão, 1967, p. 3) (Ver Anexo, imagem 39, p. 132). Referem que os materiais encontravam-se na maior parte deles numa camada pouco funda e muito revolvida sobre os mosaicos, não existindo estratigrafia, tendo-lhes Afonso do Paço indicado em que salas é que os materiais apareceram. (Alarcão, 1967, p. 3).

Foi desenterrado um total de 127 fragmentos de *Terra Sigillata* nesta campanha, representando cerca de 117 peças: 70 sudgálicas, 38 hispânicas, 5 aretinas (?) e 4 aretinas provinciais. Aproximadamente dois terços do conjunto dos vasos decorados são preenchidos por cerâmica importada, em que a maior parte situa-se cronologicamente no principado de Cláudio ou nos anos imediatamente anteriores ou posteriores a ele. (Alarcão, 1967, p. 4).

Entre os vasos mais antigos situados no principado de Tibério ou no período Tibério-Cláudio existem 4 fragmentos com características essenciais das formas aretinas, mas a cor e a textura da argila (muito semelhante com a sudgálica) mostram uma origem não itálica. O conjunto importado do sul da Gália é maioritariamente de cerâmica lisa. As formas mais antigas encontram paralelo em peças do período Tibério-Cláudio, as mais tardias são da época dos Flávios. A cerâmica produzida na Península Ibérica, um terço do total, não veio toda do mesmo centro de produção, sendo a sua qualidade bastante boa. (Alarcão, 1967, p. 4 e 5).

Nos anos 80 realizaram-se 10 campanhas, na sua maioria com a duração de um mês, salientam-se, para lá de trabalhos de escavação, as não menos importantes obras de

consolidação, restauro e reconstrução, bem como os trabalhos de topografia, fotogrametria e prospecção geofísica aplicada à Arqueologia. Na primeira campanha prolongou-se para Sul a área já descoberto, com uma faixa de aproximadamente 11 x 31 metros, limitada a Leste e Sul pelos vestígios de dois muros perpendiculares. Estes “muros em negativo” tornam-se, por vezes, quase imperceptíveis dadas a existência de inúmeras valas de sondagem, dispersas pelo terreno, muitas delas feitas em 1964 pelos trabalhadores com o intuito de localizarem mais mosaicos. Desta primeira campanha destaca-se a descoberta de um pequeno compartimento, com eventual ligação para Oeste, com uma sala de dimensões consideráveis em relação às restantes dependências já descobertas nesta estação. Nesta mesma direcção Oeste, após a escavação de uma área sem quaisquer vestígios de pavimento, foram postos a descoberto dois tanques, cujas paredes e degraus de acesso se apresentam extremamente danificados pelo reaproveitamento de pedra. (Monteiro, 1999, p. 102).

A *villa* sofreu várias remodelações que, segundo as conclusões obtidas pelas zonas escavadas, mostram que o edifício se foi adaptando à colina por socalcos, descendo suavemente para Oeste. Todavia, também parece poder afirmar-se que, numa das reconstruções, nomeadamente na zona NNE, houve nítida intenção de subir a cota de assentamento dos muros, eventualmente para evitar as inundações provocadas pelas cheias do Almonda. Na campanha de 1982 escavar-se-ia a zona da grande conduta, que limita, a oeste, a *domus*, bem como a zona das termas, nomeadamente o *hipocaustum*. (Monteiro, 1999, p. 103). Em 83 deu-se principal atenção aos aspectos de natureza topográfica: as plantas de que dispunham, levantadas à época das escavações de Afonso do Paço, encontravam-se desactualizadas na década de 60, e o levantamento pelo G.A.T., em 81, também na escala 1:100, não respondiam às necessidades do rigor arqueológico. Optou-se assim por um levantamento fotogramétrico na escala 1:50, que acrescentava a possibilidade da consulta dos documentos base: os fotogramas documentando o estado do momento da sua obtenção. Na planimetria, nesta escala, o trabalho foi pioneiro em Portugal. (Monteiro, 1999, p. 104).

A Villa Cardilio apresenta quatro fases de ocupação, correspondendo a primeira aos inícios do séc. I e a última ao séc. IV, com eventual continuidade até ao séc. V. As escavações de 84 confirmaram a ampliação de algumas unidades, nomeadamente do *peristilum*, cujo canto SW poderá apresentar um mosaico mais antigo, e do *impluvium*, tanque rectangular com fundo plano usado para recolher água da chuva que se

encontrava no vestíbulo das casas. Para Oeste é possível encontrar uma forja ou tipo de estrutura de combustão, cujo funcionamento se verificou até tarde. Em 85, trabalhos agrícolas a sul das ruínas, trouxeram à superfície abundantes materiais arqueológicos, vindas da destruição de estruturas indicadas pelas prospecções geofísicas de 1980. Nesta campanha conclui-se a escavação da nave Oeste do *peristilum*, tendo sido possível registar estruturas seladas pelos mosaicos e compreender alguns aspectos tecnológicos, nomeadamente o assentamento dos mosaicos ou as fundações dos muros e colunas. (Monteiro, 1999, p. 105).

Nas férias da Páscoa de 1994 realizou-se a 10.<sup>a</sup> e última campanha, escavando-se 34 dos 97 pontos de apoio e fixação de um passadiço do circuito de visita à estação arqueológica, estas sondagens puseram a nu estruturas das 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> ocupações, nomeadamente para norte das ruínas onde se acreditava terem desaparecido completamente os vestígios, com os trabalhos agrícolas, dado o declive aí existente. (Monteiro, 1999, p. 107).

Mas, em 1999, graças ao estudo e Tese de Doutoramento realizados por Maria Kremer, na Universidade de Trier (Alemanha), a Villa Cardillio é reconhecida internacionalmente, a nível artístico, uma vez que a análise dos pavimentos geométricos de Villa Cardillio permitiu identificar algumas características importantes dos mosaicos em Portugal. Assim, como primeira conclusão básica, o facto de pelo menos a partir de fins do século II da nossa era existirem sobretudo no interior e no Norte do território correspondente ao actual Portugal oficinas musivárias com um estilo próprio, provinciano – no sentido de reflectir as tendências e evoluções locais desenvolvidas a partir de temas «universais». Apesar de a maior parte do território pertencer à província romana da Lusitânia, assiste-se a um isolamento face às tendências artísticas presentes não só na capital de província – Mérida – como também nas restantes províncias romanas. Deve-se muito provavelmente a este fenómeno o surgir de mosaicos de uma mesma temática cujo tratamento não tem qualquer paralelo em todo o império romano: é o caso dos mosaicos de peixes de Milreu e dos mosaicos pertencentes à mesma oficina ou a oficinas muito próximas desta e que se encontram quase exclusivamente na província romana da Calaecia (Kremer, 2008, p. 75 e 76).

Para Kremer (2008) a Villa Cardillio contempla vários sistemas de pavimento: o sistema de quadrícula simples; sistemas circulares; trama de faixas cruzadas; sistemas de estrelas de losangos e sistema de octógonos.

## **Villa Cardillio: território e valorização turística**

No território onde se insere a Villa Cardillio existem outras *villae* que mostram o quanto rico era o solo dessa zona a nível agrícola para a fixação das populações, não estando elas tão valorizadas e promovidas como a de Cardílio. Estas *villae* tinham a sua ligação com as vias romanas que ligavam *Bracara Augusta* a *Sellium*, de seguida a *Scallabis* a *Emerita Augusta*, beneficiando da proximidade a *Olisipo* que ligava a *Scallabis*. Assim, nos concelhos confinantes, como os de Constância e Ourém, serão enunciadas, em baixo, as várias *villae* existentes nestes concelhos, embora haja pouca informação sobre elas.

### ***Villae* de Constância**

- Villa da Quinta da Gorda 1 – Freguesia de Montalvo (Batista, 2004, p. 82).

Coordenadas: M 847789, 331, 1980.

Geologia: Depósitos de terraços fluviais do Plistocénico, constituídos por areias, saibros, e cascalheiras, secundada a Norte por formação argilo-arenítica do Miocénico Superior e a Este por migmatitos e gnaisses do Precâmbrico.

Localização: Na orla do caminho que do km 99 da EN3 leva ao casal, a uma cota de 46 metros. Área de ocupação: 8000 m<sup>2</sup>.

Espólio: Tégulas, ímbrices, tijolos de coluna, pesos de tear (um deles com marca de oleiro em forma de U), fragmentos de *dolia*, *terra sigillata* hispânica (séc. II d.C.), mó manuária dormente, base de coluna toscana em calcário, prego de ferro e pedaço de chumbo.

Cronologia: Romano.

- Villa da Terra Fria – Chã da Bica (Cidade da Escória) – Freguesia de Montalvo (Batista, 2004, p. 83 e 84).

Coordenadas: M 869789, 331, 1980.

Geologia: Depósitos de terraços fluviais do Plistocénico e formações argilo-areníticas do Miocénico Superior.

Localização: No vale de ambos os lados da Ribeira da Bica, junto do poço do “Maia Velho”. Também a meia encosta da elevação a Norte, sobranceira à estação, existem vestígios romanos que se estendem até à estação 10 – Chã da Bica I. Situa-se a uma cota de 49 metros e ocupa uma área de 40000m<sup>2</sup>.

Espólio: Há vestígios pré-históricos e do período romano onde apareceram tégulas, ímbrices, ladrilhos, cerâmicas comuns de tradição indígena do séc. I-II d.C., *sigillatas* hispânicas e clara D, bordo de ânfora, pesos de tear em cerâmica (um deles com a marca de oleiro U) e um seixo de quartzite; Tijolos de coluna, base de coluna toscana em mármore, mós manuárias (tipo G1 de Conímbriga), tesselas e um fragmento de placa em xisto de cantos em bisel, para preparação de unguentos; Fragmentos de vidros pertencentes a: taça de copa arqueada e bordo de arestas e de bordo engrossado ao fogo e taças de copa cilíndrica e de lâmpada, tudo dos séculos IV-V d.C.; Pedra de anel apresentando um javali gravado, contas de colar, moedas de bronze de Valeriano (253-260 d.C.), Cláudio II (268-270 d.C.), Maxêncio (306-312 d.C.), Constantino I (307-337 d.C.), Constante (346-350 d.C.) e póstuma de Constantino I (337-346 d.C.); Asa de sítula (séc. I-II d.C.), mascarões, compasso, fragmento de alfinete de cabelo (?), tudo isso em bronze, enxada, pregos, argolas em ferro, escória de ferro e rara de bronze.

Cronologia: Pré-história. Na sua maioria romano, séc. I a.C.-I d.C. a IV ou V d.C.

- Villa e Casal Agrícola do Carvalhal II – Freguesia de Santa Margarida da Coutada (Batista, 2004, p. 114 e 115).

Coordenadas: M 871749, 331, 1980.

Geologia: Depósitos de Terraços Fluviais.

Localização: Ao redor da dita também Herdade do Carvalhal ou de Alcolobre, à cota de 40 metros, tendo como referência principal o Balneário Romano. Área de ocupação: cerca de 50000 m<sup>2</sup>.

Espólio: Núcleo *levallois* (Série III-IV), Fíbula de bronze de “Tipo Transmontano”. Arco de secção oval com três zonas decorativas no arco e apêndice caudal, constituídas por grupos de anéis transversais. No dorso do arco dispõe de uma nervura. Conserva o

olhal do eixo, pé fracturado pela dobra. Ausência de mola, eixo e fuzilhão. Datável da II Idade do Ferro.

Cronologia: Pré-história. Da Idade do Ferro à época romana.

### ***Villae de Ourém***

- Villa de Coinas (Pereira, 2006, p. 131).

No lugar de Mourã, freguesia de Atouguia, na carta militar de 1:25000, a 309, nas coordenadas de 531704 4389610, encontra-se esta villa a uma altitude 180 metros e numa área 3000 m<sup>2</sup>. Situa-se numa suave vertente, voltada a nordeste, que desce da Mourã para o Vale de Leiria. Esta vertente é paralela à estrada que liga Atouguia (pelo lugar da Mourã) a Escandarão. Esta villa pertence no período romano do Alto Império, encontrando-se tégulas, ímbrices, cerâmica comum, cerâmica engobada, um mosaico, pesos de tear, mós manuais, pedras aparelhadas e escória de ferro, bem como, alicerces. Ao pé da villa corre no vale o Ribeiro do Cuvo.

- Villa do Olival (Pereira, 2006, p. 184).

A villa encontra-se no lugar do Olival, freguesia do Olival, na carta militar de 1:25000, a 298, nas coordenadas de 534090 4395722, a uma altitude de 160 metros. Situa-se numa área de 1000 m<sup>2</sup>. Pode-se aceder a ela pela EN 349 Olival-Ourém, o sítio arqueológico situa-se no espaço actualmente ocupado pelo centro de dia de Olival, expandindo-se em direcção à Ribeira do Olival. Actualmente não são detectáveis muitos vestígios à superfície. Cronologicamente situa-se no período romano do séc. I-IV. Acharam-se mosaicos e outros materiais de construção; cerâmica comum, bem como, muros.

- Villa de Rouquel ou Arouquel (Pereira, 2006, p. 192 e 193).

Insere-se no sítio de Soalheira, no lugar de Sandoeira, freguesia de Rio de Couros. Aparece na folha de 299 da carta militar de 1:25000, as coordenadas são 545100 4397200, encontra-se a uma altitude de 106 metros, com uma área de ocupação de 15000 m<sup>2</sup>. Acede-se seguindo a estrada de Rio de Couros-Formigais, na povoação de Sandoeira, na encosta à esquerda da referida estrada, após a capela do lugar, sita a estação. Pertence ao período romano do Alto Império, tendo sido encontrados materiais,

como cerâmica de construção, mosaicos, cerâmica tiberio-claudiana e escória, e também os alicerces.

Para estes sítios arqueológicos pensámos dar algumas ideias ou sugestões para promovê-los turisticamente, e assim contribuir para o desenvolvimento sustentável de comunidades e territórios. Assim, sabendo que há um mercado de turistas ligados ao património com a nostalgia do passado longínquo, poderiam existir nesses lugares ofertas fundamentais, como comida romana, vinho à romana, termas em funcionamento tipo spa e *jacuzzi*, cavalos para prática de equitação como no tempo da Roma Antiga, possível homenagem com um hipódromo denominado Díocles, o mais bem pago desportista de todos os tempos e que era Lusitano. A vontade de apreciar o redor envolvente, de chegar a um destino e deparar com algo que toque as nossas emoções, memórias, etc..., permite que possamos ter uma história para contar a alguém um dia e assim criar novas memórias e emoções. Tudo, de forma pouco dispendiosa, divertida e que não suscitasse problemas ou incómodos. Mas no final tem de haver dividendos.

Trata-se de um conjunto de ideias que poderia ser exequível com os apoios ou financiamento estatal ou privado, ou seja, da DGPC, das Câmaras Municipais, de casas agrícolas das imediações e de empresas da zona, para gerarem riqueza e rentabilizar os seus activos com a distribuição dos ganhos. Junção de marcas em parceria, dando assim publicidade gratuita, como feiras de turismo para anunciar pela primeira vez o nascimento deste conceito promovido com o apoio da comunicação social habitual. Poder-se-ia, em alternativa, recorrer a um empréstimo bancário que pudesse ser liquidado pelas entidades referidas e por alguns mecenas, desde que dessem garantias de persistirem nos objectivos em causa.

Os custos associados deveriam estar relacionados com as infra-estruturas, a exemplo de um centro de interpretação histórica e da implementação de novas tecnologias de informação (como a criação de uma aplicação para *smartphones* ou *tablets* sobre as *villae* e época romana). Um projecto que podia dar origem a novos projectos, incluindo um *site* institucional criado para todas as entidades associadas. O lucro proviria de entrada paga, por um valor simbólico para o sítio sem guia, com guia, um valor superior, podendo existir preços especiais para crianças, para pessoas com deficiência ou outras situações particulares. Isto seria uma forma de cativar público,

pois transmitiria a ideia de que o que é pago tem valor, mas disputando com rivais neste sector que explorem outras *villae* por uma fatia desse conjunto de clientes.

Podiam existir também roteiros que motivassem o interesse de putativos visitantes, como um dedicado a todas as *villae* dos concelhos e até de concelhos vizinhos, de nome “Roteiro das Villae do Alto Ribatejo”. Outro roteiro mais alargado, podia ser concebido com o nome “Rota do Romano no Ribatejo”, ligaria a diferentes tipologias de sítios romanos e de espaços com objectos romanos, nomeadamente museus e colecções.

Este consórcio de entidades parceiras podia, no caso de ser economicamente viável, colocar o seu capital numa bolsa de valores, mercado de acções, com a possibilidade de entrada de algum accionista estrangeiro para fomentar a parte turística e proporcionasse obtenção de lucro. Provavelmente seria difícil sem uma entidade já bastante consolidada e com dinheiro a investir, embora compreendamos que, para a maioria dos economistas e de quem esteja ligado à alta finança, seria duvidosa a capacidade de sucesso desta iniciativa para um sector como é o património.

O que se pretende é transmitir a ideia de que o que é antigo pode tornar-se “novo”, permitindo, através da aprendizagem e da diversão, enriquecer, não só economicamente, as zonas ou localidades em que se inserem os sítios arqueológicos, mas também enriquecer, culturalmente, quem neles vive e visita, não descurando outras vertentes.

Tabela SWOT do investimento a realizar	
Vantagens	Desvantagens
<p>Desenvolvimento local e regional; Aumento da auto-estima das comunidades locais e regionais; Projecto em larga escala (praticamente inexistente no mundo); Várias entidades e organismos alcançariam reconhecimento e prestígio neste processo; Possibilidade de obter benefícios com sítios arqueológicos.</p>	<p>Custos elevados por parte dos investidores; Possíveis dificuldades na manutenção do projecto, a nível financeiro e a nível de conservação preventiva e/ou curativa dos arqueossítios.</p>

## Considerações Finais e Perspectivas em Aberto

Ainda que modestamente, este trabalho poderá contribuir para tentar dinamizar o sítio arqueológico da Villa Cardillio, implementar possíveis investigações de futuro (tendo já ocorrido trabalhos de conservação e restauro, prospecções e levantamentos em anos mais recentes, referidos no capítulo do estado da arte e que estão mencionados no Portal do Arqueólogo, com destaque para os realizados nos anos 90, por, no nosso entendimento, existir melhores técnicas e conhecimentos que nas décadas anteriores) e, com isso, aumentar o seu interesse turístico e, assim, contribuir para o enriquecimento económico da cidade de Torres Novas e a sua zona envolvente, ou seja, o espaço rural. Mais do que isso, equacionamos a possibilidade de este trabalho configurar um caso de estudo a nível nacional aplicável, com as devidas adaptações, a outros sítios arqueológicos passíveis de serem transformados em lugares arqueoturísticos.

Procurando mais informação sobre a Villa Cardillio, encontrei uma notícia, com data de 21 de Janeiro de 2016, da autoria de Cláudia Gameiro, jornalista doutoranda em Ciências da Comunicação pela Universidade de Coimbra, para o *site* mediatejo.net, intitulada “Villa Cardílio: As ruínas esquecidas de Torres Novas” (Ver Anexo, imagem 54 e transcrição 1, p. 147 e 156, respectivamente) a qual parece muito interessante por retratar bem a situação, em que se encontra o sítio arqueológico.

Esta notícia informa-nos como, descobertas nos anos 30 e investigadas enquanto núcleo arqueológico a partir de 1963, as ruínas permanecem estagnadas no tempo, à espera de que a vontade governamental permita novo avanço na prospecção, interrompida há mais de 30 anos. Da parte do município existe vontade em potencializar o espaço, mas tem faltado alguma organização nas instituições que tutelam este património nacional, em sucessivas reestruturações e mudanças administrativas. Ainda assim, as ruínas são visitadas anualmente por uma média de duas mil pessoas, sobretudo turistas (esta notícia não especifica se são nacionais ou estrangeiros, como tomaram conhecimento do sítio e de que forma chegaram até ele) e interessados por arqueologia.

Elvira Sequeira, vereadora da Câmara de Torres Novas, que detém o pelouro do património cultural, salientou, segundo a mesma notícia, os múltiplos esforços que tem desenvolvido nos últimos anos com a Direcção Geral do Património Cultural (DGPC)

para que as escavações avancem para sul, onde se supõe existirem as antigas instalações dos escravos e os estábulos. Elvira Sequeira diz ainda que falta sobretudo uma investigação científica mais aprofundada, para que se possam definir circuitos de visitação, beneficiar o centro de interpretação, que se encontra à entrada para a *villa*, e criar um espaço museológico mais substantivo, estruturado e com uma linguagem mais acessível a quem o visita.

Na rede social *Facebook* pode constatar-se que existe, desde 2013, uma página dedicada à Villa Cardillio (Ver Anexo, imagem 57, p. 150), já com perto de 1000 gostos e seguidores, verificando-se que houve uma redução de 2 gostos em 2021, tendo sido criada por alguém com o nome provável de Patrícia Bento. Pelos comentários percebe-se que o sítio arqueológico é elogiado tanto por nacionais como estrangeiros, não existindo mais publicações novas desde 2016. As ruínas também aparecem referidas algumas vezes na página de “Portugal Romano” (Ver Anexo, imagem 58, p. 151) e também são mencionadas na página da “Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses” (Ver Anexo, imagem 59, p. 152).

Mais recentemente foi criada, em princípio, no dia 10 de Julho de 2021, uma página intitulada “Villa Cardílio e a romanização da bacia hidrográfica do Almonda” (Ver Anexo, imagem 60, p. 153). É referente a um projecto que iniciou em Julho de 2021 e tem a duração de 4 anos, com campanhas de escavação nos meses de Julho e Setembro, sendo o autor da página do *Facebook* e coordenador do mesmo projecto o investigador da UNIARQ Victor Filipe, ao abrigo de um protocolo entre o Município de Torres Novas e a UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Brevemente, ainda no decurso de 2021, será publicado na revista municipal Nova Augusta um artigo sobre o protocolo e o projecto com muita informação, conhecendo-se desde já o propósito da criação desta mesma página que é a divulgação do projecto em causa. Desta maneira é demonstrado a pertinência do tema da dissertação neste momento actual.

A *villa* é ainda, partilhada na rede social *Facebook* por pessoas particulares, o que demonstra que cativa o interesse generalizado, já que recebem alguns gostos. No *Instagram*, na pesquisa feita, aparecem apenas poucas imagens e no *Youtube* existem, ao que tudo indica, dois vídeos referentes à *villa*. O *Twitter* também contém referências ao arqueossítio através de instituições, noticiários e pessoas singulares, mais uma vez nacionais e estrangeiros.

Em 3 de Agosto de 2021, foi publicada uma reportagem da SIC sobre as escavações na Villa Cardillio, difundida também nas redes sociais (Ver Anexo, imagem 61, p. 154). Na página do *Facebook* de “Portugal Romano” encontramos comentários a respeito desta notícia, de salientar como mais interessantes “Saudades de Villa Cardilium e das campanhas de verão com o professor António Nunes Monteiro e restantes colegas!” de Maria Campos, “Era o nosso campo de treinos, voluntário, das aulas práticas!” de António Monteiro, entre outros.

Com base num artigo do jornal “O Mirante” (Ver Anexo, imagem 53, p. 146), pudemos confirmar que a Villa Cardillio se tem encontrado em acentuado estado de degradação, havendo interesse em valorizá-la e preservá-la, começando-se a dar já os primeiros passos nesse sentido, como pudemos observar nos parágrafos anteriores. A Câmara Municipal de Torres Novas quer dar outra dinâmica a este património, aprovando o lançamento de empreitada com custos previstos de 392.200 euros mais IVA, existindo comparticipação por parte da União Europeia em cerca de 282.500 euros e o valor restante não suportado pelos fundos comunitários será assegurado pela DGPC e pelo município torrejano em partes iguais. A autarquia reconhece, por conseguinte, o valor patrimonial deste monumento nacional, sendo necessária uma intervenção para evitar a sua degradação, condicente com o seu estatuto de monumento nacional, razão pela qual foi já assinado um acordo entre a Câmara de Torres Novas e a DGPC.

Pretendem as duas entidades intervencionar o sul das ruínas com a selagem com areia da área e posterior modelação do terreno, para salvaguardar o local, no interior das ruínas irá ser selado o terreno para acondicionar e proteger as estruturas existentes, algumas em perigo de desaparecerem, tentando amenizar-se as cotas da ruína relativamente à topografia envolvente, segundo o comunicado da autarquia.

Deseja-se ainda na envolvente das ruínas implantar um caminho principal, em redor, e de dois caminhos secundários que irão permitir percorrer o local. Também serão colocados seis bancos em madeira ao longo do percurso, para promover zonas de estadia e de permanência com vista privilegiada sobre as ruínas.

A Villa Cardillio podia ter nas imediações uma réplica (como aconteceu em Wroxeter, Inglaterra, em 2011, com o contributo do canal de televisão *Channel 4*, da supervisão do professor arqueólogo britânico, Dai Morgan Evans, em nome da organização pública de beneficência *English Heritage Trust* e com o apoio de

voluntários locais, entre outros) o visitante podia ter uma perspectiva arquitectónica da *villa* na escala mais próxima da realidade nos terrenos da envolvente, não se sabendo se seria possível no contexto nacional, podendo ter apoio da televisão, como o grupo RTP ou o canal História.

Um roteiro da Villa Cardillio também podia ser criado, a começar no centro interpretativo (Ver Anexo, imagem 56, p. 149, este existe há mais de 20 anos, desconhecendo-se o arquitecto responsável e quem o mandou erigir, estando aberto ao público e com entrada gratuita, tendo como guarda das ruínas e guia o funcionário municipal que trabalha no local, o Sr. José Carlos). Podemos lá encontrar a maquete da *villa* e uma pequena exposição do que foi achado na mesma até agora, estando o espólio no Museu Municipal Carlos Reis, Torres Novas. De realçar que a *villa* tem a presença de um guia responsável pelo centro, estando este centro a precisar de ser remodelado para corresponder ao conceito e aos objectivos gerais de qualquer centro desta natureza. Pode ser dado o exemplo do centro de interpretação *Urbi Scallabis* situado nas Portas do Sol, em Santarém, que contém algum espólio e património que foi encontrado na Alcáçova e pelo centro histórico, bem como novas tecnologias adaptadas à realidade que vivemos, que permitem uma abordagem mais enriquecedora e interactiva com os visitantes. Assim, na Villa Cardillio o roteiro podia prosseguir com um percurso interactivo, como se fosse um museu ao ar livre, cheio de vida.

De seguida chegava-se à réplica: possibilidade de participar na confecção de pratos, prová-los, com a criação de um restaurante com um nome típico adaptado ao local designado como “A Adega do Cardílio” com decoração revivalista do período romano, utilizando réplicas, o que permitiria revitalizar, por exemplo, algum do artesanato local. De sublinhar que seria uma forma de criar emprego, contribuindo, também assim, para o desenvolvimento sustentável do território e das comunidades. Os funcionários trajariam à romana ou com apontamentos de vestuário romano. Oportunidade de exploração especializada em gastronomia romana, com almoços, lanches e jantares. De referir que os produtos poderiam ser obtidos localmente, através de protocolos a firmar com produtores locais. Além disso, alguns dos produtos, como conservas e compotas, podiam estar à venda numa pequena loja. O estabelecimento de uma residência nas imediações da réplica como se fosse uma pousada ou hotel rural, de uma coudelaria que permitisse percursos do tempo das legiões romanas pelas antigas vias. As sinergias que por aqui podem despontar, no restauro desses caminhos, como a

via de Olissipo a Bracara Augusta, que pudesse conectar-se com a estrada real (Ver Anexo, imagem 14, p. 107) junto à Villa Cardillio, estando aberta assim a possibilidade de internacionalização, mas também a expansão dentro de Portugal deste negócio.

Outras hipóteses de valorização deste sítio arqueológico seriam o uso de novas tecnologias, como a modelação 3D e as plataformas de jogos de computadores. Reconstruir na arqueologia significa atribuir-se uma imagem ao passado que qualificará o seu aspeto e funcionalidade, como é o caso do Castro de Romariz (Silva, 2014, p. 34). Para a divulgação de sítios arqueológicos, são hoje usados com uma crescente frequência os modelos virtuais. Estas maquetas digitais virtuais tendem a servir os arqueólogos como ferramentas auxiliares na sua investigação, no contexto romano existe a recriação da cidade de *Conímbriga* em formato de vídeo (Silva, 2014, p. 35) e de *Olisipo*, com o seu teatro e fundeadouro. Pedro Silva (2014) refere que o Castro de Romariz foi pioneiro a servir uma nova metodologia virtual que possibilita o olhar para o passado em primeira-pessoa, a partir da tecnologia fornecida pelo Torque3D. A plataforma de jogo oferece a possibilidade do observador ter movimentos próprios dentro do sítio, indo por onde quiser, para onde quiser e ver o que quer em primeira pessoa. Isto é, torna-se possível, tanto para o público como para um estudioso, entrar em contacto com o sítio arqueológico Castro de Romariz numa dimensão virtual, não esquecendo a potencialidade museológica desta tecnologia (Silva, 2014, p. 35 e 36).

Vizcaíno León (2013) refere que a incorporação dos avanços tecnológicos nos campos da infografia e do desenho gráfico virtual, serviu como complemento e ferramenta valiosíssima no seu projecto de investigação, preservação e valorização do património arqueológico, como é a *villa* romana de Liédena, em Espanha, com recreações do mesmo através da visualização computadorizada (Vizcaíno León, 2013, p. 105). O mesmo podia ser feito na Villa Cardillio, também com o uso de drones, de aplicações acedidas em *tablets* e *smartphones* e da tecnologia *Virtual Twin*, que foi usada em Tomar no Convento de Cristo com a transformação digital da Charola, permitindo em contexto pandémico visitar da forma mais realista possível este monumento nacional. Também se podia obter uma parceria com o CEAACP – Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, que forneceria as ferramentas, conhecimentos e oportunidades de colaboração necessários para apoiar investigação de ponta, iniciativas académicas, e usos inovadores de tecnologia, como aparece escrito no seu *site*, para além da já existente colaboração com a UNIARQ.

De lembrar que também podia ser realizada a difusão de conteúdos na comunidade da zona da Villa Cardillio, como reforço das propostas de valorização e promoção do sítio arqueológico. Como diz Ana Cristina Martins (2020) poder-se-á afirmar que parte significativa dos jovens estudantes e académicos procura, cada vez mais, uma ligação profunda e consistente entre arqueologia e sociedade, entre conhecimento arqueológico e desenvolvimento social sustentável. Refere que para o desenvolvimento da arqueologia começou-se a reconhecer o papel de instituições, como associações, academias, universidades e museus, sendo agora o tempo de envolver a população local nos projetos aos quais possam acrescentar, de forma entusiástica, dados fundamentais à sua concretização, aumentando, também assim, a auto-estima da comunidade e promover a investigação histórica multidisciplinar local e regional (Martins, 2020, p. 20).

Daí a importância da história da arqueologia para o tema desta dissertação, como “contributo para a história da valorização de um sítio arqueológico”, pois permite descobrir nomes e obras esquecidas, publicar ou republicar obras, recuperar e reanalisar projetos, mormente de contexto museológico. Uma análise aplicável a outros actores da arqueologia que, por razões certamente muito diferentes, foram mantidos na sombra até se tornarem invisíveis (Martins, 2020, p. 20). Como já foi referido acima, o projecto da UNIARQ traz a contribuição das comunidades locais, no caso de acolher voluntários para as escavações, com as suas emoções, memórias e os seus afetos, e com os quais também se modelam identidades e narrativas (escritas e iconográficas) (Martins, 2020, p. 21).

Ana Cristina Martins (2020) ao usar o exemplo do templo romano de Évora como imagem identitária da comunidade eborense, faz pensar que a Villa Cardillio também possa ser uma imagem identitária da comunidade torrejana, transmitindo a ideia de cartão de visita da cidade de Torres Novas para o mundo, mostrando a importância e a necessidade de salvaguarda desta *villa* romana o mais depressa possível para benefício da população local (Martins, 2020, p. 21). Propõe, o que poderá também ser aplicado a Villa Cardillio, construindo um projeto que nos permita conhecer o monumento no seu território e na interação com as comunidades. Um projeto que possibilite avaliar a perceção que as comunidades vão estabelecendo sobre o monumento e o valor simbólico que carrega, desde uma perspectiva cultural, antropológica e sociológica (Martins, 2020, p. 22).

Ao ser consultada a *Community Integrating the Management of Archaeological Heritage and Tourism* da EAA - *European Association of Archaeologists*, constata-se que têm como objectivos facilitar o diálogo entre arqueólogos e especialistas em turismo e estabelecer um vocabulário comum; estabelecer parcerias com especialistas que trabalham em questões semelhantes (outros grupos de trabalho relevantes da EAA, UNESCO, ICOMOS, EAC); defender a representação arqueológica na tomada de decisões sobre o património, no que diz respeito à interpretação e ajudar os arqueólogos a contar as suas histórias considerando o ambiente social, económico e político; desenvolver estratégias de gestão do património arqueológico para o turismo, considerando os riscos e oportunidades do turismo arqueológico; convidar a participação e a opinião de todas as partes interessadas, incluindo arqueólogos, especialistas em turismo, comunidades locais e outros parceiros cívicos sobre esses tópicos; incentivar a investigação sobre turismo arqueológico; propor instrumentos práticos, como: directrizes para o turismo arqueológico sustentável; uma plataforma que agregue recursos e informações existentes; rede de partes interessadas, incluindo especialistas e sociedade civil.

Penso que foi expresso nesta dissertação algo que vai ao encontro do que é proposto na *Community*, pertença do organismo mais importante da arqueologia europeia, ou seja, facilitar o diálogo entre arqueólogos e especialistas em turismo. Desenvolver estratégias de gestão do património arqueológico para o turismo, considerando os riscos e oportunidades do turismo arqueológico e convidar a participação e opinião de todas as partes interessadas, incluindo arqueólogos, especialistas em turismo, comunidades locais e outros parceiros cívicos, por exemplo.

Assim, mostra-se a pertinência deste trabalho à luz da existência desta *Community*.

A partir da análise do Congresso Internacional de Turismo e Património Cultural “*Villae Romanas: Desafios para a Investigação e Inovação*”, ocorrido de 6 a 8 de Dezembro de 2018, no auditório da Casa das Histórias Paula Rego em Cascais, constata-se que a Villa Cardillio não foi tema deste evento generalizado sobre *villae* romanas. O motivo provável seria estar numa área geográfica diferente, a norte do Tejo e não no Alentejo, embora o programa de sessões não esclareça as opções escolhidas. Foi dado destaque especial à *villa* romana de Freiria, seguida de *villae* no Alentejo, em Espanha (fazendo também referência aos mosaicos de uma *villa*), em França, no Norte

de África e sobre os banhos romanos, como o caso exposto do Reino Unido. Foi enaltecido que o sector do turismo e património cultural está a conferir maior importância ao período romano, neste caso as *villae*, que sempre foi um tema de estudo interessante para os especialistas da Antiguidade. Este congresso serviu ainda para evidenciar as conclusões da investigação feita, bem como as perspectivas em aberto. Também foi referido que as *villae* oferecem, pela sua localização e conhecimento que transmitem ao público, novas oportunidades de negócio turístico, permitindo a sua rentabilização, como é o caso da Villa Cardillio que, embora esquecida, tem todas as condições para ver reforçada a necessidade da sua valorização patrimonial, a nível do arqueoturismo, com vista a ser promovida, quer em Portugal, quer no estrangeiro.

Pelo que procurei não haverá mais informação sobre a Villa Cardillio, actualmente (sem contar com a reportagem da SIC), a não ser a última notícia da Câmara Municipal de Torres Novas sobre os valores a investir na sua valorização (Ver Anexo, imagem 55 e transcrição 2, p. 148 e 159, respectivamente). Penso que embora esteja pouco valorizada, por causa da demora da tomada de decisões por parte da DGPC, é mais bem tratada e promovida do que as outras de Ourém e Constância. Já teve alguma valorização superior que a de Rio Maior, também por ter sido intervencionada mais cedo. A nível nacional parece-me um pouco atrás das do Alentejo, como a de Torre de Palma, Pisões e da Horta da Torre, só para dar alguns exemplos. Das três mais intervencionadas, destaca-se a de Torre de Palma, talvez a mais conhecida. Em relação à de Pisões recebeu ultimamente o apoio e interesse da Universidade de Évora, a qual pretende retomar o seu estudo. No caso da Villa da Horta da Torre, existe estudo mais tecnológico e avançado como o uso de drones, para criar maquetas digitais, que permitem uma maior compreensão, mais fidedigna, do passado romano em Portugal.

Para terminar podia ser concretizado mais estudo posterior. Continuar, por exemplo, a recolher dados em diferentes fontes primárias e secundárias impossíveis de serem tratadas em 2020, por causa da pandemia. Entre estas fontes, deve realçar-se as memórias paroquiais, com informação preciosa do território português, assim como a recolha de histórias de vida, recorrendo, para tal, à metodologia da história oral. Esta recolha deverá ser feita a arqueólogos que trabalharam no sítio arqueológico, a seus colaboradores, estudantes universitários que ali tenham estagiado durante as escavações e, até, à população local que tenha sido contratada sazonalmente para as escavações,

para se ter um vislumbre de como foi a experiência de cada um e como terá afectado o sítio arqueológico para a posteridade. Outra fonte é a iconográfica e, sobretudo, a fotográfica que poderá ser obtida junto destes mesmos interlocutores e de outras pessoas que, por uma razão ou outra, possam ter registos fotográficos do sítio que nos permitam perceber a sua evolução ao longo do tempo. A realização de entrevistas a antigos autarcas e autarcas na actualidade será de igual modo relevante para compreendermos a relação mantida com a *villa*, a existência ou inexistência de planos para a sua valorização, o interesse e desinteresse dos políticos locais pelo sítio. Deveria ser de igual modo realizado um inquérito junto da população local para entender o grau de conhecimento sobre a *villa*, as memórias, as emoções e as ideias que possam ter sobre a mesma. Por fim, mas não menos importante, seria interessante elaborar um inquérito destinado a visitantes do local, para preenchimento em espaços públicos, a exemplo do posto de turismo e do museu, para saber se conhecem o sítio, se intencionam visitá-lo e porquê.

Trata-se de um conjunto de tarefas que pretendemos ainda realizar, assim as restrições impostas pela Direção Geral de Saúde do nosso país sejam levantadas na totalidade, garantindo, assim, uma mais livre circulação de pessoas pelo território.

## Bibliografia

- ABRAÇOS; M. F. – O inventário e o corpus dos mosaicos romanos de Portugal, Revista de História da Arte, n.º 6, Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2008.
- ABRAÇOS; M. F. – Para a História da Conservação e Restauro do Mosaico Romano em Portugal. Manuel Heleno e a equipa de restauro de mosaicos do *Opificio delle Pietre Dure* de Florença, O Arqueólogo Português, série IV, n.º 23, 2005.
- ALARCÃO; J. – Achados na Vila Romana de Cardílio (Torres Novas), Arquivo de Beja, 1967.
- ALARCÃO; J. – A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal, Conimbriga: Revista de Arqueologia, vol. 37, 1998.
- ALARCÃO; J. – Portugal Romano, Verbo, Lisboa, 1973.
- ALEIXO; T. – O Arqueoturismo no Domínio do Património Náutico e Subaquático, Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, 2010.
- ALFONSO; L. – Tese de Doutoramento: Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2012.
- ALMEIDA; F. – Elogio do Ten.-Cor. Afonso do Paço; Lisboa; Academia Portuguesa da História, 1980.
- Arqueólogo Português, Nova Série – II Lisboa, 1933.
- Arqueólogo Português, Nova Série – II Lisboa, 1953.
- BARATA, F; KREMER, M; et al. – Algumas Villae da Lusitânia Romana em Território Actualmente Português, in Academia.edu.

- BATISTA; Á. – Carta Arqueológica do Concelho de Constância, Constância, 2004.
- BURTENSHAW, P; PALMER, C. – Archaeology, Local Development and Tourism—a Role for International Institutes, Bulletin for the Council for British Research in the Levant, 2014.
- CAHYADI; H. – Integrating Archaeo-tourism with Geotourism Development in Bantimurung National Park, South Sulawesi Province, Asia Tourism Forum – The 12th Biennial Conference of Hospitality and Tourism Industry in Asia (ATF-16), 2016.
- CARBONE; F. – Tese de Mestrado: Turismo, Património e Sustentabilidade - Modelo de Gestão para Sítios Arqueológicos, Universidade de Aveiro, 2006.
- CARNEIRO; A. – Itinerários romanos do Alentejo: uma releitura de "As grandes vias da Lusitânia - o itinerário de Antonino Pio" de Mario Saa, cinquenta anos depois. 2008. Lisboa: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, p. 137.
- CARNEIRO; A. – Povoamento rural na Lusitania, História de Roma Antiga, volume II, Império Romano do ocidente e romanidade hispânica, Coimbra, 2020.
- CARNEIRO; A. – Tese de Doutoramento: Povoamento rural no Alto Alentejo em época romana: lugares, tempos e pessoas - vectores estruturantes durante o império e antiguidade tardia, Universidade de Évora, 2011.
- CARVALHO; K. – Turismo Cultural e Arqueologia nos espaços urbanos: caminhos para a preservação do património cultural, Centro de Arqueologia de Almada, Curitiba, 2010.
- CASTELO-BRANCO; F. – A Arqueologia Nacional e o Turismo, Separata da Revista “Ocidente”, vol. LXXIII, Lisboa, 1967.
- CENTENO; R. – Para uma Valorização do Património Arqueológico do Distrito de Bragança – Algumas Reflexões, Instituto Português do Património Cultural, 1987.

- COMER, D; WILLEMS, W. – Tourism and Archaeological Heritage – Driver to development or Destruction?, ICOMOS, Paris, 2011.
- CONEJO DELGADO; N. – Villa Cardilio (Torres Novas, Santarém): una revisión desde la Numismática, Portugalia, Nova Série, vol. 38, Porto, DCTP-FLUP, 2017.
- CORPAS, N; CASTILLO, A. – Tourism 3.0 and archaeology: approaching tourists' generated-content of World Heritage sites, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, vol. 17, n.º 1 p. 39-52, 2019.
- COSTA; F. C. R. – Memória Breve sobre Vila Cardílio, Nova Augusta, 2ª Série (2), Torres Novas, Portugal, 1982.
- Decreto n.º 47/508, Diário do Governo, I Série, n.º 20, de 24 de Janeiro de 1967.
- DÍAZ-ANDREU; M. – A History of Archaeological Tourism – Pursuing leisure and knowledge from the eighteenth century to World War II, 2019.
- Direcção dos Serviços de Turismo; Secretariado Nacional de Informação. – Colóquio Nacional de Turismo, 19 a 21 de Janeiro de 1961.
- ENCARNAÇÃO; J. – III Congresso Nacional de Turismo – Documentos, Porto, 1986.
- ENCARNAÇÃO, J. – A epigrafia do momento: grafitos... a comunicação sedutora, *Opinione Pubblica e Forme di Comunicazione a Roma: il Linguaggio dell'Epigrafia. Atti del Colloquio AIEGL. Borghesi*, 2007. Faenzi: Fratelli Lega Editori, 2009.
- ENCARNAÇÃO; J. – Arqueologia e Turismo – útil binómio a acautelar, Centro de Arqueologia de Almada, 2018.
- ENCARNAÇÃO; J. – Para uma Gestão Inteligente do Património Arqueológico, I Curso de Gestão do Património Cultural – Comunicações, Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra, 1994.

- FERREIRA; A. – Tese de Doutoramento: Património e Cidadania: Dos Vestígios Arqueológicos à Ação Pedagógica, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013.
- FERREIRA; D. – Dissertação de Pós-graduação: O Turismo Arqueológico em Debate – Diagnóstico do uso do património arqueológico no município de Carnáuba dos Dantas/RN, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.
- FERREIRA; M. N. – Os mosaicos de villa Cardilio. Tentativa de descrição, Nova Augusta, n.º 8, Torres Novas, Portugal, 1994.
- GAO; Q. – Tese de Doutoramento: World Heritage, Archaeological Tourism and Social Value in China, Faculdade de Geografia e História, Universidade de Barcelona, 2016.
- GIRAUDO, R; MORTENSEN, L. – Encyclopedia of Tourism, Jafar Jafari and Honggen Xiao, eds. New York: Springer, 2015.
- GONÇALVES; A – Anais Torrejanos, Torres Novas, 1939.
- GONÇALVES; C. V. et al. – Sumário Executivo do Estudo: Património Cultural em Portugal, Avaliação do Valor Económico e Social, Fundação Millennium BCP, 2020.
- GONÇALVES; F. et al. – Carta Geológica de Portugal na Escala de 1/50000, Notícia Explicativa da Folha 27-D Abrantes, Lisboa, 1979.
- HIDALGO-FERNÁNDEZ, A; HERNÁNDEZ-ROJAS, R; RÍO, J; ET AL. – Tourist Motivations and Satisfaction in the Archaeological Ensemble of Madinat Al-Zahra, Sustainability, 2019.
- JALHAY; E. – Uma curiosa estatueta de barro, Revista de Arqueologia, tomo II, fasc. VII, Lisboa, 1936.
- KORSTANJE, M. E; CISNEROS-MUSTELIER, L. – Arqueología y Turismo: dos formas de viaje para una misma mirada, Turismo e

Sociedade, Curitiba, vol. 7,  
n.º 2, p. 228-247, 2014.

KREMER; M. – Mosaicos geométricos de Villa Cardílio. Algumas considerações, Revista de História da Arte, nº 6, Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2008.

Lei nº 107, de 08 de Setembro, de 2001.

MANZATO, F; REJOWSKI, M. – Considerações sobre o Turismo Arqueológico ou Arqueoturismo no Brasil, Construções Teóricas no Campo do Turismo – Anais do II Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 2004.

MANUPPELLA; G. et al. – Carta Geológica de Portugal na Escala de 1/50000, Notícia Explicativa da Folha 27-C Torres Novas, Lisboa, 2006.

MARTINS; A. C. – Território, comunidade, memória e emoção: a contribuição da história da arqueologia (algumas primeiras e breves reflexões). Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão, Associação dos Arqueólogos Portugueses/CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Lisboa, 2020.

MATIAS; A. – Povoamento rural romano e usos potenciais da terra em torno da capital da civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha, Portugal), Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2017.

MATTOSO, J; FABIÃO, C; et al. – História de Portugal, Antes de Portugal, volume 1, Lisboa, 2006.

MEDINA, J; GONÇALVES, V; FABIÃO, C. et al. – História de Portugal, O Mundo Luso-romano, volume 2, Amadora, 2004.

MELGAREJO, A; LÓPEZ, I. – Relaciones entre Turismo y Arqueología: el Turismo Arqueológico, una tipología turística propia, Revista

de Turismo y Patrimonio Cultural, vol. 15, n.º 1, p. 163-180, 2017.

- MONTEIRO; A. – A Vila Cardílio, Nova Augusta, 2ª Série, n.º 11, Torres Novas, Portugal, 1999.
- MORAIS; L. – Contributos da valorização do património arqueológico para o desenvolvimento local, XII Colóquio Ibérico de Geografia, 2010.
- OEHMICHEN-BAZÁN; C. – Archaeology and Tourism, The Encyclopedia of Archaeological Sciences, 2018.
- PAÇO; A. – Vila Cardílio, Estação Romana de Torres Novas, Nova Augusta 2, Torres Novas, Portugal, 1963.
- PEREIRA; J. – Carta Arqueológica do Concelho de Ourém, Ourém, 2006.
- PEREIRA; P. – O Mundo Rural Romano no Vale do Douro, Construir, Navegar, (Re)Usar o Douro da Antiguidade, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2018.
- PIRES, A; CADAVEZ, C; HENRIQUES, J; et al. – Turismo, História, Património e Ideologia – Diálogos e Memórias, Câmara Municipal de Cascais e Universidade Nova de Lisboa, 2020.
- RAPOSO; J. – Sítios Arqueológicos Visitáveis em Portugal, Centro de Arqueologia de Almada, 2001.
- ROCHA, M; SANTOS, D. – Dialogar com um Centro Histórico: O tecido urbano de Torres Novas à luz da História da Arte, Actas do Seminário Centros Históricos: Passado e Presente, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011.
- ROSS, D; SAXENA, G; CORREIA, F; et al. – Archaeological tourism: A creative approach, Annals of Tourism

Research, Universidade de Exeter,  
2019.

SALES; P. – Mosaicos Romanos de Portugal - da transposição à conservação *in situ*, in  
Academia.edu.

SERRÃO, J; OLIVEIRA MARQUES, A. H; ALARCÃO, J; et al. – Nova História de  
Portugal, Portugal: das Origens à  
Romanização, volume 1, Lisboa, 1990.

SILVA; F. – Tourism potential of castreja culture from the north-western Iberian  
Peninsula, Turystyka Kulturowa, 2019.

SILVA; J. – A Valorização de Sítios Arqueológicos Romanos no Alentejo, Dissertação  
de Mestrado, ISCTE-IUL, 2017.

SILVA, P. – A Modelação 3D do Castro de Romariz: Resultados da Aplicação do  
Modelo de Estudo Floveal. Actas do IX Encontro Nacional de Estudantes  
de História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014.

SIMÕES, J. S. – Torres Novas: narrativa urbana sobre um texto de Orlando Ribeiro,  
Nova Augusta, n.º 24, 2012.

SOUSA; J. – Elementos Culturais de Vila Cardílio, Nova Augusta, 2ª Série, n.º. 11,  
Torres Novas, Portugal, 1999.

SRIVASTAVA; S. – Archaeotourism: an approach to heritage conservation and area  
development, Global Journal of Engineering, Science and Social  
Science Studies, 2015.

VIZCAÍNO LEÓN, D; et al. – La reconstrucción virtual del patrimonio arqueológico al  
servicio de la divulgación y puesta en valor de la Villa  
Romana de Liédena (Navarra, España). Virtual  
Archaeology Review, volume 4, n.º 8, 2013.

## Índice Onomástico

ALARCÃO; J. – p. 51, 54, 59, 60 e 62

ALEIXO; T. – p. 46

ALFONSO; L. – p. 15 e 16

BARBOSA; B. – p. 57

BATISTA; Á. – p. 66 e 67

CAHYADI; H. – p. 17

CARNEIRO; A. – p. 51, 52, 53, 54 e 60

CARVALHO; J. – p. 57

CARVALHO; K. – p. 13

CASTELO-BRANCO; F. – p. 14

CENTENO; R. – p. 17

CONEJO DELGADO; N. – p. 58

COSTA; F. C. R. – p. 58, 59 e 60

CRISPIM; J. – p. 56

ENCARNAÇÃO; J. – p. 14, 18 e 59

FABIÃO; C. – p. 50, 51 e 55

GONÇALVES; A. – p. 61

GONÇALVES; C. V. – p. 48

GONÇALVES; F. – p. 56

KREMER; M. – p. 64 e 65

MANUPPELLA; G. – p. 56 e 57

MARTINS; A. C. – p. 76

MONTEIRO; A. – p. 61, 63 e 64

MORAIS; L. – p. 12 e 13

OEHMICHEN-BAZÁN; C. – p. 16 e 17

PAÇO; A. – p. 59

PEREIRA; J. – p. 68

PEREIRA; P. – p. 52

PIRES, A; et al. – p. 14 e 15

SANTOS; D. – p. 49

SILVA; J. – p. 12

SILVA; P. – p. 75

SIMÕES; J. S. – p. 55

SOUSA; J. – p. 60, 61 e 62

SRIVASTAVA; S. – p. 16

VIZCAÍNO LEÓN; D. – p. 75

## **Glossário de termos científicos e técnicos utilizados na dissertação**

**Aeminium** – Nome romano da actual cidade de Coimbra.

**Aluvião** – Terras, areia e lodo que se acumulam pela acção das correntes e formam terreno onde existia água.

**Ammaia** – Trata-se das ruínas de uma antiga cidade romana situada no Parque Natural da Serra de São Mamede, Alentejo, Portugal.

**Anta** – Monumento megalítico funerário, datado da Idade Neolítica e da Idade do Bronze, caracterizado por duas ou mais grandes pedras verticais a sustentar uma grande pedra horizontal, formando uma câmara sepulcral.

**Antela** – Sepultura pré-histórica, de forma quadrilonga. Difere da anta em não ter mesa ou laje a cobri-la e em ser fechada pelos seus quatro lados.

**Antropomórfica** – Que é semelhante ao homem. Igual a antropomorfo.

**Aretina** – Tipo de cerâmica terra sigillata que teve origem na oficina de Arretium, actual cidade italiana de Arezzo.

**Arcosarenítica** – Termo geológico relativo a depósitos fluviais de areias grossas.

**Balineum** – Termo romano ligado aos banhos, balneário.

**Calaecia** – Nome da província romana que abrange, actualmente, o norte de Portugal e a região da Galiza.

**Calcolítico** – Período pré-histórico em que se fez uso concomitante do cobre e da pedra.

**Castro** – Castelo ou fortificação de origem romana ou pré-romana.

**Citânia** – O mesmo que Castro.

**Criptopórtico** – Galeria abobadada subterrânea ou semi-subterrânea.

**Cromeleque** – Monumento megalítico pré-histórico composto de vários menires dispostos de forma circular.

**Diaclase** - Fractura ou fissura de rochas, oriunda da ação dos agentes de geodinâmica externa, tais como a água, o vento ou o gelo.

**Dolia** – Grandes vasos ou vasos de barro usados na época romana para armazenamento ou transporte de mercadorias.

**Dólmen** – O mesmo que Anta.

**Dolomitos** – Rochas sedimentares com mais de 50 % de seu peso constituído por dolomita (carbonato duplo de cálcio e magnésio).

**Domus** – termo em latim que significa casa.

**Ecossistema** – Conjunto das relações de interdependência, reguladas por condições físicas, químicas e biológicas, que os seres vivos estabelecem entre si e também com o meio ambiente em que habitam.

**Endossos** – Valores ou pertences.

**Escória** – Matérias que se separam dos metais durante a fusão ou a afinação.

**Estela** – Coluna monolítica ou pedra comemorativa destinada a ter uma inscrição.

**Facies** – Aspecto do terreno.

**Fíbula** – Alfinete ou fivela para prender o vestuário.

**Fotogrametria** – Medição de distâncias ou de dimensões através de fotografias.

**Frame** – É cada uma das imagens fixas de um produto audiovisual.

**Fuzilhão** – Peça metálica da fivela, a que se prende cinto, correia ou afim.

**Gnaisse** – Rocha metamórfica laminada, composta de feldspato, quartzo, mica e outros elementos.

Ímbrice – Tipo de telha de forma curva, em meia cana.

Levallois – Tipo de distintivo de lascado da pedra, desenvolvido pelos precursores dos seres humanos modernos durante o período Paleolítico.

Lítico – Relativo a pedra.

Lowcost – Baixo custo.

Magnetómetro – Instrumento usado para medir a intensidade, direcção e sentido de campos magnéticos em sua proximidade.

Mamoia – Montículo artificial de origem pré-histórica.

Mascarões – Carrancas (de pedra) usadas em fechos de arcadas e chafarizes.

Megalítico – Que é feito ou formado de grandes pedras.

Menir – Monumento megalítico que consta de uma pedra fixada verticalmente no solo.

Migmatito – Rocha ígnea / metamórfica.

Miliário – Diz-se dos marcos colocados nas estradas, para indicar as distâncias.

Miocénico – Relativo a ou época da era cenozóica, posterior ao Oligoceno e anterior ao Plioceno.

Miróbriga – Antiga cidade romana situada perto da vila e freguesia de Santiago do Cacém, Alentejo, Portugal.

Musivo ou Musivário – Relativo a mosaicos.

Necrópole – Conjunto de sepultamentos, também denominado cemitério.

Neolítico – Período histórico que vai aproximadamente do X milénio a.C., com o início da sedentarização e surgimento da agricultura, ao III milénio a.C., dando lugar à Idade dos Metais.

Opus – Palavra latina que significa obra, trabalho.

Orca – O mesmo que Anta.

Otium – O mesmo que ócio.

Paleolítico – Período da pré-história que começou há cerca de 2,5 milhões de anos, quando os antepassados do Homem começaram a produzir os primeiros artefactos em pedra lascada, destacando-se de todos os outros animais, e que durou até cerca de 10000 a.C., quando houve a chamada Revolução Neolítica, em que começou a fazer agricultura.

Planimetria – Representação em mapa ou planta topográfica sem ter em conta o relevo.

Pliocénica – Relativo a ou época da era cenozóica, posterior ao Mioceno e anterior ao Pleistoceno.

Plistocénico – Diz-se do ou o período mais antigo do Quaternário.

Porfiróides – Aparência das rochas ígneas onde é visível uma clara e distintiva diferenciação no tamanho dos cristais que as compõem.

Precâmbrico – É o período de tempo desde a formação da Terra há cerca de 4600 milhões de anos até ao início do Período Cambriano, há cerca de  $541,0 \pm 1,0$  milhões de anos.

Pré-histórico – Anterior à história ou aos tempos históricos.

Proto-história – Período do desenvolvimento da humanidade entre a pré-história e a história.

Rupestre – Relativo a desenhos nas rochas pelos homens primitivos ou pré-históricos.

Salacia – nome romano para Alcácer do Sal.

Signinum – Tipo de obra e de construção feito de telhas partidas em pedaços muito pequenos, misturados com argamassa, e depois batido com um pilão.

Sismógrafo – Aparelho que detecta os movimentos do solo, incluindo os gerados pelas ondas sísmicas.

Sítula – Vaso metálico, raramente em terracota, utilizado pelas antigas civilizações mediterrânicas para âmbito cerimonial.

Sudgálica – Tipo de terra sigillata, que como o nome indica, provinha do sul da Gália.

Tégula – Tipo de telha feita em barro.

Templete – Pequena estrutura em forma de templo.

Terra sigillata – Tipo de cerâmica produzida na época romana, que traziam o sigillum (selo) do oleiro para fins propagandísticos para a sua oficina.

Tessela – Peça, geralmente quadrangular ou cúbica usada no revestimento de pavimentos e mosaicos.

Tesselatum – Termo em latim para a técnica comum de mosaico grego e romano realizada a partir de tesselas com dimensão superior a 4 mm.

Tholos – Monumento megalítico de falsa cúpula.

Vicus – Na Roma Antiga era uma unidade territorial menor inferior a uma cidade, dentro do pagus, isto é, província.

Zoelas – povo pré-romano da Galécia.

## Anexos



Imagem 1: Primeira perspectiva da maqueta de Villa Cardillio (encontra-se no centro interpretativo, produzida por André Romão e Mário Almeida, fotografia tirada pelo autor em 2015 no centro interpretativo)



Imagem 2: Segunda perspectiva da maqueta de Villa Cardillio (encontra-se no centro interpretativo, produzida por André Romão e Mário Almeida, fotografia tirada pelo autor em 2015 no centro interpretativo)



Imagem 3: Terceira perspectiva da maqueta de Villa Cardillio (encontra-se no centro interpretativo, produzida por André Romão e Mário Almeida, fotografia tirada pelo autor em 2015 no centro interpretativo)



Imagem 4: Quarta perspectiva da maquete de Villa Cardillio (encontra-se no centro interpretativo, produzida por André Romão e Mário Almeida, fotografia tirada pelo autor em 2015 no centro interpretativo)



Imagem 5: Escala da maqueta (encontra-se no centro interpretativo, produzida por André Romão e Mário Almeida, fotografia tirada pelo autor em 2015 no centro interpretativo)



Imagem 6: Ficha técnica da maqueta (encontra-se no centro interpretativo, produzida por André Romão e Mário Almeida, fotografia tirada pelo autor em 2015 no centro interpretativo)



Imagem 7: Ao fundo pode ver-se as colunas e o átrio (fotografia do autor tirada em Outubro de 2015 da Villa Cardillio)



Imagem 8: Uma secção da *domus* da Villa Cardillio (fotografia do autor tirada em Outubro de 2015 da Villa Cardillio)



Imagem 9: Vista aproximada das colunas (fotografia do autor tirada em Outubro de 2015 da Villa Cardillio)



Imagem 10: Mosaicos romanos (tapete I) (fotografia do autor tirada em Outubro de 2015 da Villa Cardillio)



Imagem 11: Hipocausto e alguns mosaicos (fotografia do autor tirada em Outubro de 2015 da Villa Cardillio)



Imagem 12: Imagem do Átrio com a presença do poço em segundo plano (fotografia do autor tirada em Outubro de 2015 da Villa Cardillio)



Imagem 13: Outra zona da *villa* destinada ao escoamento de águas (fotografia do autor tirada em Outubro de 2015 da Villa Cardillio)



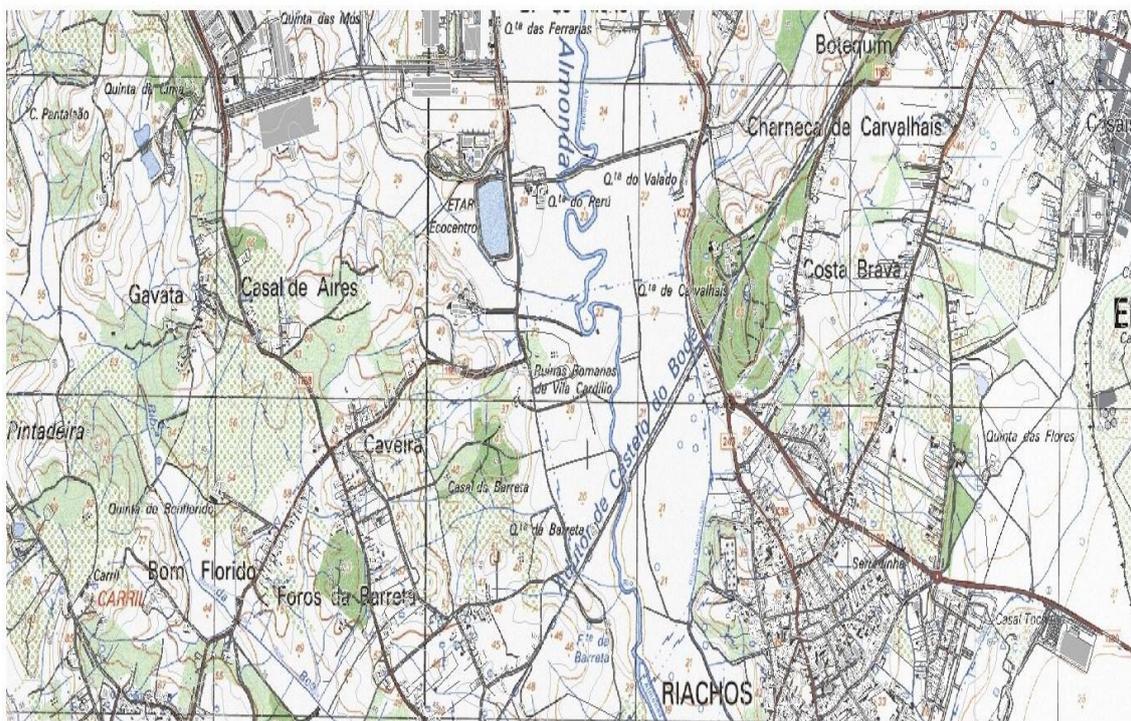


Imagem 15: Carta Militar - Série M888 IGEOE de 2003 a 2008 (Carta militar de 1/25000 retirada pelo autor, do SIG do Município de Torres Novas em 2015)

Imagens do arquivo municipal de Torres Novas (16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30)



Imagem 16: Imagens antigas das escavações na Villa Cardillio (1) (Trabalhos arqueológicos em curso de ano e autor desconhecidos)



Imagem 17: Imagens antigas das escavações na Villa Cardillio (2) (Trabalhos arqueológicos em curso de ano e autor desconhecidos)

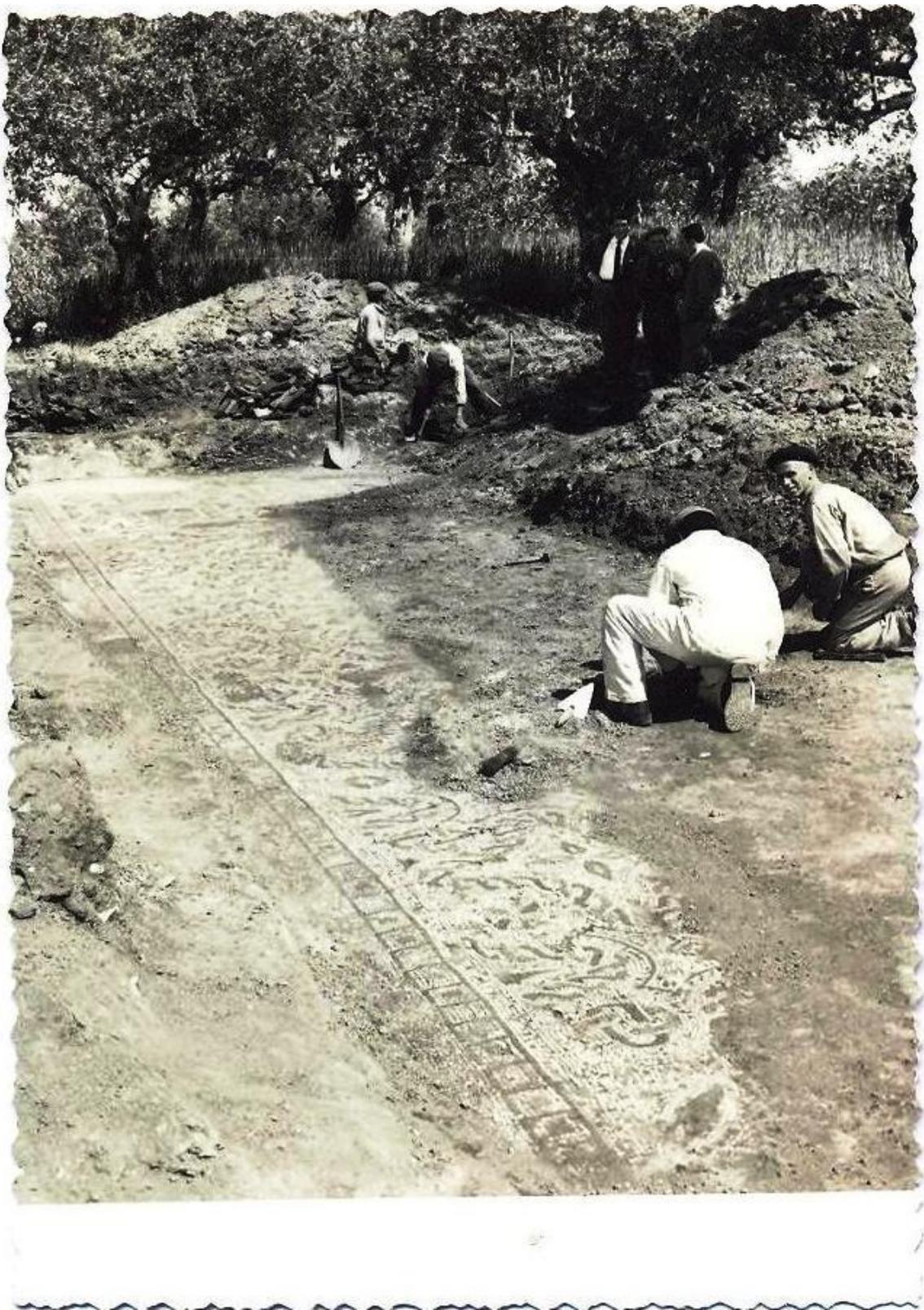


Imagem 18: Imagens antigas das escavações na Villa Cardillio (3) (Trabalhos arqueológicos em curso de ano e autor desconhecidos)



Imagem 19: Imagens antigas das escavações na Villa Cardillio (4) (Trabalhos arqueológicos em curso de ano e autor desconhecidos, mosaicos do tapete A)



Imagem 20: Imagens antigas das escavações na Villa Cardillio (5) (Trabalhos arqueológicos em curso de ano e autor desconhecidos, mosaicos do tapete C)



Imagem 21: Imagens antigas das escavações na Villa Cardillio (6) (Trabalhos arqueológicos em curso de ano e autor desconhecidos)



Imagem 22: Imagens antigas das escavações na Villa Cardillio (7) (Trabalhos arqueológicos em curso de ano e autor desconhecidos, mosaicos do tapete E)



Imagem 23: Mosaicos romanos (tapete H) (Trabalhos arqueológicos em curso de ano e autor desconhecidos)



Imagem 24: Imagens antigas das escavações na Villa Cardillio (8) (Trabalhos arqueológicos em curso de ano e autor desconhecidos)



Imagem 25: Fotografia aérea da *villa* (ano e autor desconhecidos, com os espaços da Villa Cardillio cobertos talvez com um material protector)

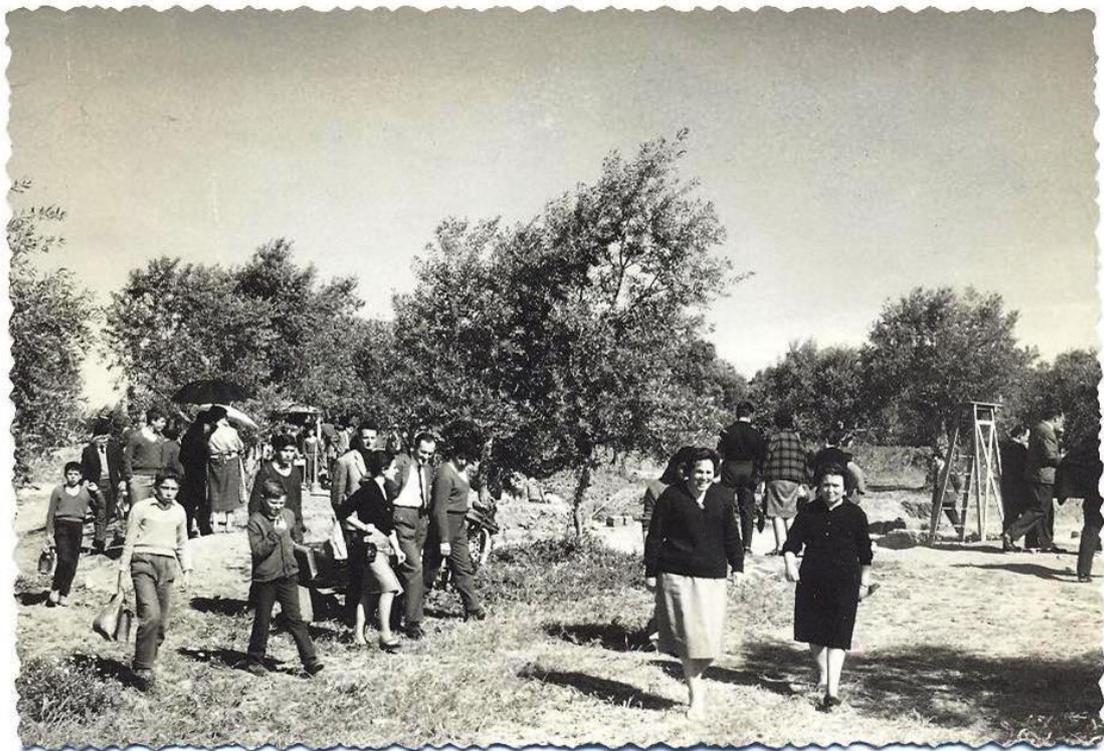


Imagem 26: Visita à escavação arqueológica (1) (ano e autor desconhecidos)



Imagem 27: Visitantes observando os mosaicos (ano e autor desconhecidos)



Imagem 28: Observação dos mosaicos (ano e autor desconhecidos, mosaicos do tapete

G)



Imagem 29: Visita à escavação arqueológica (2) (ano e autor desconhecidos, mosaicos protegidos com areia e também, em princípio, com uma tela plástica)

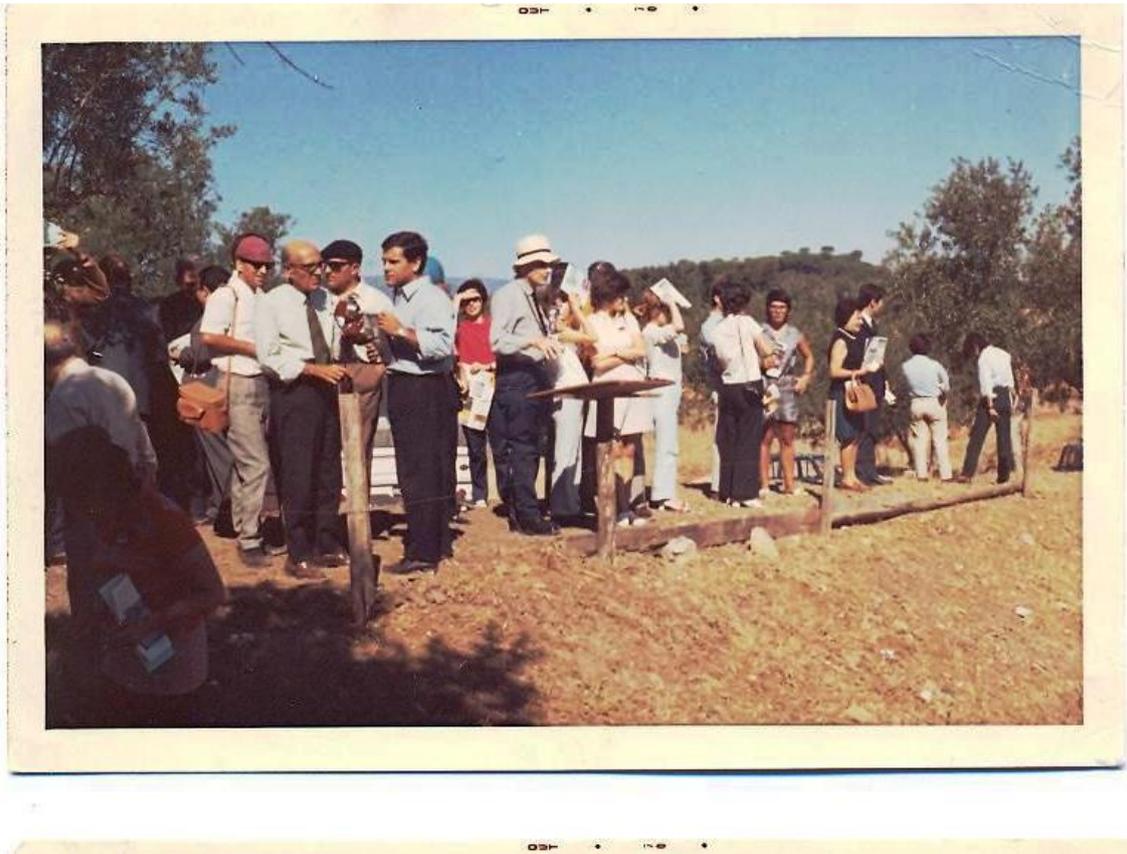


Imagem 30: Visita à escavação arqueológica (3) (ano e autor desconhecidos, possível existência no meio da imagem de um painel explicativo das ruínas)

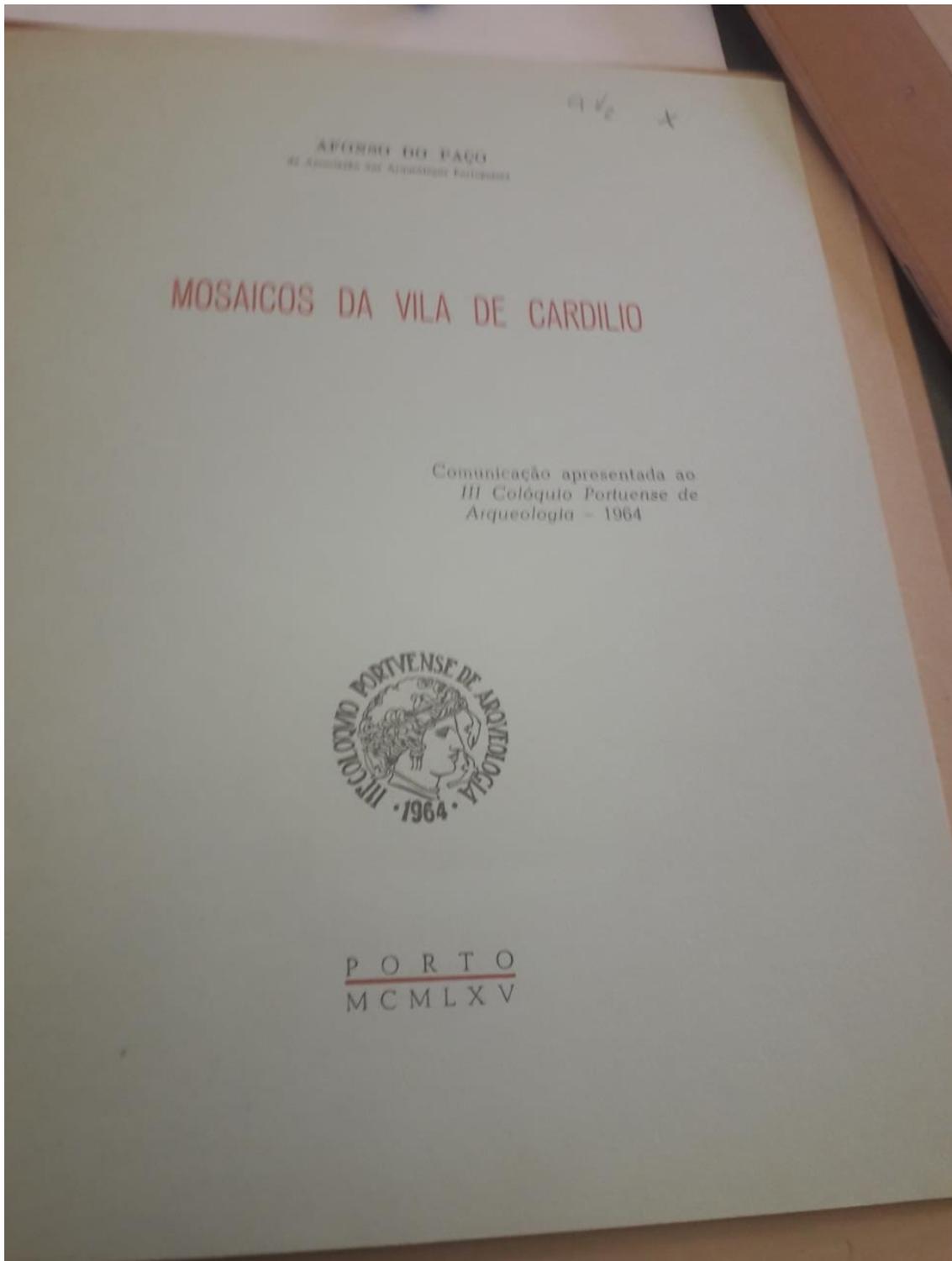


Imagem 31: Página inicial de “Mosaicos da Vila de Cardilio” de Afonso do Paço (fotografia tirada pelo autor em 2019 na Biblioteca Nacional de Portugal)

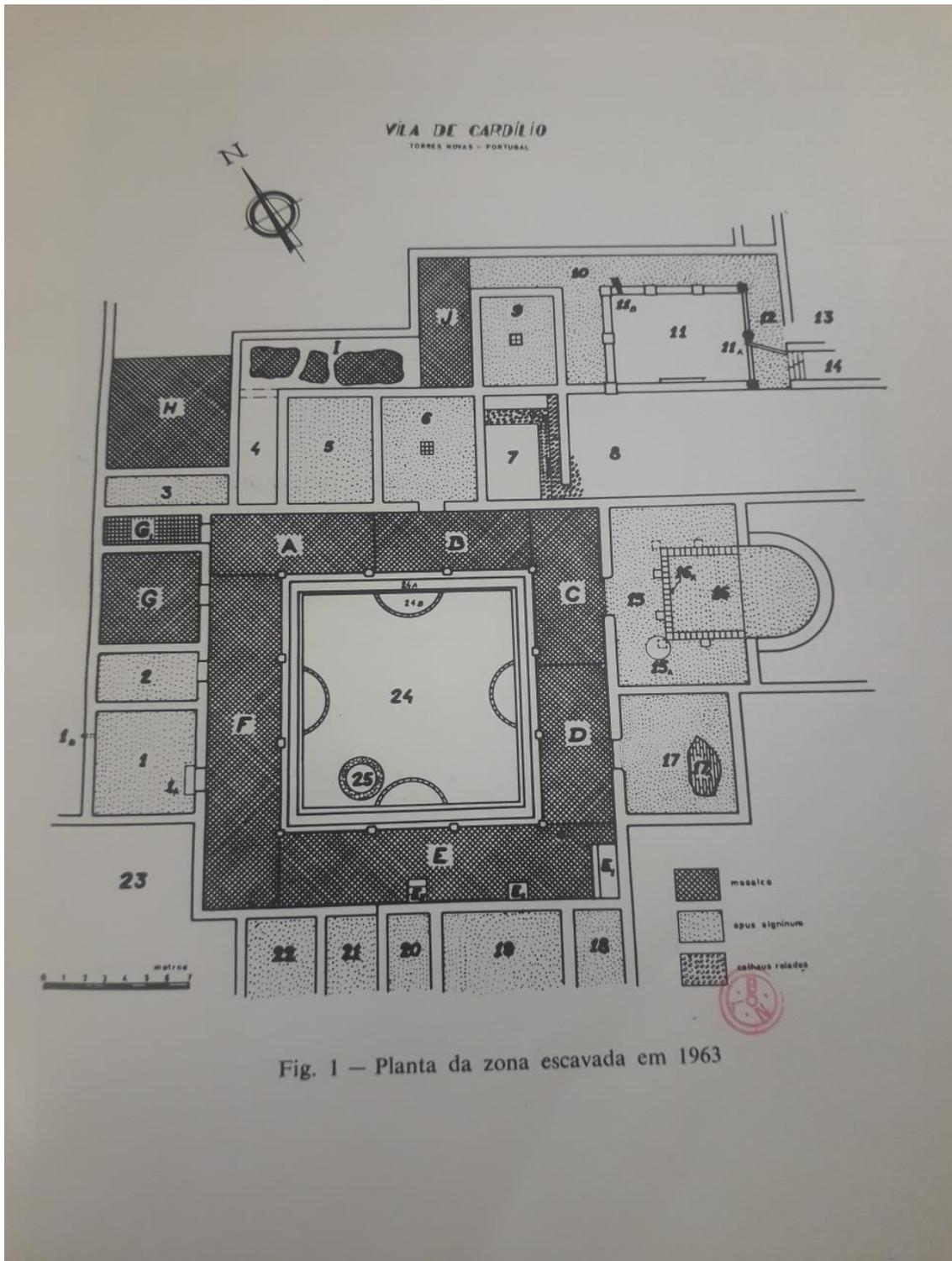


Imagem 32: Planta da zona escavada da *villa* em 1963 (fotografia tirada pelo autor em 2019 na Biblioteca Nacional de Portugal em “Mosaicos da Vila de Cardílio” de Afonso do Paço)

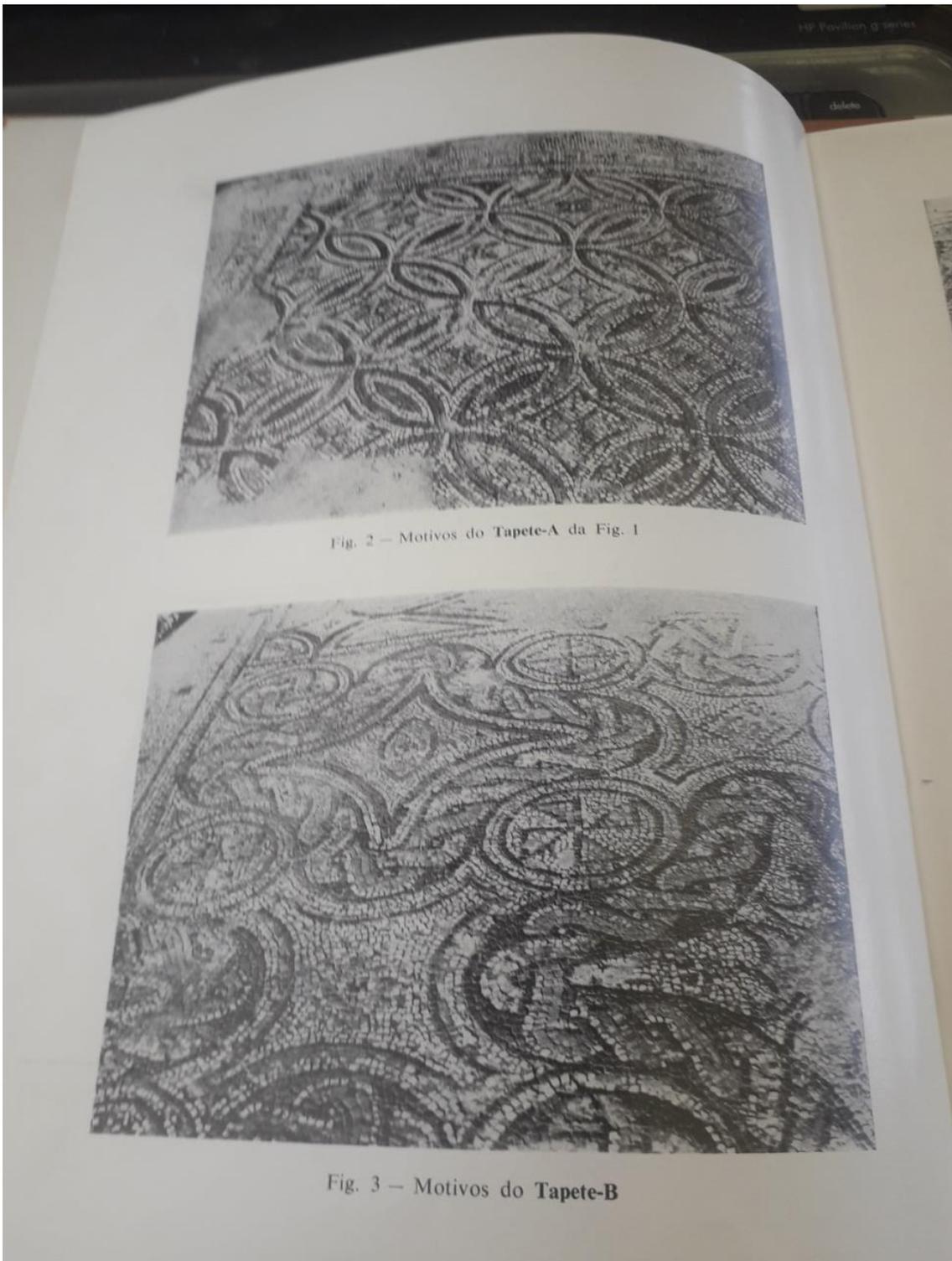


Imagem 33: Mosaicos do tapete A e B (fotografia tirada pelo autor em 2019 na Biblioteca Nacional de Portugal em “Mosaicos da Vila de Cardilio” de Afonso do Paço)

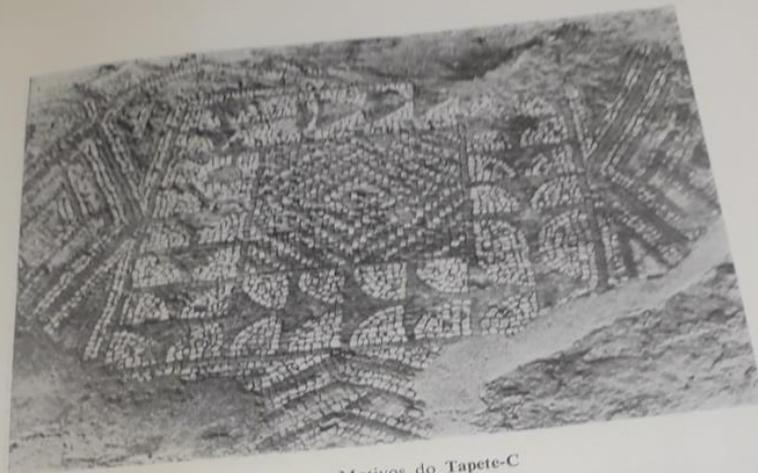


Fig. 4 – Motivos do Tapete-C

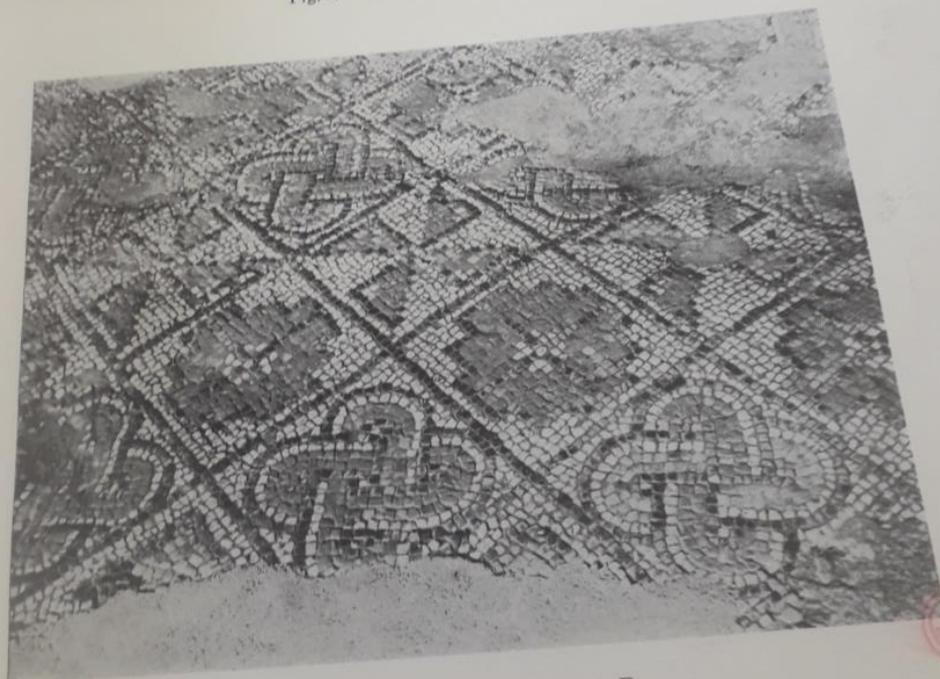


Fig. 5 – Motivos do Tapete-D

Imagem 34: Mosaicos do tapete C e D (fotografia tirada pelo autor em 2019 na Biblioteca Nacional de Portugal em “Mosaicos da Vila de Cardilio” de Afonso do Paço)

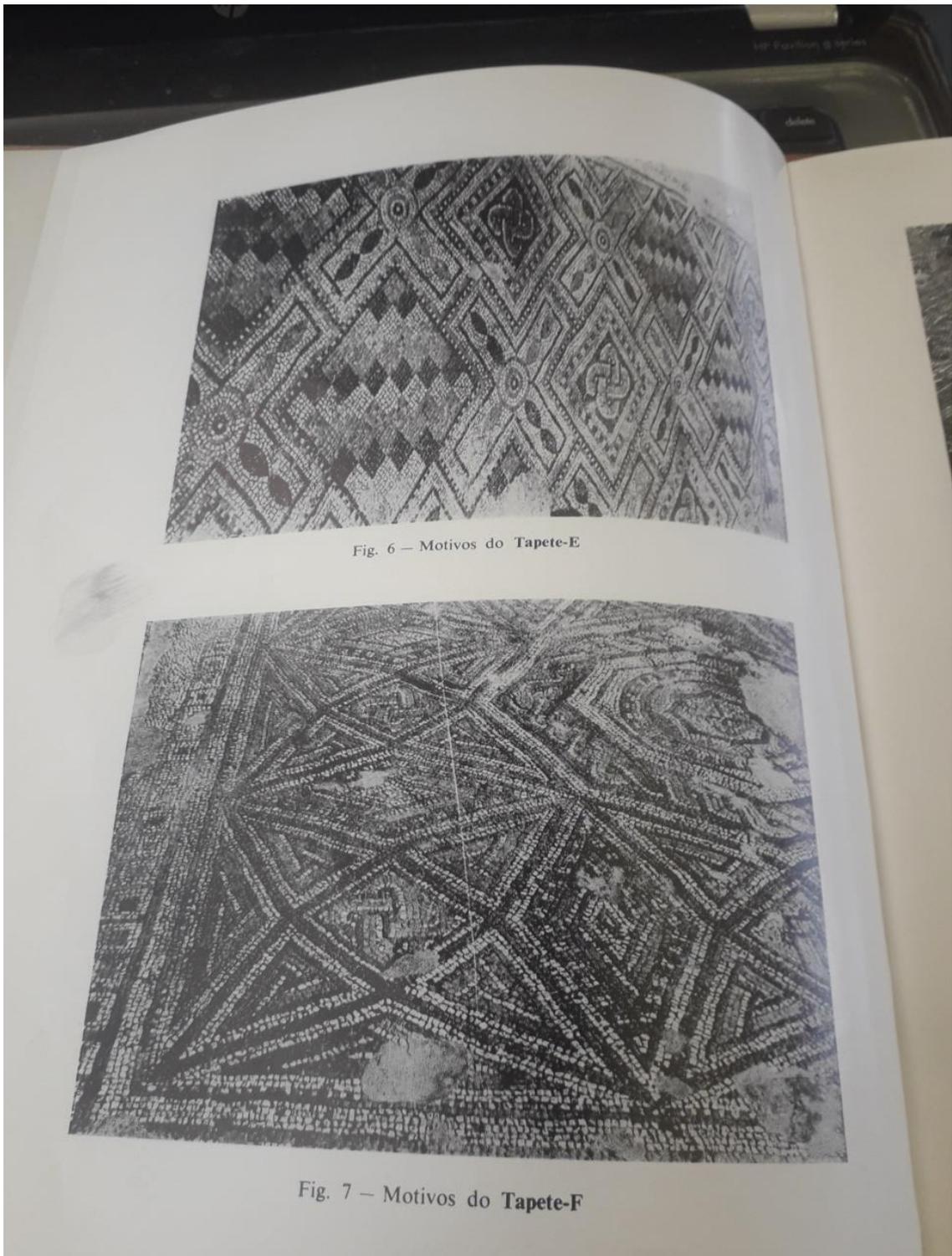


Imagem 35: Mosaicos do tapete E e F (fotografia tirada pelo autor em 2019 na Biblioteca Nacional de Portugal em “Mosaicos da Vila de Cardilio” de Afonso do Paço)



Fig. 8 – Inscrição do Mosaico-G

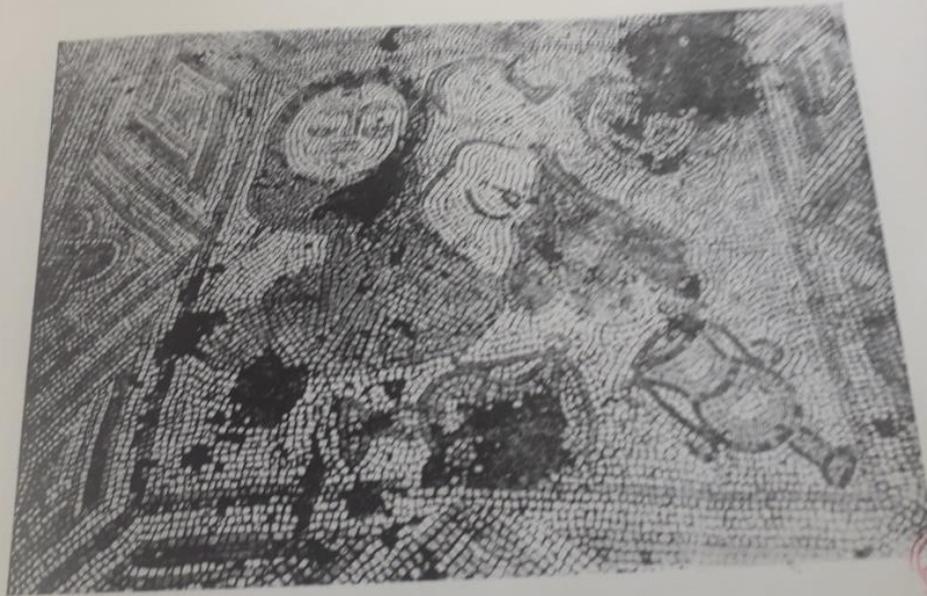


Fig. 9 – Figuras de Cardílio e Avita do Mosaico-G

Imagem 36: Mosaico G com inscrição e figuras de Cardílio e Avita (fotografia tirada pelo autor em 2019 na Biblioteca Nacional de Portugal)

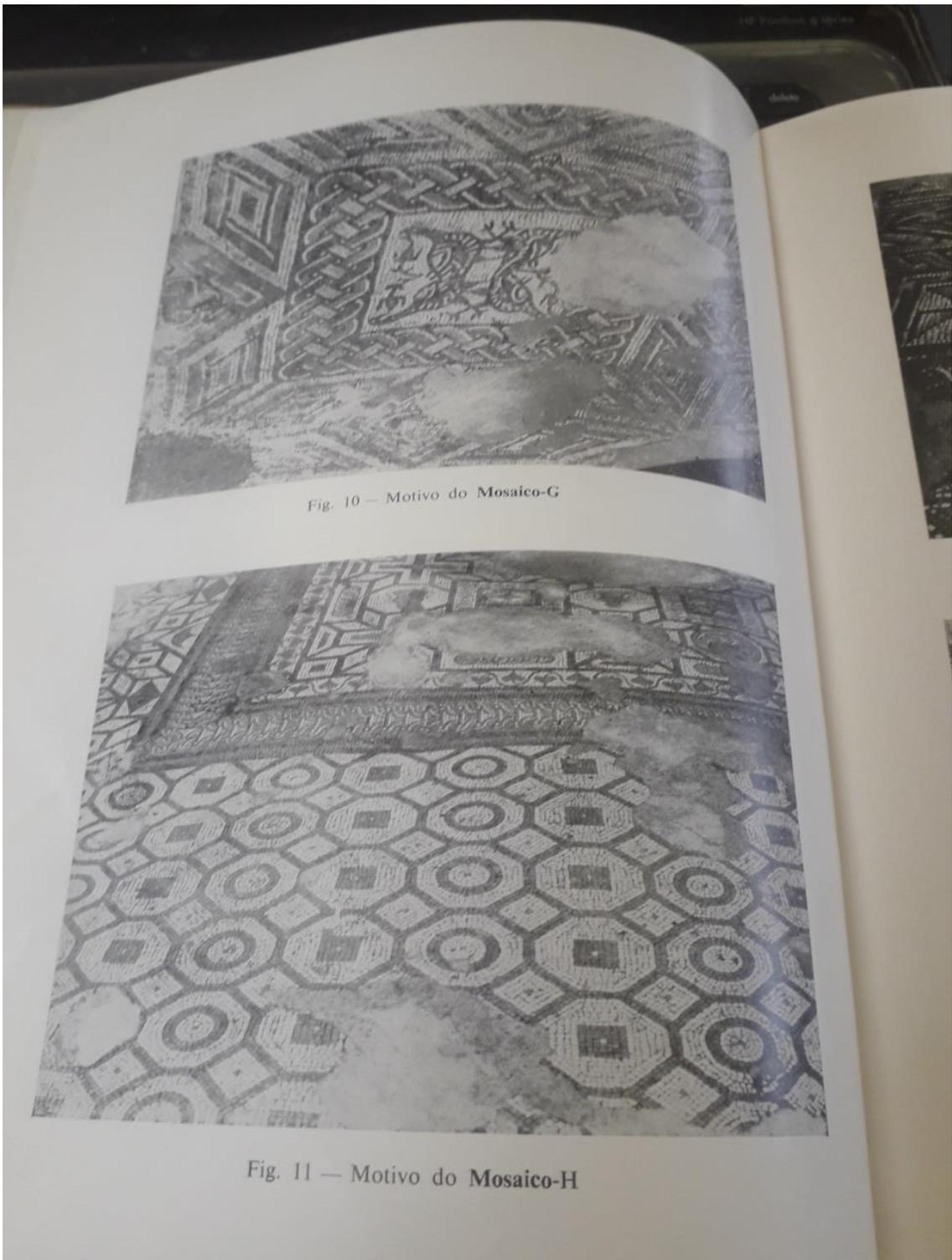


Imagem 37: Mosaicos do tapete G e H (fotografia tirada pelo autor em 2019 na Biblioteca Nacional de Portugal em “Mosaicos da Vila de Cardilio” de Afonso do Paço)

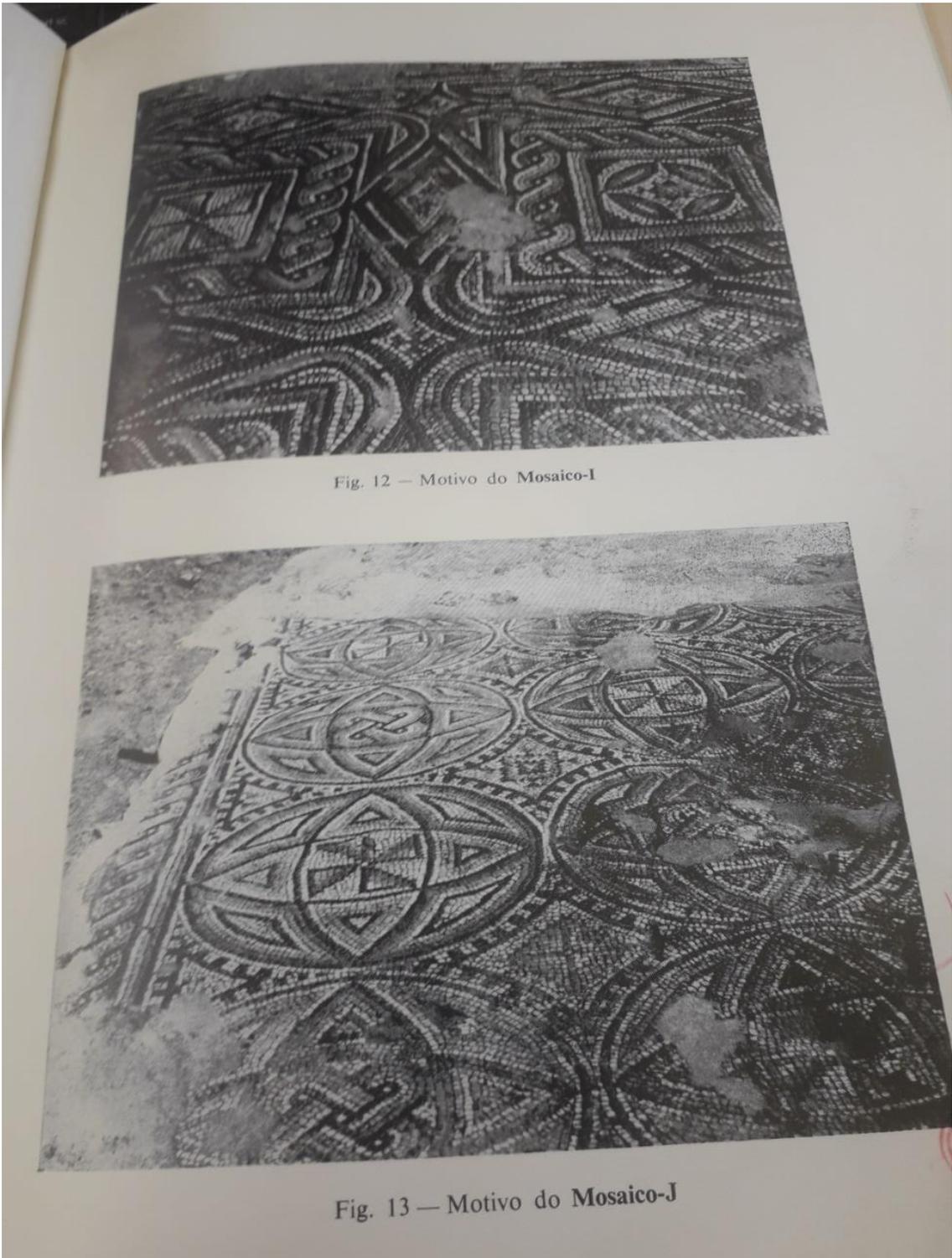


Imagem 38: Mosaicos do tapete I e J (fotografia tirada pelo autor em 2019 na Biblioteca Nacional de Portugal em “Mosaicos da Vila de Cardilio” de Afonso do Paço)

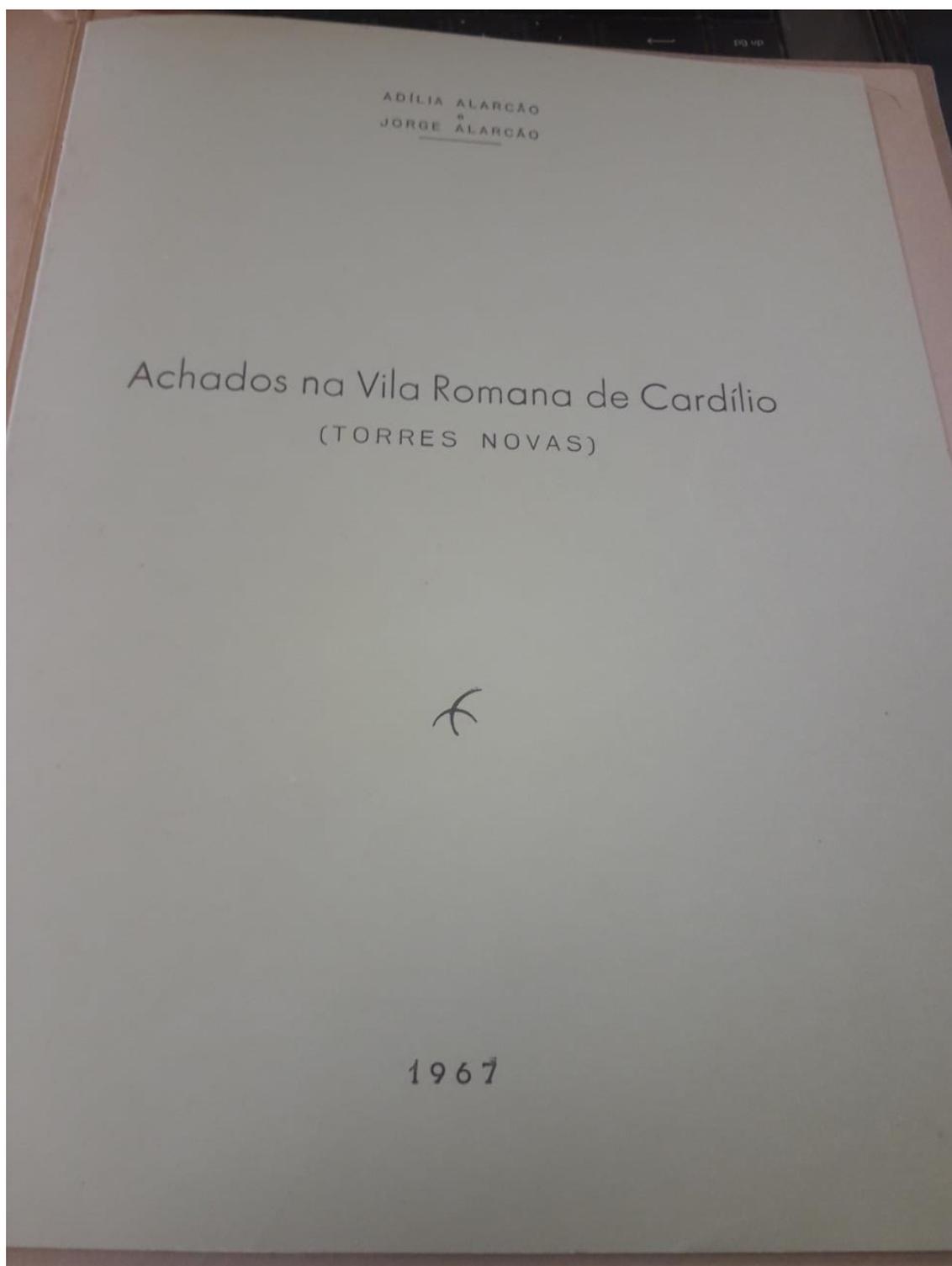


Imagem 39: Página inicial da obra “Achados na Vila Romana de Cardílio (Torres Novas)” de Adília e Jorge Alarcão (fotografia tirada pelo autor em 2019 na Biblioteca Nacional de Portugal)

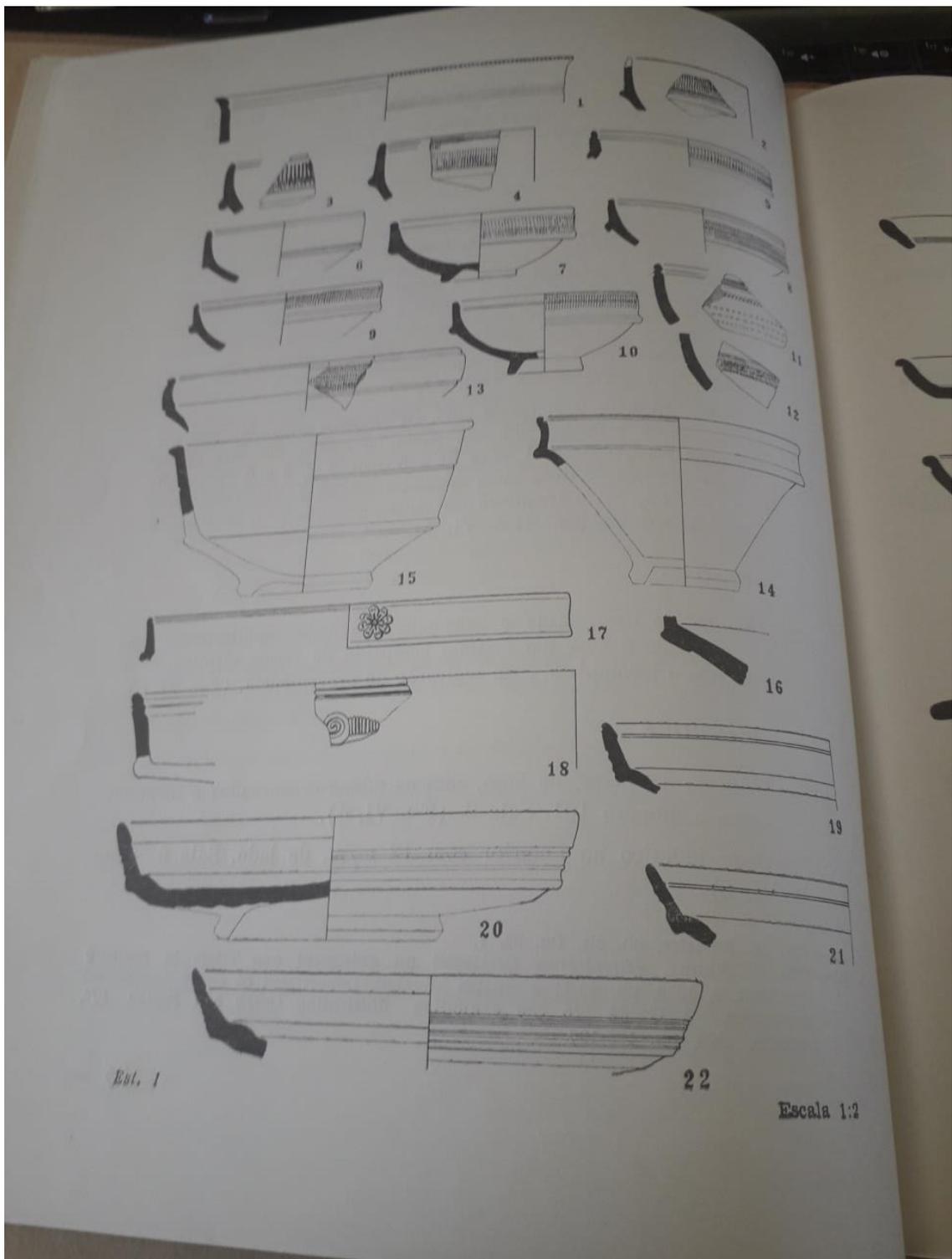


Imagem 40: Desenho arqueológico de fragmentos de cerâmica encontrados (1)  
(fotografia tirada pelo autor em 2019 na Biblioteca Nacional de Portugal em “Achados  
na Vila Romana de Cardílio (Torres Novas)” de Adília e Jorge Alarcão)

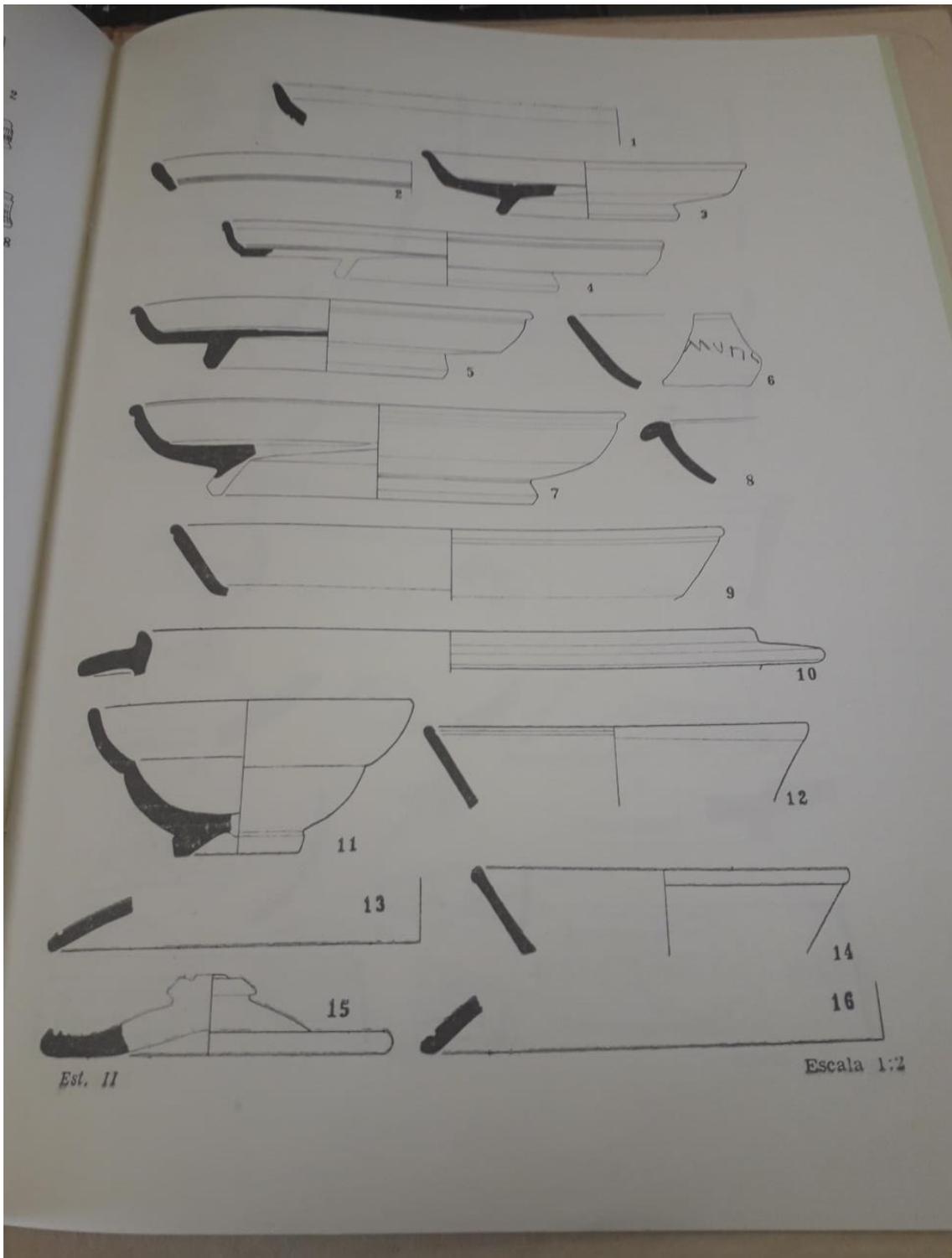


Imagem 41: Desenho arqueológico de fragmentos de cerâmica encontrados (2)  
(fotografia tirada pelo autor em 2019 na Biblioteca Nacional de Portugal em “Achados  
na Vila Romana de Cardílio (Torres Novas)” de Adília e Jorge Alarcão)



Imagem 42: Desenho arqueológico de fragmentos de cerâmica encontrados (3) (fotografia tirada pelo autor em 2019 na Biblioteca Nacional de Portugal em “Achados na Vila Romana de Cardílio (Torres Novas)” de Adília e Jorge Alarcão)

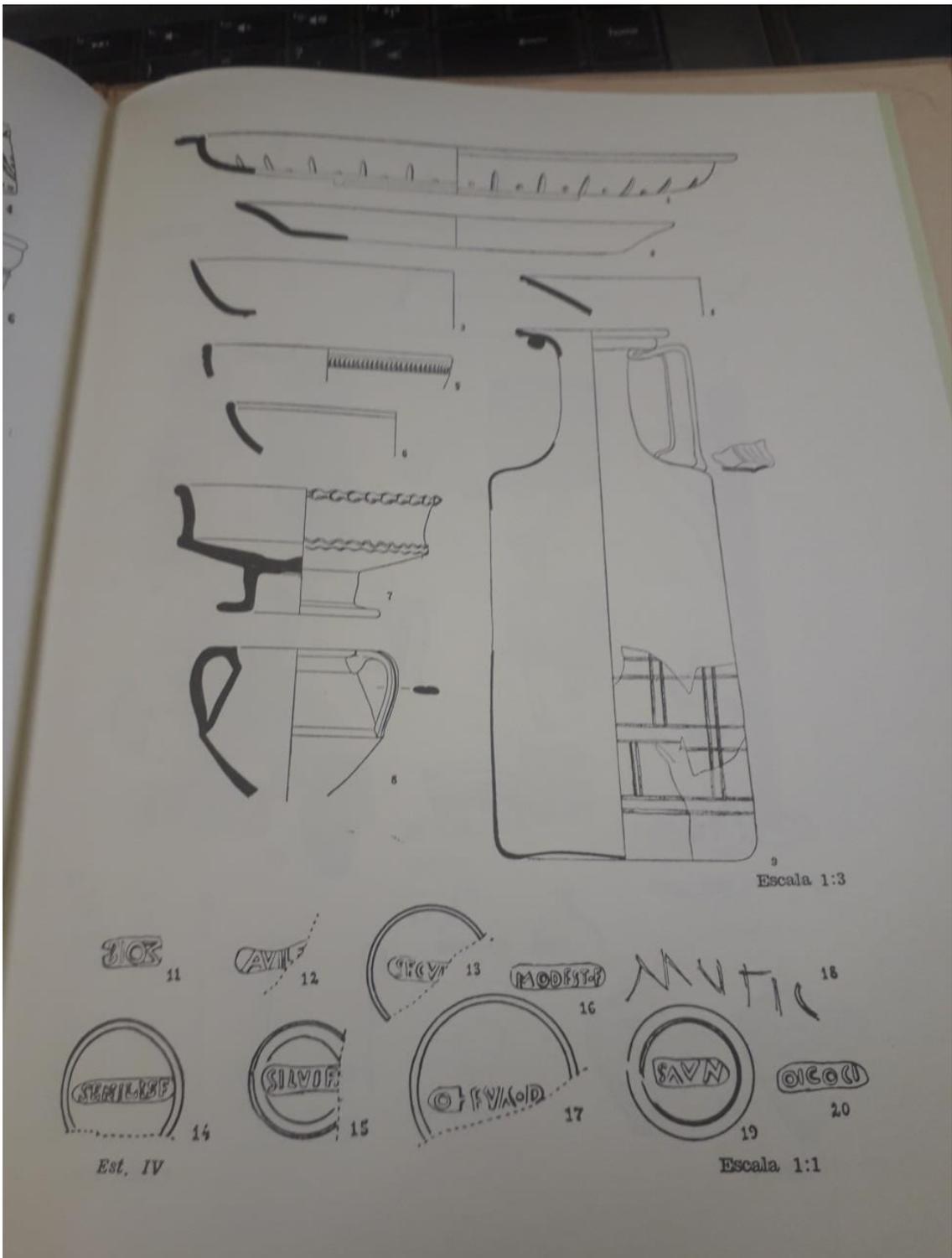


Imagem 43: Desenho arqueológico de fragmentos de cerâmica encontrados (4) (fotografia tirada pelo autor em 2019 na Biblioteca Nacional de Portugal em “Achados na Vila Romana de Cardílio (Torres Novas)” de Adília e Jorge Alarcão)

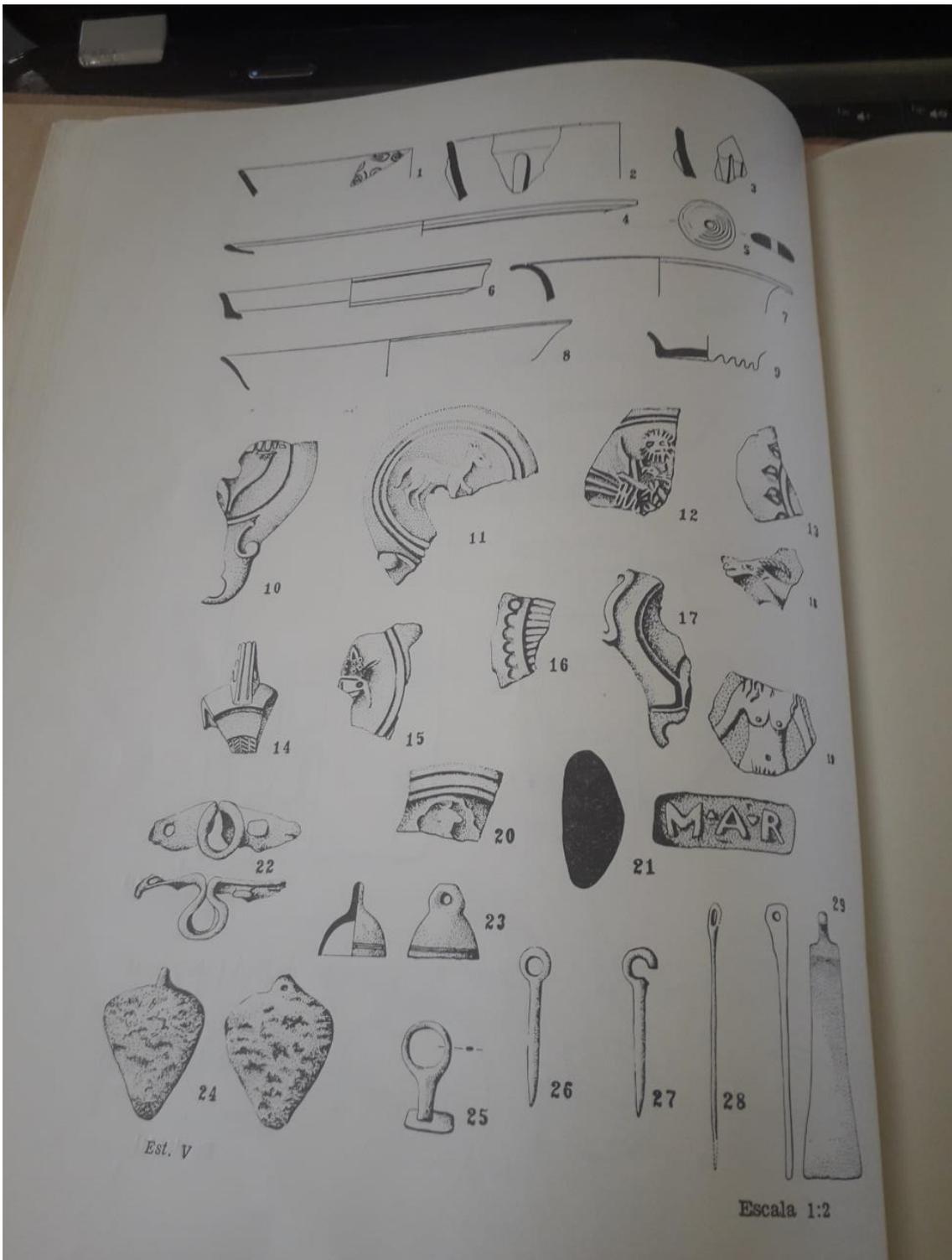


Imagem 44: Desenho arqueológico de fragmentos de cerâmica e de utensílios encontrados (fotografia tirada pelo autor em 2019 na Biblioteca Nacional de Portugal em “Achados na Vila Romana de Cardílio (Torres Novas)” de Adília e Jorge Alarcão)

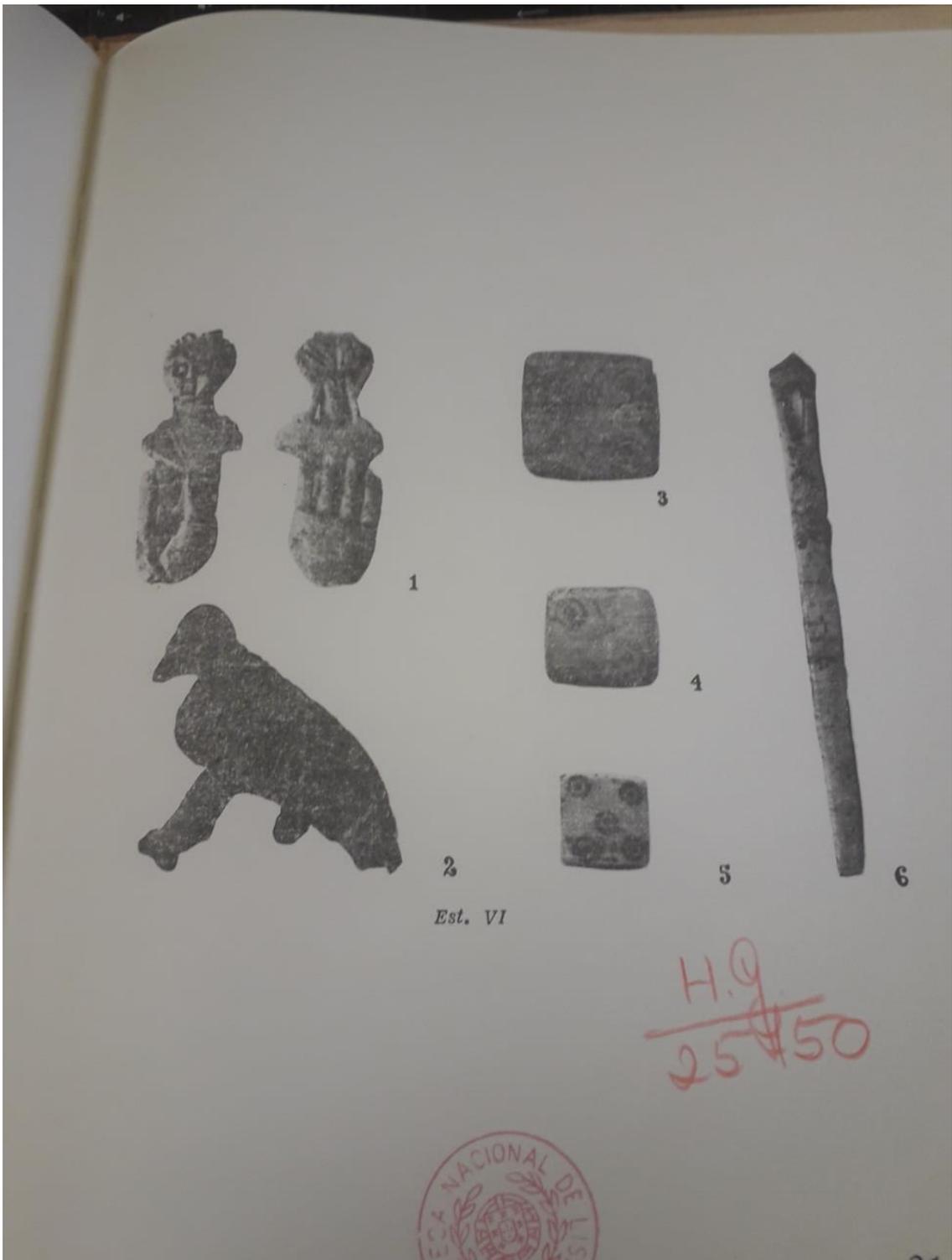


Imagem 45: Fotografias de peças encontradas (fotografia tirada pelo autor em 2019 na Biblioteca Nacional de Portugal em “Achados na Vila Romana de Cardílio (Torres Novas)” de Adília e Jorge Alarcão)

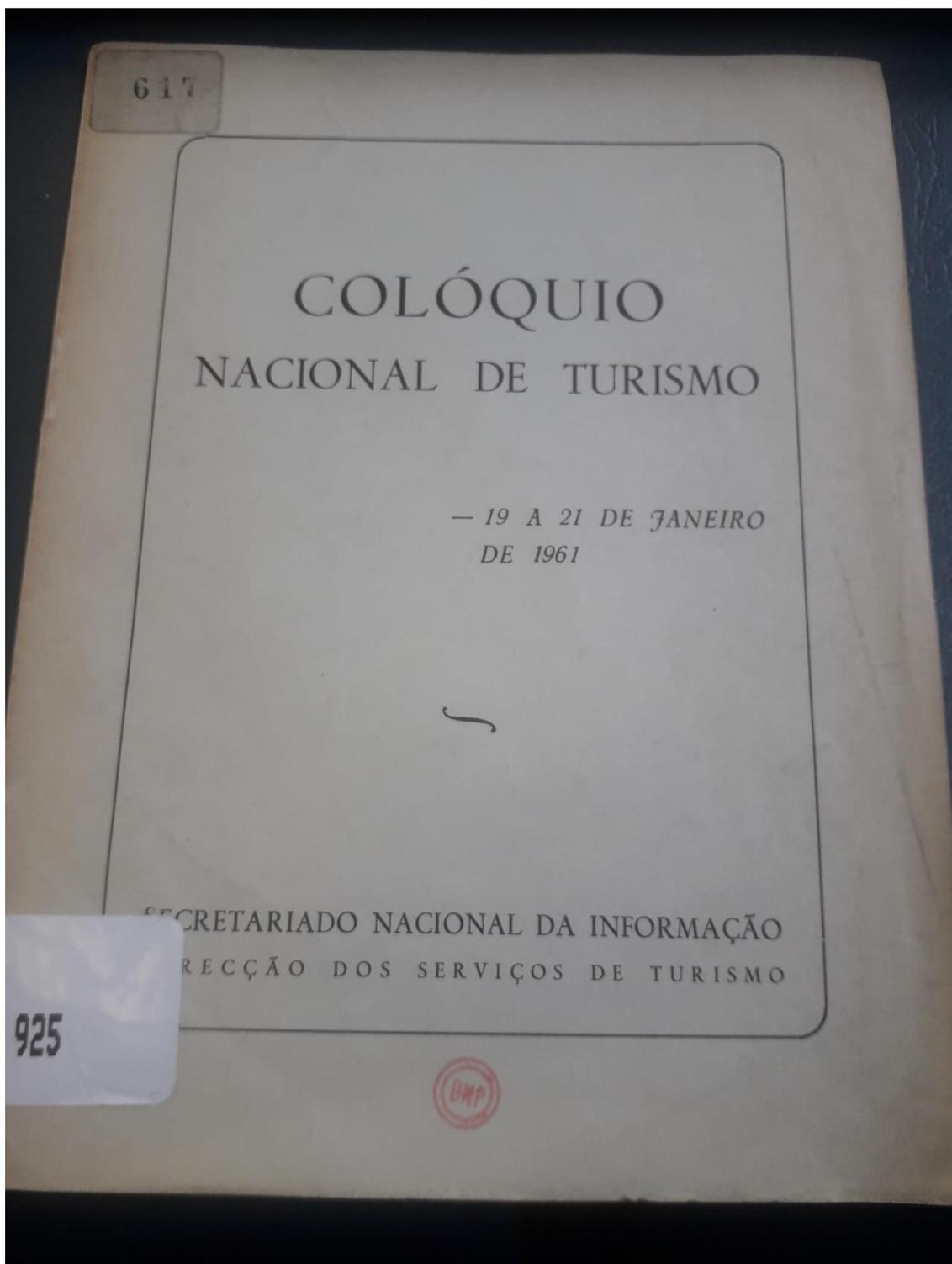


Imagem 46: Página inicial do “Colóquio Nacional de Turismo” do Secretariado Nacional da Informação, Direcção dos Serviços de Turismo (fotografia tirada pelo autor em 2019 na Biblioteca Nacional de Portugal)

COLÓQUIO NACIONAL DE TURISMO  
A REALIZAR EM LISBOA, NO PALÁCIO FOZ,  
DE 19 A 21 DE JANEIRO DE 1961

Artigo 1 — O Colóquio versará problemas da actividade turística nacional, tendo em vista contribuir para o seu maior desenvolvimento e aperfeiçoamento.

Art.º 2 — A sua realização fica a cargo da Direcção dos Serviços de Turismo do Secretariado Nacional da Informação. Os trabalhos serão orientados por uma Comissão Executiva composta por 5 membros, sendo o Presidente e 3 Vogais designados pelo Secretário Nacional e o 4.º indicado pela Corporação dos Transportes e Turismo.

Art.º 3 — Os trabalhos do Colóquio repartir-se-ão por 4 Secções assim designadas:

- 1) Equipamento turístico
- 2) Recepção turística
- 3) Propaganda turística
- 4) Organização local do turismo

Art.º 4 — Em cada uma das Secções serão apresentadas e discutidas Comunicações que versarão os seguintes temas gerais:

Imagem 47: Colóquio Nacional de Turismo, página 3 (fotografia tirada pelo autor em 2019 na Biblioteca Nacional de Portugal em “Colóquio Nacional de Turismo” do Secretariado Nacional da Informação, Direcção dos Serviços de Turismo)

1.ª SECÇÃO (EQUIPAMENTO TURÍSTICO)

- a) Indústria Hoteleira; sua planificação; preparação profissional; acção de assistência e inspecção por parte do Estado; cozinha e doçaria regional;
- b) Novas formas de albergar turistas: motéis; parques de turismo e de campismo; aldeias turísticas, etc.;
- c) Turismo Social (organizações laborais ligadas à F.N.A.T.);
- d) Defesa e aproveitamento dos valores turísticos nacionais (históricos, artísticos, paisagísticos, etnográficos, espeleológicos, cinegéticos e relativos à pesca).

2.ª SECÇÃO (RECEPÇÃO TURÍSTICA)

- a) Agências e postos de informação;
- b) Agências de viagens; guias intérpretes; etc.;
- c) Transportes turísticos;
- d) Simplificação dos Serviços de Fronteiras para passagem de pessoas e viaturas;
- e) Problemas sociais e higiénicos (o pé descalço, a mendicidade, a proliferação de moscas e o hábito de cuspir).

Imagem 48: Colóquio Nacional de Turismo, página 4 (fotografia tirada pelo autor em 2019 na Biblioteca Nacional de Portugal em “Colóquio Nacional de Turismo” do Secretariado Nacional da Informação, Direcção dos Serviços de Turismo)

3.ª SECÇÃO (PROPAGANDA TURÍSTICA)

- a) Estudo dos diferentes mercados com vista à planificação e incidência da propaganda;
- b) Coordenação da propaganda dos Serviços portugueses no estrangeiro (intercâmbio com Embaixadas, Consulados, Casas de Portugal, Centros de Informação e outros Serviços oficiais);
- c) Processos e meios de propaganda (Imprensa, Rádio, Televisão, Cinema e Publicações de Turismo).

4.ª SECÇÃO (ORGANIZAÇÃO LOCAL DO TURISMO)

- a) Tipos e sistemas de organização;
- b) Coordenação das actividades dos Órgãos Locais de Turismo com o Organismo Central.

Art.º 5 — O Colóquio funcionará em *sessões plenárias e sessões de trabalho*.

Art.º 6 — Nas *sessões plenárias* serão feitas Exposições com a duração máxima de 30 minutos sobre temas escolhidos pela Comissão Executiva de entre os abrangidos nas matérias correspondentes às Secções referidas nos artigos 3.º e 4.º, por individualidades para o efeito especialmente convidadas.

Art.º 7 — Nas sessões de trabalho discutir-se-ão as Comunicações apresentadas pelas individualidades referidas no § 1.º do Art.º 8.º

Imagem 49: Colóquio Nacional de Turismo, página 5 (fotografia tirada pelo autor em 2019 na Biblioteca Nacional de Portugal em “Colóquio Nacional de Turismo” do Secretariado Nacional da Informação, Direcção dos Serviços de Turismo)

Art.º 8 — Participarão nas sessões de trabalho do Colóquio, além das entidades especialmente convidadas pela Comissão Executiva, as referentes no § 1.º deste artigo, desde que se inscrevam dentro do prazo estipulado no § 2.º

§ 1.º — Poderão ser participantes nas Sessões de trabalho do Colóquio os dirigentes dos Órgãos Locais de Turismo, os presidentes dos Municípios, os representantes qualificados dos Organismos Corporativos integrados na Corporação dos Transportes e Turismo, representantes de entidades privadas ligadas ao Turismo, representantes da Imprensa e funcionários do Secretariado Nacional da Informação.

§ 2.º — As inscrições deverão solicitar-se por escrito à Direcção dos Serviços de Turismo, até 15 de Dezembro de 1960, com as seguintes indicações:

- a) Nome completo;
- b) Profissão;
- c) Morada;
- d) A actividade que exerce ligada ao turismo.

Art.º 9 — Das Comunicações a apresentar deverá ser enviado à Direcção dos Serviços de Turismo, até 20 de Dezembro de 1960, um resumo que não exceda duas páginas dactilografadas, a dois espaços, em papel de formato comercial.

Art.º 10 — A admissão das Comunicações será da competência da Comissão Executiva do Colóquio.

Art.º 11 — Só serão discutidas as Comunicações cujos autores estejam presentes. A discussão far-se-á sobre os

Imagem 50: Colóquio Nacional de Turismo, página 6 (fotografia tirada pelo autor em 2019 na Biblioteca Nacional de Portugal em “Colóquio Nacional de Turismo” do Secretariado Nacional da Informação, Direcção dos Serviços de Turismo)

resumos a que se refere o Artigo 9.º, os quais serão distribuídos por todos os inscritos, até 15 dias antes do início do Colóquio.

Art.º 12 — Compete à Comissão Executiva do Colóquio designar os presidentes das diferentes secções. A estes caberá regular a ordem e o modo de discussão das Comunicações, fazendo observar as seguintes regras:

- a) Os autores das comunicações poderão usar da palavra, antes do início da discussão, durante o período máximo de 15 minutos;
- b) Qualquer individualidade previamente inscrita no Colóquio poderá discutir as Comunicações, mas não por mais de uma vez nem por tempo superior a 10 minutos;
- c) No final da discussão, os autores das comunicações poderão usar da palavra, para responder às críticas feitas, por um período de tempo não superior a 10 minutos;
- d) Os presidentes das secções poderão usar da palavra sempre que desejem.

Art.º 13 — Cada secção elaborará um relatório final dos trabalhos e formulará as conclusões relativas a cada um dos grupos dos assuntos que nela tenham sido debatidos.

Art.º 14 — Com base nos relatórios das sessões de trabalho de cada Secção, a Comissão Executiva do Colóquio elaborará as conclusões gerais, que serão apresentadas na última sessão plenária.

Imagem 51: Colóquio Nacional de Turismo, página 7 (fotografia tirada pelo autor em 2019 na Biblioteca Nacional de Portugal em “Colóquio Nacional de Turismo” do Secretariado Nacional da Informação, Direcção dos Serviços de Turismo)

liantar que o Museu dos Coches, como muito bem acentuou o seu antigo director Luís Keil, é um museu excepcional no plano mundial. As suas colecções ultrapassam em interesse e em valor as da França, Inglaterra e Espanha e só têm rival condigno na colecção de carruagens dos Csares, exposta em Moscovo, no Kremlin<sup>4</sup>. Por isso se compreende e se justifica perfeitamente que esse museu para mais instalado num salão excepcionalmente belo<sup>5</sup> registre um tão elevado número de visitantes, o mais alto de todos os museus de Lisboa. Igualmente é elucidativo o paralelo que se pode estabelecer entre a frequência do Museu Etnológico e a de outros museus de Lisboa<sup>3</sup>, de carácter artístico ou histórico-artístico, também durante o ano de 1959:

Museu Etnológico .....	82 590
Museu Nacional de Arte Antiga .....	48 288
Museu Nacional de Arte Contemporânea .....	12 431
Museu Militar .....	19 985
Museu Bordalo Pinheiro .....	3 334
Museu da Cidade .....	1 165

E em dois Museus, nos quais a entrada é sempre paga, o *Arqueológico*<sup>6</sup> e o de *Artes Decorativas*, a frequência também em 1959<sup>3</sup> foi respectivamente de 5300 e 4108. Também aqui o interesse pelo arqueológico é patente.

*Museus portugueses* que gentilmente nos foi enviada pelo Instituto Nacional de Estatística, conjuntamente com o ofício N.º G-240, P.º 290. 3. Aproveitamos este ensejo para renovarmos os nossos agradecimentos.

<sup>4</sup> «São justamente os dois países extremos da Europa (Portugal e a Rússia) (...) aqueles que possuem as duas mais notáveis colecções de viaturas antigas (...) Apesar da sua riqueza, do deslumbramento das decorações, essa colecção imperial (a russa) não sobrepuja em quantidade a série da antiga Corte Portuguesa» disse Luís Keil na sua comunicação de 14-11-49 apresentada à Academia Nacional de Belas Artes, tendo acentuado depois constituem na sua homogeneidade (...) a mais completa colecção de viaturas que existe actualmente no Mundo» — *Algumas considerações históricas e artísticas acerca dos Coches e do seu Museu* in 'Boletim da Academia Nacional de Belas Artes', Lisboa, 1943, Vol. XII, p. 41. Veja-se também o artigo de Leitão Barros *O Museu dos Coches e o Turismo internacional*, no 'Século' 2-11

Imagem 52: Página de "Arqueologia Nacional e o Turismo" de Fernando Castelo Branco (fotografia tirada pelo autor em 2019 na Biblioteca Nacional de Portugal)



Imagem 53: Fotografia da notícia sobre a valorização da Villa Cardillio (tirada a 11 de Julho de 2020 do jornal “O Mirante”)



Imagem 54: Notícia sobre a Villa Cardillio para o mediatejo.net (datada de 21 de Janeiro de 2016 por Cláudia Gameiro e captada em computador pelo autor)

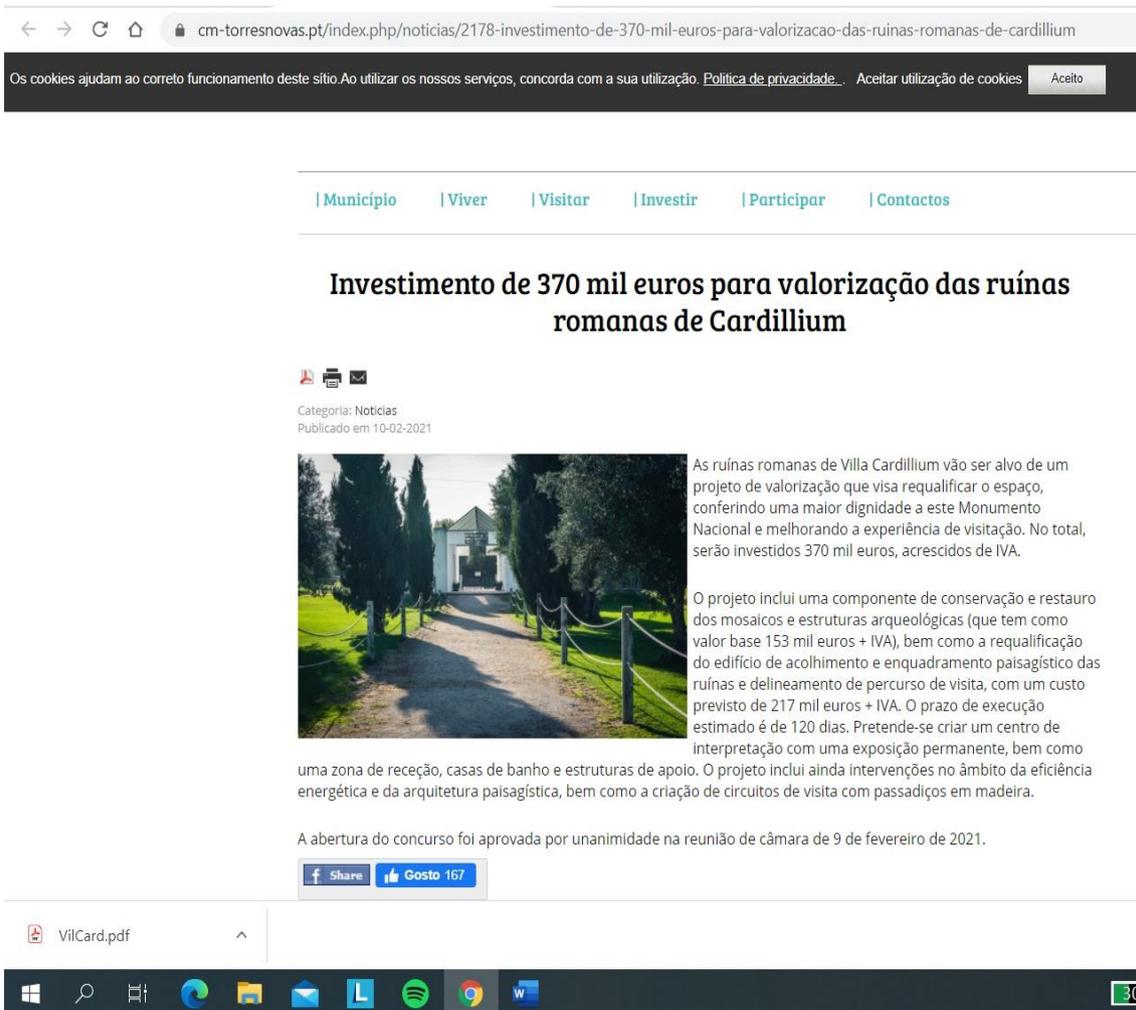


Imagem 55: Notícia sobre a Villa Cardillio da Câmara Municipal de Torres Novas (datada de 10 de Fevereiro de 2021 e captada em computador pelo autor)



Imagem 56: Fotografia do centro interpretativo da Villa Cardillio (retirada da notícia no *site* do [mediotejo.net](http://mediotejo.net) “Villa Cardílio: As ruínas esquecidas de Torres Novas”, por Cláudia Gameiro e datada de 21 de Janeiro de 2016)

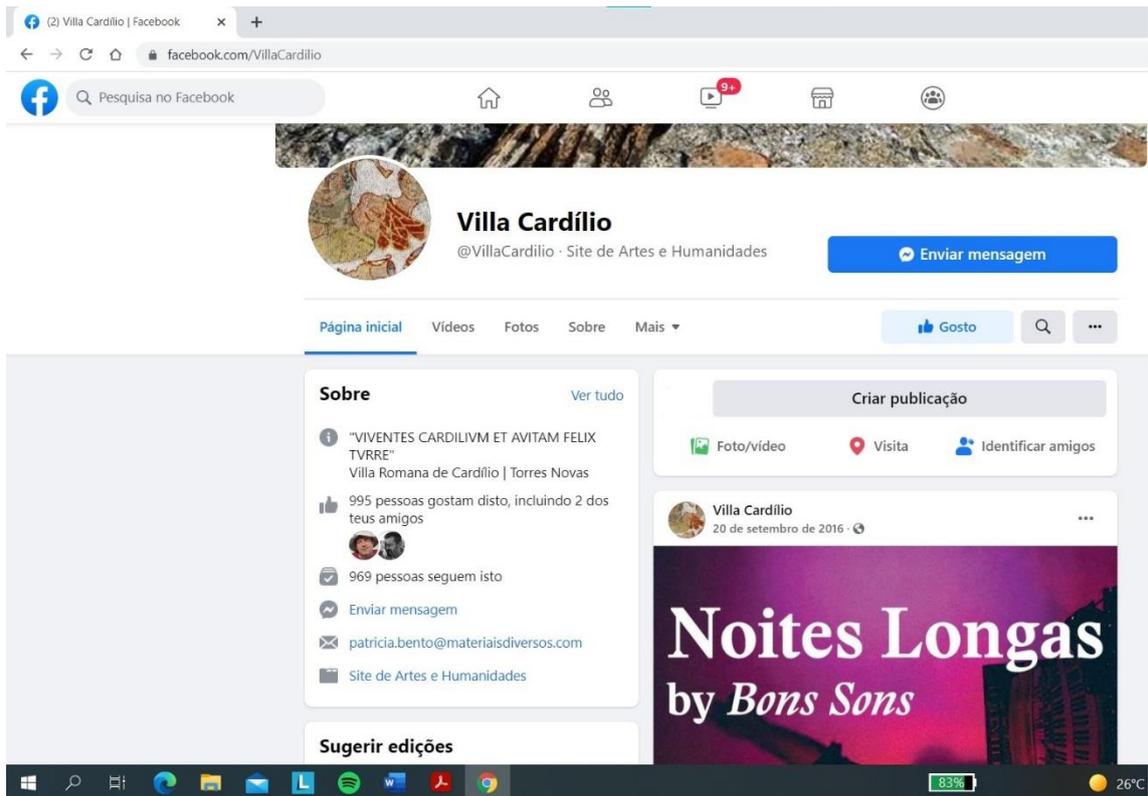


Imagem 57: Imagem da página do *Facebook* sobre a Villa Cardillio (captada em computador pelo autor em 11 de Julho de 2021)

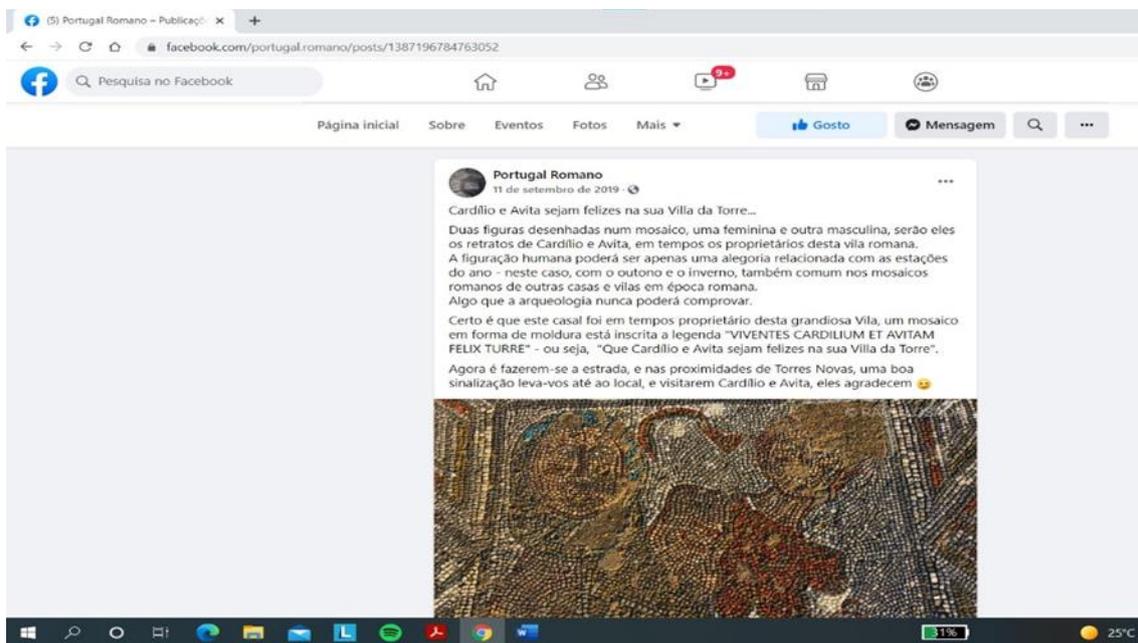


Imagem 58: Imagem da página “Portugal Romano” do *Facebook* (captada em computador pelo autor em 8 do Julho de 2021)

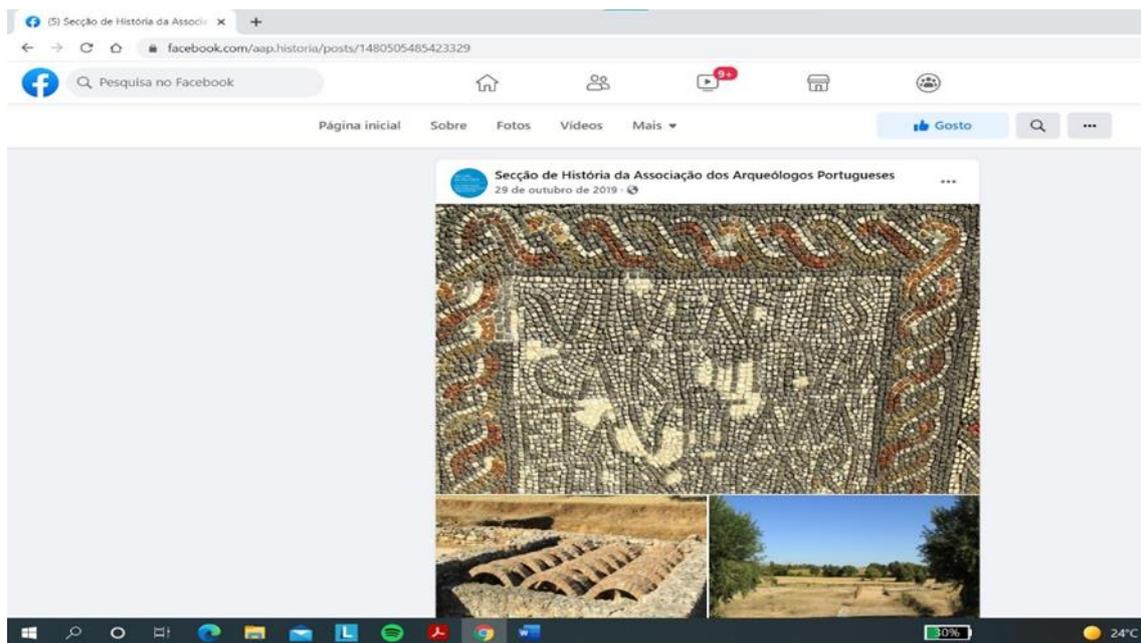


Imagem 59: Imagem da página “Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses” do *Facebook* (captada em computador pelo autor em 8 de Julho de 2021)

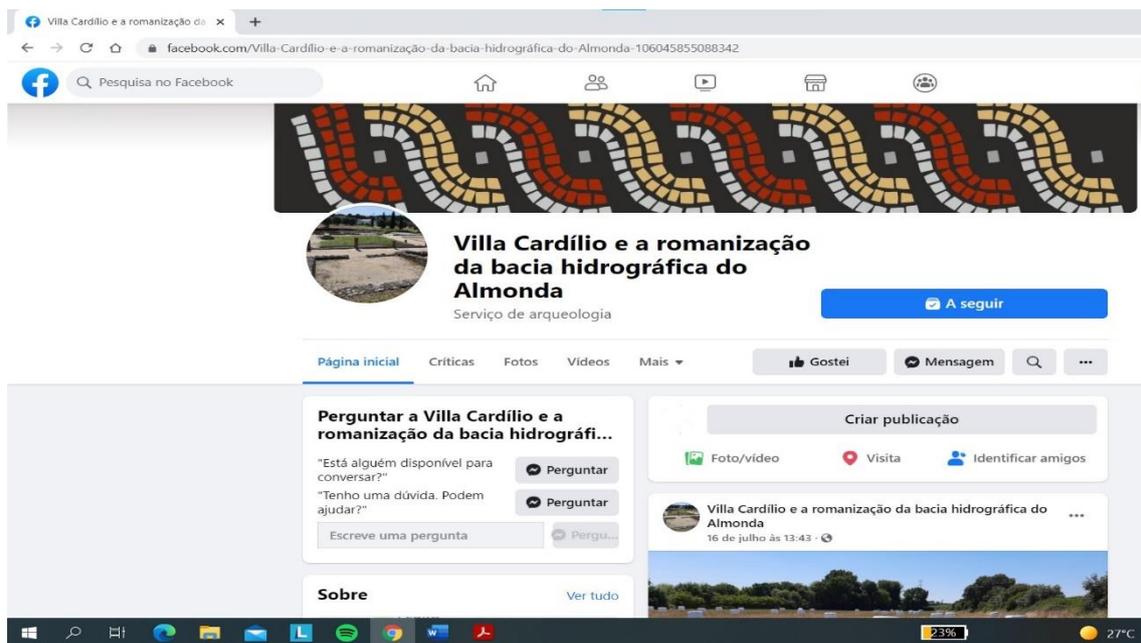


Imagem 60: Imagem da página “Villa Cardílio e a romanização da bacia hidrográfica do Almonda” do *Facebook* (captada em computador pelo autor em 18 de Julho de 2021)

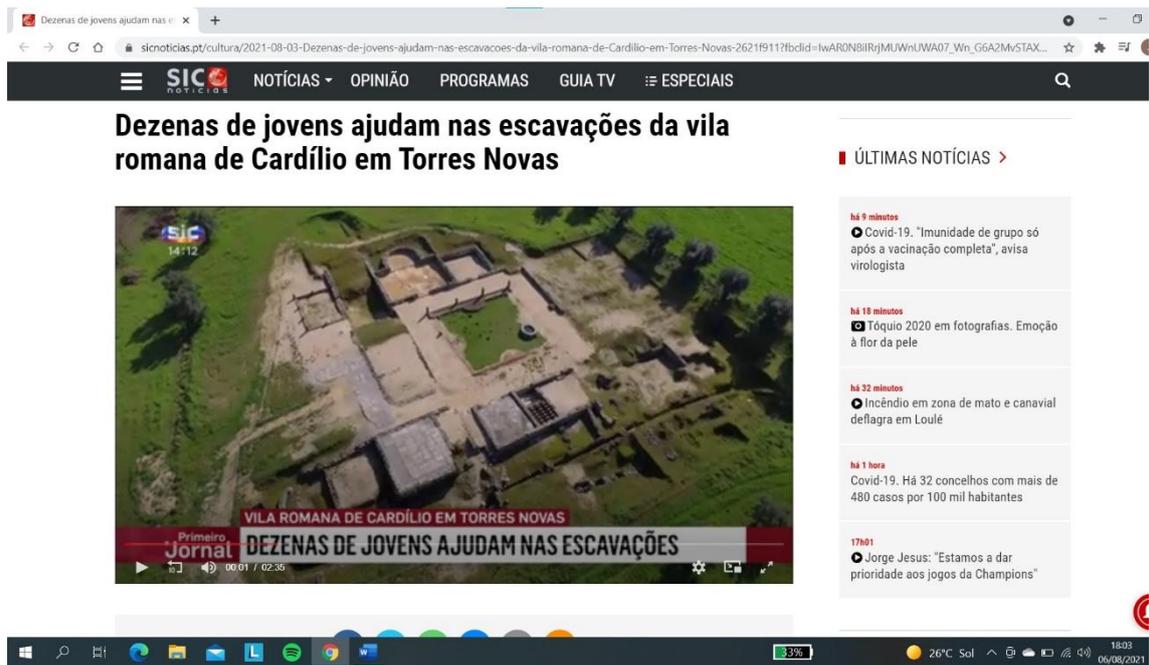


Imagem 61: Imagem da reportagem da SIC sobre a Villa Cardillio (captada em computador pelo autor em 6 de Agosto de 2021)



Imagem 62 - Escultura de mármore encontrada na Villa Cardillio (retirada do SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico em 31 de Agosto de 2021)

Transcrição da notícia “Villa Cardílio: As ruínas esquecidas de Torres Novas” de 21 de Janeiro de 2016 por Cláudia Gameiro para o mediatejo.net

*Descobertas nos anos 30, investigadas enquanto núcleo arqueológico a partir de 1963, as ruínas romanas da Villa Cardílio, em Torres Novas, permanecem estagnadas no tempo, à espera que a vontade governamental permita novo avanço na prospecção, parada há mais de 30 anos. Da parte do município há vontade em potencializar o espaço, mas tem faltado alguma organização nas instituições que tutelam este património nacional, em sucessivas reestruturações e mudanças administrativas. Ainda assim, as Ruínas são visitadas anualmente por uma média de 2 mil pessoas, sobretudo turistas e interessados por arqueologia.*

*Um pouco antes de chegarmos à Villa, embocamos por uma estrada degradada de calçada antiga, sob um tecto de vegetação em arco, tal qual o corredor podado de um jardim coberto por trepadeira. Realizamos uma passagem como que para outra dimensão. Para trás ficou o bulício agitado dos acessos à auto-estrada, que ainda há pouco contornámos, próprios de uma urbe em crescimento, e redescobrimo-nos de regresso às matizes do campo, num universo rústico que parece retirado de um frame nostálgico de cinema europeu, captado pela lente de Hollywood. Como em tudo, esta viagem depende da perspectiva. Outros defendem que a estrada precisa de ser alcatroada... O edifício do centro de interpretação da Villa Cardilio está rodeado de oliveiras e ciprestes. É um espaço amplo e de linhas modernas, bem cuidado, no qual encontramos quase sempre o funcionário que, além de funções de guia, faz a manutenção geral. No dia da visita o senhor, porém, está de férias, e o mediatejo.net é recebido por Catarina Nascimento, técnica superior de conservação e restauro da Câmara de Torres Novas, e pela vereadora Elvira Sequeira, que detém o pelouro do património cultural.*

*Queremos saber porque continua Villa Cardílio como que suspensa no tempo, sem que sejam feitas alterações ao circuito de visita e novas escavações para trazer à luz do dia as restantes ruínas que permanecem soterradas. É Elvira Sequeira quem toma a palavra, salientando os múltiplos esforços que tem desenvolvido nos últimos anos com a Direcção Geral de Património Cultural (DGPC) para que as escavações avancem para sul, onde se supõe existirem as instalações dos escravos e os estábulos.*

*Falta sobretudo, salienta, uma investigação científica mais aprofundada do que existe efectivamente em Villa Cardílio, para que se possam definir circuitos de visitação, melhorar o centro de interpretação e criar um espaço museológico mais rico e estruturado e “mais claro” para quem o visita.*

*O centro de interpretação tem cerca de 20 anos. O município tem a Villa Cardílio no mapeamento de fundos comunitários e em breve deverá ser possível investir numa actualização de toda a informação patente, adianta a vereadora. O acervo, constituído por milhares de fragmentos, “está a ser tratado, fomos buscá-lo o ano passado” junto do investigador da Universidade de Coimbra que o estudou nos últimos anos. Mas a prospecc o está parada desde os anos 80... Questionada se sente que as ruínas estão um tanto esquecidas a nível nacional, a vereadora responde de forma afirmativa, “até pela própria tutela”. “Por isso temos insistido para que se olhe e pense alguma coisa”, sublinha, referindo que a DGPC tem visitado por diversas vezes o espaço, mas que continua a não haver avanços. Para a autarca o mais importante seria avançar de novo com a prospecc o do terreno, de forma a delimitar o espaço de visitação e criar um circuito. Mas as constantes reorganizações das instituições que tutelam o património cultural não têm ajudado, aparecendo sempre caras novas ou novos organismos, num emaranhado que dificulta o avanço de um projecto de menor escala, como   o da Villa Cardílio.*

*Segundo Catarina Nascimento, existem 30 locais registados no concelho com achados arqueológicos romanos. A zona, destinada sobretudo à agricultura, era um ponto de passagem entre Lisboa e Coimbra, sendo a Villa Cardílio não mais que a moradia principal de uma grande propriedade rural. Mas muita da informação ainda está enterrada, assim como muitos mosaicos e cerâmicas, cuja preservação não permite que sejam expostos à luz do sol e   visitação sem espaços mais definidos e protegidos. Há todo um trabalho científico ainda por fazer,   espera que haja meios e interesse para que este seja desenvolvido.*

*Inclusive para com as escolas. Apesar dos 2 mil visitantes por ano, boa parte dessa fatia são sobretudo turistas. Uma maior investigação permitiria potenciar o espaço enquanto núcleo didáctico. “  outra coisa que devíamos trabalhar, mas é preciso a área científica”, torna a sublinhar Elvira Sequeira.*

*A Villa, com 1200m2, não traz grandes encargos ao município, referindo a autarca que o único funcionário cuida ele próprio da manutenção do espaço. A autarquia já comprou vários terrenos na envolvente para permitir que se continue, um dia, a prospecção, mas a maioria está ainda na mão de privados. Catarina Nascimento faz a visita guiada, mostrando muros e estruturas ainda semienterradas que são facilmente identificáveis, mas que permanecem no domínio particular.*

*Trabalho há muito, vontade também. O percurso ainda assim vale a pena, sobretudo para os que são interessados por aquela parte de História que permanece por descobrir. Na envolvente veem-se as planícies e os campos, o silêncio é cortado pela passagem de um ou outro carro, chegando-se a duvidar se, ali tão perto, estará a cidade de Torres Novas.*

Transcrição 1: Texto integral de notícia sobre a Villa Cardillio de Cláudia Gameiro

Transcrição da notícia “Investimento de 370 mil euros para valorização das ruínas romanas de Cardillium” de 10 de Fevereiro de 2021 no *site* da Câmara Municipal de Torres Novas

*As ruínas romanas de Villa Cardillium vão ser alvo de um projeto de valorização que visa requalificar o espaço, conferindo uma maior dignidade a este Monumento Nacional e melhorando a experiência de visita. No total, serão investidos 370 mil euros, acrescidos de IVA.*

*O projeto inclui uma componente de conservação e restauro dos mosaicos e estruturas arqueológicas (que tem como valor base 153 mil euros + IVA), bem como a requalificação do edifício de acolhimento e enquadramento paisagístico das ruínas e delineamento de percurso de visita, com um custo previsto de 217 mil euros + IVA. O prazo de execução estimado é de 120 dias. Pretende-se criar um centro de interpretação com uma exposição permanente, bem como uma zona de receção, casas de banho e estruturas de apoio. O projeto inclui ainda intervenções no âmbito da eficiência energética e da arquitetura paisagística, bem como a criação de circuitos de visita com passadiços em madeira.*

*A abertura do concurso foi aprovada por unanimidade na reunião de câmara de 9 de fevereiro de 2021.*

Transcrição 2: Texto integral de notícia sobre a Villa Cardillio da Câmara Municipal de Torres Novas